

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



O Sistema de Informação da Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)

Susana Filipa Carvalho Rodrigues

Dissertação do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação (Variante Arquivo) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Guardado da Silva

Setembro de 2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



O Sistema de Informação da Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)

Susana Filipa Carvalho Rodrigues

Dissertação do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação (Variante
Arquivo) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a
orientação do Professor Doutor Carlos Guardado da Silva

Setembro de 2015

Aos meus pais

Ao Abel

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, toda a dedicação, estímulo e orientação no desenvolvimento e concretização deste trabalho. Agradeço o conhecimento que generosamente me transmitiu e, especialmente, as palavras de incentivo e de amizade durante todo o percurso.

Agradeço reconhecidamente ao Dr. António Pina Falcão, Diretor da Direção de Serviços de Documentação e Arquivo da Secretaria-geral da Presidência da República, de quem recebi todo o apoio e as condições necessárias para o bom desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Aos colegas das Divisões de Informação e Arquivo, e de Biblioteca e Documentação pelo apoio e incentivo constantes. Agradeço, em especial, ao colega e amigo José Manuel Dias que foi incansável no apoio prestado na recolha da legislação.

Aos meus pais, à Rute, ao Gonçalo e à Inês e ao Vasco, por toda a dedicação e amor que me têm dedicado ao longo da vida, a base fundamental de todo o meu percurso.

Ao Abel Rodrigues pela sua presença e amor essenciais, também, na concretização deste projeto. Agradeço especialmente a força transmitida na última fase deste trabalho.

Aos amigos de sempre, Cleia Detry, Daniel Ferreira, Anabela Joaquineto, Marisa Brito, Pedro Urbano e Lígia Ferreira, pelo apoio constante, cumplicidade e generosa paciência que me têm dedicado.

Resumo

O presente trabalho, realizado como dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, variante Arquivo, realiza o levantamento sistemático da estrutura orgânico e funcional da Presidência da República (1910-2014). Para tal, recorre à Arquivística, compreendida como um ramo teórico-prático da Ciência da Informação, seguindo uma metodologia já aplicada em estudos similares. Deste modo, traça a evolução orgânico-funcional da Presidência da República Portuguesa, no sentido de compreender o desenvolvimento, complexidade e dinâmica(s) que a estrutura do organismo tem assumido de acordo com o contexto histórico e as funções e competências atribuídas ao Chefe de Estado. O estudo permite, também, a valorização e a compreensão holística do Sistema de Informação Presidência da República, que são determinantes para a gestão continuada e integrada da informação.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da Informação; Arquivística; Sistema de Informação; Estudo orgânico-funcional; Presidência da República, Chefe de Estado

Abstract

The present work, carried out as Master's thesis in Documentation and Information Science, Archive variant, aims to make the systematic analysis of the organic and functional structure of the Portuguese Presidency (1910-2014). Therefore it uses archival science, defined as a branch of theoretical and practical of Information Science, following a methodology already applied in similar studies. We intend to outline the organizational and functional evolution of the Portuguese Presidency to understand if the development, complexity and dynamics of this body is made in accordance with the historic context, duties and powers of the Head of State. The study will also allow the appreciation and holistic understanding of the Presidency of the Republics Information System, which is, in our point of view, crucial to the continuous and integrated management of information.

KEYWORDS: Information Science; Archives Management; Information System; Organic and functional study; Head of State; Presidency of the Republic; Portugal

Sumário

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Introdução	8
I – Um estudo na área da Ciência da Informação	11
II- A Presidência da República Portuguesa: evolução orgânico-funcional	24
1. A I República (1910-1926)	25
2. A Ditadura Militar (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974)	47
3. A III República (1974-)	63
III-Órgãos e estrutura de apoio do Presidente da República	84
1. A Chancelaria das Ordens Honoríficas	85
2. O Conselho de Estado	100
3. O Conselho Superior de Defesa Nacional	105
4. O Instituto de Pesquisa Social Damão de Góis	108
5. A Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal	109
Conclusão	111
Bibliografia	113
ANEXOS	121
ANEXO I – Cronologia da evolução dos órgãos e serviços da Presidência da República	122
ANEXO II – Legislação e regulamentação fundamental para a Presidência da República	132
ANEXO III – Identificação de competências da Secretaria-geral da Presidência da República de acordo com o Regulamento dos serviços da Presidência da República de 1934	140
ANEXO IV – Identificação de competências da Secretaria-geral da Presidência da República de acordo com a Lei orgânica da Secretaria-geral de 1979	145
ANEXO V - Identificação de competências da Secretaria-geral da Presidência da República de acordo com a Lei orgânica da Secretaria-geral de 2000	148

Índice de imagens

Fig.1 – O Palácio Condeixa, na Rua da Horta Seca, a residência do Presidente da República Manuel de Arriaga. Fonte: <i>Ilustração Portuguesa</i> . n.º 301.	31
Fig.2 – O Palácio Nacional de Belém, residência oficial do Presidente da República. Fonte: <i>Ilustração Portuguesa</i> . n.º 360	33
Organograma 1 – Organização da Secretaria-geral da Presidência da República em 1913, segundo a Lei de 4 de junho de 1913.	35
Organograma 2 - Reorganização da Secretaria da Presidência da República em 1918, segundo o decreto-lei nº 4233, de 10 maio de 1918.	42
Fig.3 - Decreto de nomeação de António Oliveira Salazar para Presidente do Ministério. Fonte: Arquivo Histórico da Presidência da República.	49
Fig. 4 - Unidades orgânicas adstritas à Presidência da República, segundo o decreto-lei nº 24044, de 21 de junho de 1934.	54
Organograma 3 - Organismos adstritos à Presidência da República, segundo o decreto-lei nº 24044, de 21 de junho de 1934	54
Organograma 4 - Quadro do pessoal da Secretaria da Presidência da República, segundo o decreto-lei nº 24044, de 21 de junho de 1934.	55
Organograma 5 - Reorganização dos serviços da Secretaria-geral da Presidência da República, segundo o decreto-lei n.º 342/71 de 10 de agosto 1971.	62
Organograma 6 - Organização da Secretaria-geral em 1979, segundo o decreto-Lei nº 513-B/79, de 24 de dezembro.	71
Organograma 7 - Estrutura orgânica da Secretaria-geral, definida pelo decreto-lei n.º 288/2000, de 13 de novembro.	79
Organograma 8—Estrutura da Secretaria-geral da Presidência da República de acordo com o Regulamento Interno de 2009.	83
Organograma 9 - Estrutura das Ordens Honoríficas Portuguesas em 2014.	99

Introdução

O presente trabalho foi realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, variante arquivo, ministrado pela Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa.

Partindo dos pressupostos teórico-metodológicos da Arquivística, entendida numa visão renovada, enquanto um ramo teórico-prático da Ciência da Informação, desenvolvemos um projeto de investigação, definindo como objeto de estudo o Sistema de Informação da Presidência da República e a sua evolução orgânico funcional.

Com este trabalho, pretendemos traçar a evolução orgânico-funcional da Instituição ao longo de mais de um século da sua existência, compreendendo assim as mutações da estrutura do organismo e a sua complexidade.

Criada, no âmbito da passagem do regime monárquico para o republicano, para servir de estrutura de apoio ao Chefe de Estado, a sua estrutura, ao longo da sua existência centenária, tem vindo a refletir o poder e o protagonismo dos Presidentes que a tem ocupado.

Tornou-se evidente a necessidade de adquirir uma perspetiva diacrónica da sua evolução, que nos permitisse identificar os momentos mais significativos do seu desenvolvimento possibilitando, assim, entender toda a sua complexidade e o sistema de informação arquivístico.

Consideramos que este estudo de caso permitirá, no futuro, a valorização do Sistema de Informação Presidência da República, assim como a sua compreensão holística, que são, em nosso entender, determinantes para a gestão continuada e integrada da informação do organismo.

Como referem Fernanda Ribeiro e Maria Eugénia Matos Fernandes,

numa perspetiva científica inovadora - e não meramente técnica como a que tem vigorado ao longo deste século – torna-se, pois, imprescindível ao entendimento da Arquivística uma fundamentação teórica e uma postura interpretativa suscetíveis de produzir um conhecimento dos arquivos em toda a sua

complexidade informacional, já que é justamente a informação que lhes dá essência e constitui o objeto de estudo daquela área do saber¹.

O plano de trabalho teve como ponto de partida a revisão de literatura especializada sobre Ciência da informação, sobre o “estado da arte” da área científica em questão. Na fase seguinte procedeu-se à recolha, revisão e análise crítica da bibliografia disponível sobre o órgão de soberania Presidente da República e sobre a Presidência da República, que permitiu traçar a narrativa dos sucessivos contextos históricos e sinalizar os momentos-chave das alterações significativas da evolução da estrutura organizativa. A recolha sistemática e análise da legislação promulgada sobre o órgão de soberania e a estrutura de apoio, com os seus órgãos e serviços adstritos, foram indispensáveis para a prossecução dos objetivos, constituindo-se como o terceiro passo.

A elaboração de tabelas, de organogramas e frisos cronológicos, reveladores das estruturas que o organismo foi assumindo e dos seus contextos associados, permitiu realizar uma aproximação, ainda que ténue, à informação produzida (nomeadamente às séries documentais/informacionais) a qual deverá ser, no futuro, reconstituída virtualmente pelo organismo/serviço responsável pela sua produção/acumulação, visto que a informação está intimamente ligada à preponderância do contexto.

A estrutura do trabalho compreende três capítulos, a que se segue uma conclusão onde realizamos uma reflexão crítica sobre o estudo e a sua importância para a qualificação do sistema de informação.

No primeiro capítulo foi feito o enquadramento do estudo na área da Ciência da Informação, identificando o campo científico e as orientações teórico e metodológicas seguidas no nosso estudo.

No segundo capítulo foi traçada a evolução orgânico-funcional da Presidência da República, entre 1910 e 2014. Identificámos a evolução da estrutura orgânica, a missão, as competências, as atribuições e funcionamento dos órgãos e serviços adstritos à Instituição.

¹ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Arquivo*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2001. p. 27.

Finalmente, no terceiro capítulo caracterizam-se mais detalhadamente os órgãos de apoio e de dependência direta do Presidente da República e as respectivas funções.

Como anexos, surgem as recolhas de legislação e tabelas adaptadas dos regulamentos internos do organismo.

I – Um estudo na área da Ciência da Informação

No presente capítulo, partiremos da abordagem às mudanças epistemologias da arquivística e da sua integração no âmbito das Ciências da Informação para depois passarmos à apresentação do estudo orgânico-funcional da Presidência da República e assim analisarmos o sistema de informação de arquivo da instituição.

Insere-se no âmbito dos pressupostos teórico-metodológicos de uma Arquivística renovada, enquanto um ramo teórico-prático da Ciência da Informação, que visa identificar a génese, as propriedades e o comportamento da informação social, tal como a dinâmica que rege o fluxo informacional e os meios de processamento da informação.

Apresentado o campo científico e as orientações teóricas e metodológicas seguidos, consideramos essencial aprofundar os seus fundamentos para um claro entendimento do objeto de estudo. Partindo dos desafios emergentes da Sociedade de Informação e do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação concentramo-nos nesta nova abordagem necessária à informação social.

A Era da Informação

A informação ao longo da história foi passando por algumas revoluções: primeiro com a invenção da escrita na Mesopotâmia, depois com a invenção do livro escrito na China a que se seguiu a invenção da impressão por Gutenberg e, por último, com a emergência da Sociedade da Informação, entramos na quarta revolução formada com o avanço imparável das tecnologias da informação e da sua convergência com as tecnologias da comunicação e com os “media” dando origem à sociedade em rede.

A Sociedade de Informação, tal como a vivemos, caracteriza-se por ser uma sociedade cuja componente fundamental do desenvolvimento e de riqueza é o saber. É o domínio da informação que desenvolve e faz prosperar os indivíduos, a sociedade e a nação.

De acordo com o *Livro Verde para a Sociedade de Informação*, trata-se de

um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à

*satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na atividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais*².

Cada vez mais, as instituições têm vindo a tomar consciência da importância do capital informação e do seu tratamento eficaz no sucesso das suas atividades. São novas formas de organização e desenvolvimento económico e social que exigem profundas adaptações das instituições para que possam acompanhar e aproveitar todas as potencialidades desta era do conhecimento.

Tal como sublinham Maria Manuela Pinto e Armando Malheiro da Silva, o *desenvolvimento das organizações com êxito depende quer da eficiente e eficaz utilização do recurso de informação no presente, quer da sua capacidade de o armazenar e recordar*³.

A Sociedade de Informação e o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação trouxeram um conjunto de desafios às instituições, que passaram pela atualização das suas estratégias relativamente ao provimento de equipamento tecnológico, da estrutura organizacional, dos modelos de gestão, dos processos organizacionais, dos recursos humanos e da cultura organizacional.

Tornou-se fundamental, especialmente no caso das instituições cuja atividade se desenvolve em torno da informação e do conhecimento e cujos processos de produção, tratamento e difusão estão cada vez mais associados à tecnologia, encontrar um modelo de gestão de Informação que permita corresponder às exigências da Sociedade de Informação.

De acordo com Armando Malheiro da Silva, a gestão da informação pode definir-se como: *um conjunto de atividades encadeadas e relacionadas com a produção e/ou*

² PORTUGAL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação. *Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal*. Lisboa: M.S.I., 1997. p. 9.

³ PINTO, Manuela Azevedo; SILVA, Armando Malheiro da – *Um modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações*. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 2 São Paulo, 2005. Disponível em WWW: [URL:http://ler.letras.up/uploads/ficheiros/3085.pdf](http://ler.letras.up/uploads/ficheiros/3085.pdf).

*aquisição, o tratamento, o registo e guarda, a comunicação e o uso da informação tanto em suporte e técnicas convencionais, como em SIBC*⁴.

Para que a informação se torne um recurso estratégico, tem de ser transformada em conhecimento, pois só assim pode servir de apoio a todos os processos decisórios.

A informação identifica-se enquanto recurso que permite a combinação de outros fatores de produção, transformando-se, como refere Chung Chuoo⁵, em meta-recurso, através do qual se torna possível coordenar e por em movimento os outros recursos de modo a permitir o cumprimento dos objetivos da organização.

Carlos Zorrinho refere que a informação pode ser definida como *um modelo de representação do real, conjugando registos em código convencionado, de acontecimentos, objetos ou fluxos que constituem esse real perceptível segundo um determinado padrão de associação e seleção*⁶. O autor defende que a informação resulta da associação dos dados (ou factos) a um padrão específico de relações que a estruturam. Para além do tratamento técnico realizado sobre aos dados, porque se trata de informação social, ter-se-ão também de analisar as relações que se estabelecem (os padrões coletivos ou individuais), para que se adquira a perceção do real e sobre a ação que dele decorre.

Para que a informação se torne estratégica precisa de se refletir em conhecimento passível de guiar a ação, concretizando assim o objetivo da gestão de informação, isto é, a gerência de um conjunto de processos relacionados com a gestão da informação.

Ao sistema de gestão de informação, enquanto instrumento de mudança estratégica neste contexto de transformações tecnológicas e sociais, espera-se não só que assegure a produção e a circulação da informação, como também tenha em linha de conta o seu carácter instrumental na estrutura e desenvolvimento do organismo.

Mais importante que deter a informação é, estruturá-la de acordo com as necessidades da organização.

⁴SILVA, Armando Malheiro da - A gestão da informação abordada no campo da Ciência da informação. *Páginas A&B: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. 16 (2005) p. 90.

⁵ CHOO, Chun Wei – *Gestão de informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

⁶ ZORRINHO, Carlos – *Gestão da Informação*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 18.

O sistema de informação tem a capacidade de transformar o capital informação em conhecimento quando tem a capacidade de estruturar a informação que detém de acordo com os objetivos estratégicos e do funcionamento da instituição ou do negócio.

A gestão da informação passa pela interligação entre a gestão estratégica da informação, os processos de conceção dos sistemas de informação e a conceção da própria organização.

Assim, as atividades da gestão de informação centram-se em:

1. Identificar as necessidades de informação da instituição de acordo com a sua missão e objetivos;
2. Adquirir informação de acordo com a identificação das suas necessidades da organização e guiadas através das práticas, políticas, procedimentos e regulamentação. Nesta etapa é fundamental recorrer a recursos humanos qualificados para garantir qualidade na recolha da informação e da sua gestão e realizar parcerias com outras organizações para que se possa realizar partilha de recursos de informação;
3. Desenvolver produtos e serviços de informação, que resultam num acréscimo da sua qualidade adaptando-a às necessidades dos utilizadores;
4. Distribuir a informação pela organização através de canais adaptados aos vários modelos de trabalho dos utilizadores;
5. Garantir a divulgação e acesso à informação num prazo de tempo adequado e de acordo com as diferentes especificidades de cada um;
6. Utilização da informação: a informação passa a conhecimento através de processos de interpretação (que implicam a construção social da realidade e a representação e a circulação da informação) e de tomada de decisão (escolha de alternativas e a procura do conteúdo de informação pertinente para basear a decisão). Esta é a fase em que a organização vai beneficiar do seu sistema de informação, associando a posse da informação à competência para a usá-la e atingir os seus objetivos.

Segundo Chun Choo, a organização inteligente, concebida enquanto um sistema dinâmico e aberto, que *absorve do meio ambiente informação, materiais e energia, transformando estes recurso em conhecimento, processos e estruturas que produzem bens ou serviços, os quais por sua vez, são consumidos pelo meio ambiente*⁷, tem de aprenderem e ter a capacidade de se adaptar as constantes mudanças. A sua sobrevivência dependerá sempre da sua capacidade de organizar informação sobre o meio ambiente e da sua transformação em conhecimento que lhe permitirá ajustar-se aos constantes desafios.

Em suma, o sistema de informação torna-se uma ferramenta fundamental na articulação entre os vários subsistemas internos e externos que envolvem sistema instituição, possibilitando o processamento e integração da informação produzida, tornando-a assimilável pelo sistema de gestão e consequentemente tornando-a disponível enquanto suporte de tomada de decisão.

Nesta perspetiva, torna-se imperativo desenvolver um sistema que estruture a informação social de acordo com a sua produção orgânico-funcional única e das suas relações sistémicas. Assim,

*sendo a informação um recurso absolutamente indispensável à gestão das instituições é facilmente perceptível que os responsáveis por essa gestão cada vez mais valorizem o papel do arquivo e tomem consciência da necessidade de o dotar de profissionais qualificados, que atuem em estreita consonância com os vários serviços produtores de informação e assim contribuam para a otimização da gestão organizacional*⁸.

O sistema de informação arquivística/organizacional de acordo com os novos pressupostos teóricos e metodológicos

No âmbito de uma arquivística renovada e no contexto social, económico e político da Sociedade da Informação, surgiram mudanças epistemológicas da definição

⁷ CHOO, Chun Wei – *Gestão de informação...*p. 38-39.

⁸ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Universidade do Porto...*p. 9

do seu objeto e método. Evoluiu-se de uma visão arquivística tradicional, que reduzia o arquivo ao «fundo», isto é, ao conjunto documental produzido no desenvolvimento das atividades de uma pessoa individual ou coletiva, baseando-se fundamentalmente numa perspetiva documental, patrimonialista e estática, para uma visão inovadora, na qual a Arquivística, enquanto disciplina aplicada da Ciência da Informação, adquire uma fundamentação teórica e uma postura interpretativa, animada por novas bases científicas, capazes de dar origem a um conhecimento dos arquivos em toda a sua complexidade informacional.

Passamos de uma noção estática e analógica para uma noção dinâmica de informação, em que se verifica a aplicação conceito operatório de sistema. Impondo-se uma visão sistémica ao fenómeno e processo info-comunicacional, tal como a ideia de sistema de informação integral, passa-se a dar um enfoque especial à organicidade e a valorizar a memória organizacional e institucional da entidade produtora da informação, que reclama a adoção de uma operação metodológica traçada no método quadripolar da Ciência da Informação.

Esta nova postura implica a distinção clara entre documentação e informação, considerando que esta última *é algo em si mesma e anterior à coisificação/materialização que lhe dá temporalidade e espacialidade*⁹. Ou seja, é a elevação da informação enquanto objeto de estudo.

Deseja-se ir para além da materialização da informação registada num suporte querendo conhecer o seu contexto orgânico, originário de produção da informação. Já não é estudada enquanto um processo autónomo mas sim nas estruturas sociais e institucionais que a envolvem, motivadas pelo ato humano (pleno de consciência intencional, de racionalidade).

A Informação é agora entendida enquanto algo essencial, modelada por um conjunto de propriedades, que transcende o suporte físico que a materializa. A Informação Social, diferenciada da informação genética ou biológica e da informação física ou termodinâmica, evidencia-se enquanto fenómeno e processo que se impõe nos diferentes planos de ação.

⁹ SILVA; Armando Malheiro da; RIBEIRO; Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. p. 29.

Como refere Maria Manuela Pinto¹⁰, a informação é o produto da ação humana em sociedade, onde se refletem as condições estruturais (sejam elas políticas, técnicas, económicas ou culturais), onde essa ação se desenvolve com o propósito de atingir os diferentes objetivos. Dado que é moldada pela estrutura produtora, depende do processo que a produz, tendo de ser necessariamente compreendida com os meios operativos e pensada na influência sistémica própria do processo informacional e histórico.

Esta nova abordagem à informação - que destaca a importância de assegurar a articulação da informação com a dinâmica do contexto genésico - garante a compreensão holística circuito info-comunicacional, sendo assim passível, de acordo com os novos pressupostos científicos, de ser apreendido e compreendido de uma forma total.

Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro definem Informação enquanto um

*conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e portanto comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada*¹¹.

A sua base é de raiz psíquica (tem origem na mente humana) e social (radica na interação dos sujeitos com o meio natural e entre si, interação esta «coisificada» num código (a língua falada e escrita, o desenho, entre outros) do qual difere a materialização num suporte físico externo à pessoa humana. Os autores sublinham ainda a linguagem enquanto capacidade de articular ideias, sons e signos que substancia o fenómeno social. Enquanto fenómeno, possui as propriedades que lhes são intrínsecas e que possibilitam delimitá-la enquanto objeto de estudo:

1. *estruturação pela acção (humana e social) – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente;*

¹⁰ PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo – Gestão integrada de sistemas de informação em autarquias locais: uma abordagem sistémica. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. 12 (2003) 91-109.

¹¹ SILVA; Armando Malheiro da; RIBEIRO; Fernanda – *Das “ciências” documentais ...*p. 37.

2. *integração dinâmica – dupla e simultânea implicação do acto informacional nas circunstâncias internas e externas do sujeito da acção:*
3. *pregnância – enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo (i.e. da acção fundadora);*
4. *quantificação – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável quantitativamente;*
5. *reprodutividade – a codificação é reprodutível sem limites, possibilitando, assim, a retenção/memorização;*
6. *transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável*¹².

Assim, a informação social enquanto fenómeno (que possui propriedades que lhe são intrínsecas e nos possibilitam os seus limites enquanto objeto de estudo) e processo (dado que contém não só comportamento informacional como também um conjunto subjacente de etapas ligadas à gestão da informação), apresenta-se como objeto possível de ser conhecido cientificamente.

Neste sentido, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, propõem que a Arquivística, através da sua metodologia e na qualidade disciplina da Ciência da Informação que estuda a informação e consequentemente o arquivo enquanto sistema (semi-)fechado de informação vai, *“através de um dispositivo coeso, retrospectivo e prospetivo, capaz de problematizar em torno de leis formais ou princípios gerais a atividade humana e social implicada no processo informacional arquivístico”*¹³, conferir-lhe validade científica.

Ainda quanto à caracterização do sistema de arquivo Santos Garcia Simão acrescenta *que parece mais correto considerar a existência de sistemas (semi) fechados que podem evoluir no sentido de uma acentuada abertura, em que predomina o fator da funcionalidade (uso externo). Mas, por outro lado, os sistemas de informação abertos não podem ser, em rigor, singularizados, como ensina a teoria geral dos*

¹² SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda- A avaliação em Arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. 5 (2000) 57-113. p. 68.

¹³ SILVA, Armando Malheiro da [et tal.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999. p. 211

*sistemas, pelo facto de nenhum aspeto do seu comportamento se achar determinado a partir de dentro*¹⁴.

Considerando a conceção da informação social enquanto objeto impreciso, a arquivística através da integração com outras Ciências Sociais (respeitando contudo a sua individualidade) adquire uma abordagem transdisciplinar e, consequentemente, uma nova compreensão da realidade que lhe permite fundar as suas bases científicas.

O arquivo torna-se então passível de ser apresentado como um sistema dinâmico que pode ser conhecido através de um dispositivo metodológico integrado e contínuo.

As instituições produzem e recebem informação no seu contexto orgânico que é utilizada para fins funcionais e que estão em sintonia com os objetivos da entidade geradora dessa mesma informação e de acordo com a sua pertinência.

O arquivo é agora entendido enquanto sistema de informação social, no qual se reflete o organismo produtor da ação e onde se realiza o tratamento administrativo dessa mesma informação.

De acordo com a teoria geral dos sistemas, o arquivo é percecionado enquanto um sistema híbrido (uma vez que é constituído por variáveis quantificáveis e outras não), artificial (uma vez que tem origem no ato humano consciente) e é um sistema (semi-) fechado materializado em qualquer tipo de suporte e desenhado a partir de dois fatores essenciais: o orgânico (estrutura) e o funcional (serviço/função) a que se junta depois a memória, imbricado nos anteriores.

Em suma, os autores defendem que é no âmbito da teoria, que se dá abordagem sistémica da informação social e do arquivo, uma vez que é identificado de acordo com a teoria sistémica enquanto um sistema (semi)-fechado *de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores*¹⁵.

Para além das relações intrínsecas, a qualidade sistémica dos arquivos, implica também interação com outros sistemas exteriores, tais como o político-económico, jurídico-administrativo, entre outros. É neste contexto que tem relevância o

¹⁴ SIMÃO, Santos Garcia – *O Sistema de Informação Arquivística: Caso do Museu Regional da Huíla*. Dissertação de Mestrado. p. 32.

¹⁵ SILVA, Armando Malheiro da [et tal.] – *Arquivística: teoria e prática...*p. 214.

desenvolvimento do estudo orgânico-funcional para que se possa entender toda a complexidade da entidade produtora da informação.

Por outras palavras, a informação social é criada e acumulada num determinado ambiente orgânico e funcional para ser utilizada com finalidades que se relacionam com os objetivos da instituição produtora dessa informação e de acordo com a sua pertinência sofre variações de importância ao longo da sua existência.

São também estes elementos orgânicos, estruturais, e num segundo plano a memória, que nos permitem caracterizar os diferentes tipos de arquivo.

Considerando o ponto de vista orgânico, o arquivo pode assumir a forma unicelular *quando assenta numa estrutura organizacional de reduzida dimensão, gerada por uma entidade coletiva ou individual, sem divisões sectoriais para assumir as respetivas exigências administrativas* ou pluricelular, quando o arquivo apresenta média ou grande estrutura organizacional, composta por dois ou mais sectores orgânicos, com complexidade administrativa¹⁶.

Quanto ao serviço e uso, caracterizam-se enquanto arquivos centralizados ou descentralizados, dependendo da existência de apenas um único centro de controlo de informação ou da automatização por vários sectores orgânico-funcionais.

Relativamente ao último elemento caracterizador, o da memória, os arquivos podem ser identificados enquanto ativos ou desativados considerando o estado da instituição produtora de informação.

Tal como referem Fernanda Ribeiro e Maria Eugénia Matos¹⁷, esta caracterização sistémica do arquivo visa, através de uma base teórica, uma universalização do conhecimento arquivístico, a partir de uma perspetiva científica, a que se juntam depois princípios e leis gerais da informação demonstráveis por via indutiva, ou seja através de “estudos de caso”. São esses princípios:

- o da ação estruturante ;
- o da integração dinâmica;
- o da grandeza relativa;
- o da pertinência.

¹⁶SILVA; Armando Malheiro da; RIBEIRO; Fernanda – *Das «ciências» documentais...*p. 118.

¹⁷ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos - *Universidade do Porto: Estudo orgânico-funcional...*

Para que a Arquivística possa reivindicar a sua cientificidade, torna-se essencial apoiar-se num dispositivo metodológico. No processo da investigação arquivística, o sujeito vai conhecer o seu sistema de arquivo através de uma dinâmica constante de verificação/refutação das leis e princípios gerais acima descritos, a partir do estudo sistemático de “casos” e de variáveis.

Baseando-se no modelo geral de compreensão de investigação desenvolvido por Paul de Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete¹⁸, é aplicado o método quadripolar que se caracteriza pela interatividade dos seus quatro pólos – epistemológico, teórico, técnico e morfológico- que se repete continuamente no seu campo de conhecimento. Trata-se de um modelo de investigação que vai para além dos procedimentos técnicos e que tenta alcançar todas as variáveis e todos os procedimentos do fenómeno informacional. É uma investigação que se cumpre em cada projeto e se reinicia, prolonga, corrige e *supera no seguinte, implicando sempre a interação global e a interdependência desses quatros pólos*¹⁹.

O pólo epistemológico é onde se processa a construção do objeto científico, onde se delimita a problemática da investigação, isto é, o modelo de base que sustenta e orienta toda a fundamentação.

No pólo teórico é onde se manifesta

*a racionalidade predominante do sujeito que conhece (se relaciona e se adequa com) o objeto, bem como a respetiva postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias (plano de descoberta) e subsequente verificação ou refutação do «contexto teórico» elaborado (plano da prova)*²⁰.

Os princípios da proveniência e da ordem original, marcadamente tecnicistas e ligados à noção estática de “fundo”, são agora substituídos pelos quatros princípios já referidos (“ação estruturante”, “integração dinâmica”, “grandeza relativa” e “pertinência”) e pelas já referidas propriedades da informação. É neste pólo que se caracteriza o objeto de estudo, inserindo-o no paradigma da arquivística científica. O

¹⁸ Ver: DE BRUYNE Paul [et al.] – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris: P.U.F., 1974.

¹⁹ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – A avaliação...p. 78.

²⁰ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais*...p. 87.

estudo do sistema de arquivo ultrapassa as questões técnicas e passa a considerar também toda a envolvimento orgânico-funcional.

No pólo técnico dá-se a observação dos casos e das variáveis (através da recolha de dados históricos- institucionais, normativos e regulamentares, a descrição orgânico-funcional do arquivo a partir de vários procedimentos) e procede-se à avaliação retrospectiva (tipificando a estrutura de cada arquivo) e prospetiva (antecipando situações potenciais) a nível orgânico e funcional. O objetivo é o de confirmar ou não as leis, teoria e conceitos operatórios anteriormente formulados.

É no pólo morfológico que se apresentam os resultados de todas as atividades desenvolvidas, quer a nível da representação do arquivo, quer de todo o processo de pesquisa de análise que permite a construção científica. Aqui procede-se à organização e à apresentação dos dados depois da interação com os pólos teórico e epistemológico.

II. A Presidência da República Portuguesa: evolução orgânico-funcional

1. A I República (1910-1926)

A proclamação da República em Portugal, em 5 de outubro de 1910, nos Paços do concelho em Lisboa, teve como consequência imediata a constituição do governo provisório presidido simbolicamente por Joaquim Teófilo Braga, que manteria funções até à finalização da nova Constituição, mas cujos verdadeiros chefes seriam António José de Almeida (ministro do Interior), Afonso Costa (ministro da Justiça), Bernardino Machado (ministro dos Negócios Estrangeiros) e, mais tarde, Brito Camacho (ministro do Fomento).

Conquistado o poder, o Partido Republicano Português, mais do que a substituição de um rei por um presidente eleito, desejou, de acordo com os ideais republicanos, a restauração da moralidade e do bom senso na governação do Estado.

De acordo com Rui Ramos²¹, este sentimento moral, sendo individual, era também, a assunção pelo indivíduo de um sentimento de responsabilidade coletiva, sob a forma de *patriotismo*. Pretendia-se o *chamamento geral do povo a uma intervenção, eficaz, constante, na direção dos seus destinos*. Desejava-se que os todos cidadãos sentissem que faziam parte da nação, considerando assim, que a República dava espaço para a evolução da sociedade.

O Governo Provisório, durante o tempo que dirigiu superiormente a nação, empenhou-se em consolidar o novo regime, assegurar a ordem pública interna e em obter o reconhecimento por parte das potências estrangeiras.

*Sempre coerente com as suas ideias, sempre persistente na luta*²², Teófilo Braga, na qualidade de Chefe do Governo Provisório, enquanto aguardava a elaboração da Constituição que definiria os poderes dos altos cargos do estado, idealizava a figura do futuro Presidente da República enquanto um elemento ponderado do governo.

Não teremos um presidente com casa civil e militar, com pompas, com palácios (...) existirá um palácio como a Casa Branca da Republica do Norte e ali irá o presidente que terá a sua residencia particular... Penso que, assim como um juiz, um professor, um médico, tem o seu tribunal, a sua aula, o seu consultorio para o exercício das suas profissões, assim o chefe do Estado deve viver no seu

²¹ RAMOS, Rui – *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009. p. 402.

²² BRAGA, Teófilo de - *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983. p. 8.

*lar, á sua vontade, com os seus hábitos e os seus gostos e ir ás recepções officiaes ao para taes fins destinado e trabalhar nos negócios do paiz na secretaria*²³.

A simplicidade, referiu, *tem de ser uma das grandes forças da democracia*²⁴.

Durante os primeiros meses de Teófilo Braga em Belém, o Palácio foi essencialmente um espaço de receção de visitas, *eram republicanos de sempre e de última hora, da capital e da Província, que vinham mostrar o seu regozijo pelas novas instituições*²⁵.

Dada a inexistência de uma residência oficial, era ali, em Belém, que o Chefe do Governo Provisório se deslocava para despacho e para a receção de várias individualidades como por exemplo quando recebeu, a 15 de novembro, o ministro plenipotenciário do Brasil, o Dr. Costa Mota, que apresentou as suas credenciais ao Chefe do Governo Provisório confirmando assim o reconhecimento da República Portuguesa pelo seu país. Em dezembro foi a vez da República Argentina reconhecer o novo regime português, por idêntico processo.

O Palácio de Belém começou a ganhar protagonismo e a ser reconhecido internacionalmente como um dos palcos do poder.

Porém, com o passar do tempo e com a proximidade das eleições presidenciais, este movimento foi-se diluindo, mantendo-se apenas as vindas dos ministros para a assinatura e a receção de credenciais.

Teófilo Braga começou a ficar desencantado com o seu cargo:

*O sr. dr. Teófilo Braga começava a andar cansado. Chegava ao Palácio com ar distraído, sentava-se, e para ali ficava. Recebia poucas visitas, assinava um ou outro decreto. E aborrecia-se naquelas esperas, alheado de tudo que não fôsse as idéias que trazia na cabeça*²⁶.

²³ *Ilustração Portuguesa*. N.º 244, de 24 de outubro de 1910. p. 519.

²⁴ *Ilustração Portuguesa*. N.º 244, de 24 de outubro de 1910. p. 520.

²⁵ SARAIVA, José António – *O Palácio de Belém: com os seus hóspedes os seus segredos e a sua vida quotidiana*. 2ª ed. rev. ampliada. Lisboa: Inquérito, 1991. p. 86.

²⁶ FONTES, Vital; PERES, Rogério – *Servidor de reis e de presidentes*. Lisboa: Marítimo-Colonial, 1945. p. 70-71.

Eleita a 28 de maio de 1911, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou a *Constituição*, a 21 de agosto, consagrando assim o modelo de uma democracia parlamentar em Portugal.

De acordo com a primeira versão do documento, o Presidente da República, chefe do poder executivo, seria eleito pelo Congresso (que igualmente o podia destituir) por um período de quatro anos e possuía um conjunto de vastas competências ainda que, na realidade, tivesse poderes executivos muito reduzidos e meios materiais igualmente bastante limitados para o exercício das suas atribuições.

Segundo o art.º 47.º cabia-lhe: a nomeação e demissão dos ministros; prover todos os cargos civis e militares e exonerar, suspender e demitir os respetivos funcionários; a convocação extraordinária do Congresso sempre que fosse necessário; a promulgação e cumprimento das leis e resoluções do Congresso; a representação do país perante o estrangeiro e dirigir a política externa da nação, sem prejuízo das competências do Congresso; fazer a declaração de estado de sítio em caso de agressão estrangeira ou de grave perturbação interna; a negociação de tratados; o indulto e comutação de penas e agir relativamente à segurança interna e externa no país. Porém, como complementam o art.º 49º e o art.º 50.º do texto constitucional, todas estas competências presidenciais eram exercidas por intermédio dos Ministros, e todos os atos do Presidente eram referendados, pelo menos, pelo Ministro competente, caso contrário, seriam nulos de pleno direito, não podendo ter execução ou sequer obediência.

A Constituição definia claramente que o centro do poder estava no Parlamento.

A 24 de agosto, foi eleito pelo Parlamento o primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga, ganhando por uma ampla maioria de 55,8% dos votos face aos 39,6 % de Bernardino Machado, o segundo candidato mais votado.

A sua eleição, de acordo com Joana Gaspar de Freitas²⁷, representou o reconhecimento pelos serviços prestados ao Partido Republicano Português durante os tempos da propaganda. Tratou-se de uma homenagem ao seu carácter honrado, aos seus ideais puros e à sua dedicação à causa da democracia.

²⁷ FREITAS, Joana Gaspar de – *Manuel de Arriaga: história de um açoriano que chegou a Presidente da República*. Horta: Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2005.

Manuel de Arriaga tornara-se um dos mais conceituados membros do partido, respeitado no contexto político e reconhecido pelo povo, e o seu afastamento da política ativa nos anos que antecederam a sua eleição, longe das intrigas e rivalidades da época, promoveram a construção de uma imagem de herói – homem perfeito, ideal para ocupar o cargo de Chefe de Estado.

Confirmada a eleição e ao tomar posse do seu cargo, comprometeu-se desde logo a ser o Chefe da Nação e não o Chefe de uma facção, afirmando que não seria defensor de nenhum partido político e assumiu-se como um elemento de equilíbrio e unificação entres as diversas facções políticas. De acordo com os seus ideais democráticos, federalistas e descentralizadores, manifestava-se igualmente contra a concentração de poder num só indivíduo, resistindo ao reforço de poderes do Chefe de Estado.

Depois de pronunciar na Assembleia o seu juramento à *Constituição da República* e de se dirigir ao povo, Manuel de Arriaga, foi escoltado até ao Palácio de Belém, *que fica sendo a secretaria da presidência em vista do parlamento não ter votado uma morada oficial para o primeiro magistrado da República*²⁸. Aí, na Sala Luís XV, foi realizada a receção do primeiro Presidente da República português e foi para a secretaria que foram enviadas as saudações ao novo Chefe de Estado.

A 24 de agosto dia da sua eleição da eleição, foi publicado o decreto²⁹ que regulamentou os honorários do Presidente da República, fixando-os em 18 000\$000 réis anuais e mais 6 000\$000 réis para despesas de representação normal, não podendo este subsídio, de acordo com o artigo 45.º da Constituição, ser alterado durante o período do mandato presidencial. As despesas de representação extraordinárias seriam abonadas pelo Estado, quando autorizadas pelo Congresso ou sob a responsabilidade do Ministério. O diploma decretava ainda o funcionamento da Secretaria da Presidência da República numa das dependências do Palácio de Belém. O diploma previa igualmente o lugar de Secretário-geral, cujos honorários eram anualmente de 2.400\$000 réis, e o do Secretário Particular, que eram de 1.600\$000 réis.

O decreto sublinha ainda que, embora de acordo com a Constituição, o Presidente da República apenas pudesse proceder à nomeação, suspensão e demissão de

²⁸ *Ilustração Portuguesa*. N.º 289, de 4 de setembro de 1911. p. 295.

²⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - DECRETO de 23 de agosto de 1911. *D.G. I Série*. 197 (11-08-24) 3573.

funcionários dos cargos civis e militares, sob proposta dos ministros, o lugar de Secretário Particular era uma exceção sendo da sua livre escolha.

Ficou definido que, em ocasiões de receções militares ou navais estrangeiras, o Chefe de Estado era acompanhado por um oficial da Armada ou da Marinha nomeado exclusivamente pelos respetivos ministérios para essa ocasião.

O Palácio começou a definir-se enquanto o espaço físico e simbólico da República, libertando-se da sua anterior função, adquirida durante a monarquia, de *alojamento de Chefes de Estado, Príncipes e missões estrangeiras*³⁰. A sua administração, tal como já definido no anterior regime, manteve-se, de acordo com o decreto de 28 de maio de 1911, sob a dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Competia ao Chefe da Repartição do Protocolo e Pessoal Diplomático, da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, a administração superior do Palácio de Belém. A guarda, conservação e administração direta do Palácio ficava a cargo de um administrador tinha sob as suas ordens o pessoal menor.

Na verdade, o início da magistratura presidencial, de acordo com as memórias de Manuel de Arriaga, foi pautado por uma série de dificuldades: *sem casa, sem dinheiro, sem meios de transporte, sem secretário, sem protocolo, sem conselho de Estado, ou outros equipamentos para os casos mais graves que iam naturalmente emergir num regime novo servido por inexperientes, começando por nós*³¹.

De acordo com a *Ilustração Portuguesa*³², o constrangimento criado pela recusa do Congresso em disponibilizar um dos antigos palácios reais para alojamento do Presidente da República levou Manuel de Arriaga a arrendar um palácio na Rua da Horta Seca (onde foi comemorado o primeiro aniversário da implantação da República) para se instalar na qualidade de Chefe de Estado, deslocando-se ao Palácio de Belém, através de transporte adquirido pelos seus próprios meios, apenas para o exercício das cerimónias oficiais e das receções presidenciais (ver fig. 1).

As carências de pessoal levaram-no a apoiar-se na sua estrutura familiar, nomeando o seu filho Roque Manuel de Arriaga para secretário particular - que

³⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - DECRETO de 3 de setembro de 1908. *Colecção oficial de Legislação Portuguesa*. Lisboa. (1909) 514-515.

³¹ ARRIAGA, Manuel de - *Na primeira presidência da república portuguesa: um rápido relatório*. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1916. p. 17.

³² *Ilustração Portuguesa*. N.º 307, de 8 de janeiro de 1912. p. 33-37.

acumulava igualmente as funções de secretário-geral - tendo sido substituído por Henrique Raymundo de Barros (genro do Presidente). Mais tarde, o cargo de secretário-geral foi ocupado por Manuel Jorge Forbes de Bessa.

A primeira festa oficial da Presidencia

A residencia do chefe do Estado, onde se realizou um jantar oferecido á Camara Municipal e um baile para que se fizessem numerosos convites, é o palacio Condeixa na rua da Horta Seca, á esquina da rua da Emenda, e n'ele residiu o grande elegante Jeronimo Colaço que faleceu em Paris onde se celebrisara pelo seu luxo e pelos seus ditos de espirito.



1—O palacio da Horta Seca, residencia do Presidente da Republica
2—A sala de visitas do sr. Manuel d'Arriaga
3—A sala de baile do palacio da Presidencia—(Cliches Benoitel)

Fig.1 – O Palácio Condeixa, na Rua da Horta Seca, a residência do Presidente da República Manuel de Arriaga. Fonte: *Ilustração Portuguesa*. n.º 301.

No contexto da passagem entre regimes políticos, a lei de 24 junho de 1912³³ definiu que a guarda, conservação e administração dos móveis e imóveis dos antigos paços reais, com a extinção da Superintendência dos Paços, passavam a ficar a cargo do Ministério das Finanças, através da Direção-geral da Fazenda Pública, ficando a administração de cada palácio a cargo direto de um administrador auxiliado pelo pessoal que considerasse necessário.

O diploma definiu igualmente que o Palácio de Belém ficaria, a partir de então, exclusivamente destinado ao alojamento da Secretaria-geral e à morada do Presidente da República (ver fig. 2).

O Governo ficou autorizado a arrendar o anexo do Palácio para esse efeito mediante o pagamento mensal de cem mil réis. Esta figura do aluguer permitiu contornar o que estava instituído na Constituição de 1911: *nenhuma das propriedades da nação, nem mesmo aquela onde funcionar a Secretaria da Presidência da República, pode ser utilizada para cómodo pessoal do Presidente ou de pessoas da sua família*³⁴.

É de referir que ao longo da I República, todos os Presidentes da República que decidiram habitar o Palácio de Belém pagaram o devido aluguer.

Com a reorganização do Ministério dos Negócios Estrangeiros, definida com a lei de 30 de junho de 1912³⁵, a administração superior do Palácio de Belém passou finalmente a pertencer ao Secretário-geral da Presidência da República, que poderia organizar da forma mais conveniente os serviços dessa administração, tal como o pessoal que lhe estivesse sob as suas ordens. A organização dos serviços de guarda, conservação e administração do palácio e a distribuição do pessoal, tal como indicava o diploma de 24 de junho do mesmo ano, ficavam sujeitas à aprovação do Ministério das Finanças.

³³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - LEI de 24 de junho de 1912. *D.G. I Série*. 150 (12-06-28) 2301.

³⁴ PORTUGAL. Assembleia da República, ed. lit. - Constituições portuguesas 1822-1826-1838-1911-1933, ed. fac-similada. Lisboa: Assembleia da República, 2004.

³⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – LEI de 30 de junho de 1912. *D.G. I Série*. 165 (12-07-16) 2523-2524.



Fig.2 – O Palácio Nacional de Belém, residência oficial do Presidente da República. Fonte: *Ilustração Portuguesa*. nº 360.

Durante o mandato presidencial do primeiro Chefe de Estado, o Palácio de Belém seria o cenário de vários banquetes: o casamento de uma das filhas do Presidente, a celebração, pela primeira vez, do aniversário da implantação da República em Belém, ou em honra de soberanos estrangeiros.

Utilizado desde 1870 pelos reis enquanto morada de veraneio, o Palácio da Cidadela de Cascais, após uma fase inicial em que houve por parte dos governantes uma certa preocupação em *eliminar da nova prática política qualquer tipo de ostentação que durante anos criticara à Monarquia*³⁶, foi igualmente frequentado pelos Chefes de Estado do regime republicano.

Também sob a dependência do Ministério das Finanças, o Palácio da Cidadela, por decreto de 15 de março de 1911, teria o seu usufruto concedido à Câmara Municipal de Cascais, para futura adaptação a um hotel. Contudo, a indefinição da sua utilização por parte da Câmara, que viu a sua concessão ser anulada pelo decreto de 1924, levou a um consequente abandono que originou a sua ocupação por várias instituições.

No inverno de 1913, de acordo com os periódicos³⁷, Manuel de Arriaga, provavelmente com a sua família, passou uma temporada na Cidadela de Cascais para recuperar de uma severa enfermidade que o atacara. Com Roque de Arriaga foi celebrado o contrato mensal de arrendamento da Cidadela entre o Chefe de Estado e o Ministério das Finanças, no valor de 30\$.

Em 1913, começou a discutir-se, na Câmara dos Deputados, a organização da Secretaria-geral de Presidência da República.

O decreto de 23 de agosto de 1911 tinha-se circunscrito à criação do lugar de Secretário-geral e do seu provimento pelo que era necessário estruturar a Secretaria. Considerou-se que o seu regular funcionamento não poderia ser *cabalmente desempenhado sómente pelo Secretário Geral*³⁸, pelo que se tornava urgente organizar o serviço através da escolha de funcionários que ficassem sob as suas ordens e responsabilidade. Debateu-se a composição dos funcionários da Secretaria da Presidência da República, como se poderiam requisitar de forma a não aumentar os encargos do Tesouro e quais seriam os seus direitos.

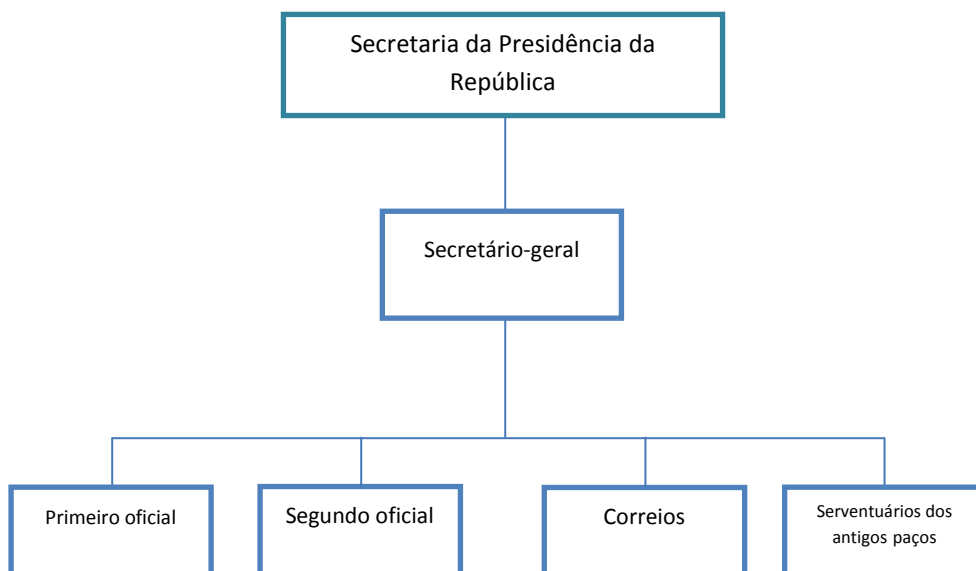
³⁶ GASPAR, Diogo - *Palácio da Cidadela de Cascais*. Lisboa: Museu da Presidência da República; Cascais: Câmara Municipal, 2011. ISBN 972-8971-29-X. p. 141.

³⁷ *Ilustração Portuguesa*. N.º 403, de 10 de novembro de 1913. p. 532-533.

³⁸ PORTUGAL. Câmara dos Deputados - *Diário da Câmara dos Deputados*. 11 de março de 1913, p. 18.

Neste contexto, foi aprovada a Lei de 4 de junho³⁹ que apresentou a seguinte organização da Secretaria-Geral da Presidência da República (ver organograma 1):

- O Secretário-geral, que superintendia;
- Um primeiro oficial e um segundo oficial (com funções protocolares e de serviço de administração, sendo que o primeiro podia substituir o Secretário em qualquer falta ou impedimento);
- Dois correios;
- Pessoal serventuário (permanente ou eventual) vindos dos antigos paços.



Organograma 1 – Organização da Secretaria geral da Presidência da República em 1913, segundo a Lei de 4 de junho de 1913.

O lugar de administrador do Palácio de Belém foi extinto porque a legislação em vigor assim o obrigava (dado que se tratava de um cargo herdado da Monarquia) e o funcionário colocado na disponibilidade.

Decretou-se que os lugares do quadro da Secretaria seriam providos pelo Ministério das Finanças em funcionários adidos ou que se encontrassem na disponibilidade, através de proposta do Secretário-geral.

³⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - LEI de 4 de junho de 1913. *D.G. I Série*. 130 (13-06-05) 2063.

Dada a conveniência da presença do Secretário-geral junto do Presidente da República, para lhe prestar o devido apoio, este diploma autorizou ainda o Governo a arrendar para sua moradia a parte do Palácio de Belém conhecida pelo nome de Arrábida.

A Secretaria-geral foi sofrendo adaptações sempre que o contexto o exigia pelo que em 1914⁴⁰, na impossibilidade de organizar de uma forma definitiva o seu quadro de pessoal, regulou a situação dos funcionários.

O mandato de Manuel de Arriaga caracterizou-se por ter sido um período em que o Chefe do Governo teve poderes políticos limitados, relativamente isolado no seu exercício, tendo à sua disposição fracos recursos humanos, técnicos e financeiros. O Presidente, como referem Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas:

Tentou romper o isolamento político em que se encontrava (lembre-se que a Constituição não estabelecia a existência de um Conselho de Estado), iniciando a prática de reuniões quinzenais com figuras políticas destacadas, atendendo às funções que desempenhavam (membros do Congresso, ministros, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Procurador Geral da República, presidentes de diversas associações ligadas a interesses sociais, instituições de ensino, etc.). Mas a iniciativa não teve sucesso: raros eram os políticos que iam ao encontro do chefe de Estado e as reuniões transformaram-se “numa espécie de five o’clock tea” em ponto grande⁴¹.

Durante os quatro anos do seu mandato, o Presidente viu-se na contingência de nomear sete governos consecutivos, dado que as rivalidades políticas entre os três maiores partidos não permitiam criar executivos estáveis.

Manuel de Arriaga, à semelhança dos restantes presidentes da I República, teve escassos poderes formais. Contudo, o facto é que, como mencionam António Freire e António Costa Pinto⁴², estes foram arrastados para a ribalta política dado o contexto de instabilidade política, quase desde a aprovação da Constituição.

⁴⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - DECRETO n.º 1052. D.G. I Série. 215 (14-11-17) 1216-1217.

⁴¹ MATOS, Sérgio Campos; FREITAS, Joana Gaspar de – *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 34.

⁴² FREIRE, André; PINTO, António Costa – *O poder presidencial em Portugal: os dilemas do poder dos presidentes da república portuguesa*. Alfragide: Dom Quixote, 2010.

A deflagração da Grande Guerra, associada ao agravamento das condições de vida e da crescente instabilidade política e social, contribuíram para que, no âmbito do conflito institucional entre Manuel de Arriaga, o Governo e o Parlamento, o Presidente renegasse ao seu mandato em maio de 1915.

A 29 do mesmo mês, o Congresso da República elegeu Teófilo Braga, com 98 votos, para completar o mandato do primeiro Presidente que deveria acabar a 5 de outubro de 1915. O curto mandato de Teófilo Braga *será sobretudo marcado por uma estratégia de não intervenção nas áreas de competência do Congresso*⁴³.

Na sua mensagem ao Congresso, defendeu que:

*Todo o cidadão elevado à Presidência da República se considere um magistrado, tendo por escopo o acatamento da soberania nacional e assistindo com interesse e amor, mas sem intervenção ilegítima, ao normal funcionamento do regime democrático parlamentar*⁴⁴.

A atividade presidencial assumiu uma postura mais discreta do que a de Manuel de Arriaga, defendendo que o poder soberano residia essencialmente no Congresso, sendo ele apenas um simples mandatário do Parlamento. Aderiu, inclusive, à *teoria de que o Presidente não tinha o direito de discursar no parlamento, e muito menos de se dirigir aos portugueses*⁴⁵.

Durante a sua breve e discreta presidência, o Chefe de Estado, optou por permanecer na sua residência, na Travessa de Santa Gertrudes, à Estrela, onde os ministros nem se incomodavam em deslocarem-se até lá para despacho, optando por enviar os seus secretários.

A 6 de agosto de 1915, Bernardino Machado foi eleito para a suprema magistratura da nação. Após o terceiro escrutínio, obteve 134 votos contra o 18 do General Correia Barreto. Tomou posse a 5 de outubro de 1915, *fazendo a sua declaração de compromisso, de acordo com o preceito institucional*⁴⁶.

⁴³ GASPAR, Diogo, ed. lit.; PINTO, António Costa, compil.; ALÍPIO, Elsa Santos, compil. – *Presidentes de Portugal*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2011. p. 27.

⁴⁴ Mensagem de Teófilo Braga lida na sessão do Congresso da República de 29 de maio de 1915 no Congresso da República.

⁴⁵ RAMOS, RUI – *Teófilo Braga*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006. p. 74.

⁴⁶ SAMARA; Maria Alice – *Bernardino Machado: uma vida de luta*. Lisboa: Assembleia da República-Divisão de Edições, 2012. p. 99.

Bernardino Machado foi eleito num contexto político tenso: internamente, a agitação social provocada pela crise económica; no plano internacional, a declaração de guerra da Alemanha e o seu ataque às linhas do Corpo Expedicionário Português na frente ocidental. Tentou responder a este clima adverso colocando acima dos interesses partidários o interesse nacional, trabalhando com o governo em perfeita harmonia de acordo com o espírito da Constituição.

Ao longo do mandato de Afonso Costa, como Primeiro-Ministro, *o Presidente da República acompanhou, com a sua experiência, o funcionamento do governo, mas nunca exorbitou das funções que a lei lhe conferia*⁴⁷.

Com Bernardino Machado, o Presidente da República tornou-se uma figura meramente protocolar, entregando a condução da nação a Afonso Costa, limitando-se, basicamente, a ser um embaixador no seu próprio país, tornando o Palácio de Belém um centro de vida social⁴⁸.

É neste contexto de guerra que, em outubro de 1917, se realizou a primeira deslocação oficial ao estrangeiro do Presidente da República Portuguesa, com a sua visita ao Corpo Expedicionário Português, que se encontrava em França. A entrega das insígnias da Ordem da Torre e Espada⁴⁹ à cidade de Verdun e a distribuição das Cruzes de Guerra aos oficiais e aos soldados portugueses por Bernardino Machado foram momentos marcantes desta deslocação.

Bernardino Machado *mudou-se com a sua vasta família, conferindo, dessa forma uma nova vida ao Palácio de Belém*⁵⁰. O Palácio voltou a ter um banquete nupcial com o casamento de uma das filhas do Presidente, continuando a ser espaço de receção para visitas estrangeiras e, igualmente, de realização de conselhos durante a 1ª Guerra Mundial.

Em 1916, tal como refere Elsa Alípio, a pretexto de fazer obras no Anexo do Palácio de Belém, o Presidente da República optou por mudar de residência para o Palácio da Cidadela.

⁴⁷ ROSA, Elzira Maria Terra Dantas Machado [et al.] – *Bernardino Machado*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006. p. 70.

⁴⁸ SARAIVA, José António – *O Palácio de Belém...*

⁴⁹ Atendendo à situação de guerra surgiu a necessidade de instituir uma Ordem Nacional, destinada a distinguir os feitos de militares e as virtudes cívicas, deu-se o restabelecimento da Ordem da Torre e Espada.

⁵⁰ GASPAR, Diogo – *Do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2005. p. 45.

Relativamente à Secretaria-geral, em agosto de 1917, a propósito da discussão do orçamento do Ministério das Finanças na Câmara dos Deputados, foi questionado o suporte legal das despesas dos honorários do pessoal da Presidência da República e, consequentemente, foi assumida a necessidade de se proceder a uma nova organização da mesma, *estabelecendo vencimentos condignos aos seus funcionários e determinando até que os seus lugares sejam vitalícios*⁵¹.

A conjuntura internacional, associada ao esforço de guerra que o país teve de suportar, suscitou um descontentamento crescente no povo português, que não entendia as razões do conflito e da participação portuguesa. Por isso, a *5 de dezembro de 1917, algumas unidades de Lisboa, apoiadas por elementos populares e com um esteio forte nos cadetes da Escola de Guerra, revoltaram-se sob a chefia do ex-ministro em Berlim, o major e professor Sidónio Pais*⁵².

A partir de Belém, Bernardino Machado tentou resistir aos acontecimentos e à ditadura que Sidónio impunha. No seu manifesto, que seria publicado em julho 1921, definiu esses acontecimentos:

*Apareceu-nos com Sidónio Pais, como aparecera em França com Boulanger, a tentativa do presidencialismo, forma inadequada de governo, que nos volveria ao absolutismo do tempo em que o imperante nomeava a seu bel-prazer os ministros, alheamente às indicações do Parlamento e da opinião*⁵³.

Como resultado da revolução sidonista, o ministério demitiu-se, Afonso Costa foi preso e Bernardino Machado foi destituído do seu cargo pela Junta Revolucionária que, *presidida pelo major Sidónio Pais, decidira depô-lo de presidente da República, ficando (...) detido e incomunicável, bem como a toda a família, secretários, criados e guardas*⁵⁴.

No dia 12 de dezembro de 1917, Bernardino Machado foi destituído e, no dia 14, foi-lhe comunicado que tinha 24 horas para sair do país.

⁵¹ PORTUGAL. Câmara dos Deputados - *Diário da Câmara dos Deputados*. 13 de agosto de 1917, p. 7

⁵² MARQUES, A. H. Oliveira - *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1995. p. 569.

⁵³ MACHADO, Bernardino – *Depois de 21 de Maio*. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. p. 53-54.

⁵⁴ BRANDÃO, José – *Sidónio: ele tornará feito qualquer outro*. Lisboa: Alfa, 1990. p. 38.

A 9 de maio seguinte, Sidónio Pais tomou posse enquanto Presidente da República e fez-se apoiar nos decretos de 11 de março⁵⁵ e de 30 de março de 1918⁵⁶, também designados “Constituição de 1918”: o primeiro estabelecia o sufrágio universal (masculino) e a eleição direta do Presidente da República; o segundo, o princípio da representação regional e profissional no Senado, bem como a possibilidade do Presidente, chefe da força armada da terra e do mar, poder nomear e demitir os ministros.

Como refere Maria Alice Samara, o que inicialmente poderíamos supor que se tratava apenas de uma alternância governativa, transformou-se num processo político complexo que se desviou das experiências republicanas até então vividas. Foi o que Sidónio Pais designou por “República Nova”: *um regime que reutilizou ideias antigas do património republicano existentes mas não dominante e que juntou este antigo a características inovadoras*⁵⁷.

A “República Nova” baseou-se essencialmente no carisma e influência da personagem que o liderou. Sidónio Pais tentou *construir uma espécie de partido único, como fator de agregação de vontades, não deixando, por outro lado, de construir uma polícia política, (...) para lidar com os seus opositores*⁵⁸.

Sidónio Pais, na sua estratégia de reforço da representação simbólica e de legitimação do cargo de Chefe de Estado, ainda na condição de ministro da Guerra, assinou o decreto n.º 4178, no qual se definia o uniforme a usar pelo Presidente da República:

Artigo 1.º O uniforme do Presidente da República será o que se acha estabelecido para os oficiais gerais com o distintivo das estrelas de ouro, do padrão da fi. 21, do plano de uniformes para o exército de 1911, apostas pela forma seguinte:

- a) No casaco seis estrelas no canhão acima do silvado, formando triângulo, e três sobrepostas ao silvado da gola, colocadas horizontalmente a cada lado;*
- b) Nas dragonas três estrelas dispostas como é indicado na fi. 135 do mesmo plano;*

⁵⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - DECRETO n.º 3907. D.G. I Série. 47 (18-03-11) 177-179.

⁵⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - DECRETO n.º 3997. D.G. I Série. 64 (18-03-30) 292-309.

⁵⁷ SAMARA, Maria Alice – *Bernardino Machado: uma vida...*p. 107.

⁵⁸ GASPAR, Diogo – *Sidónio Pais: Presidente da República Portuguesa*. [Lisboa]: Museu da Presidência da República, 2009. p. 48.

- c) *No dólman de campanha três estrelas na gola horizontalmente e seis nos canhões em triângulos;*
- d) *Na peiça seis estrelas nos canhões, acima dos galões, em triângulo;*
- e) *Na gola do capote e da capa três estrelas pela forma indicada na fi.109 do mesmo plano; no barrete uma +. Esporas e botões dourados⁵⁹.*

Tratava-se de um uniforme, como escreve Armando Malheiro da Silva⁶⁰, para um Presidente da República militar, idealizado à medida da necessidade pragmática de fixar bem a hierarquia e a sua respetiva figuração emblemática, dado que Sidónio era major, uma patente demasiado baixa para a função de Comandante em Chefe das Forças de Terra e Mar.

Procurou construir uma imagem pública baseada num reforço simbólico da dignidade do Estado, aproveitando também a componente militar, sobrepondo-a, pela primeira vez desde o início da República, à componente civil.

Inicialmente, Sidónio Pais escolheu o Hotel Avenida Palace para sua residência. Porém, por questões de segurança, acabou por ceder e mudar-se para Belém. *Com ele o Palácio de Belém torna-se, pela primeira vez na sua história, o centro do poder político – a sede do Poder supremo⁶¹.*

Durante a sua estadia no Palácio de Belém, a renda foi atualizada passando dos 100 para os 105\$00.

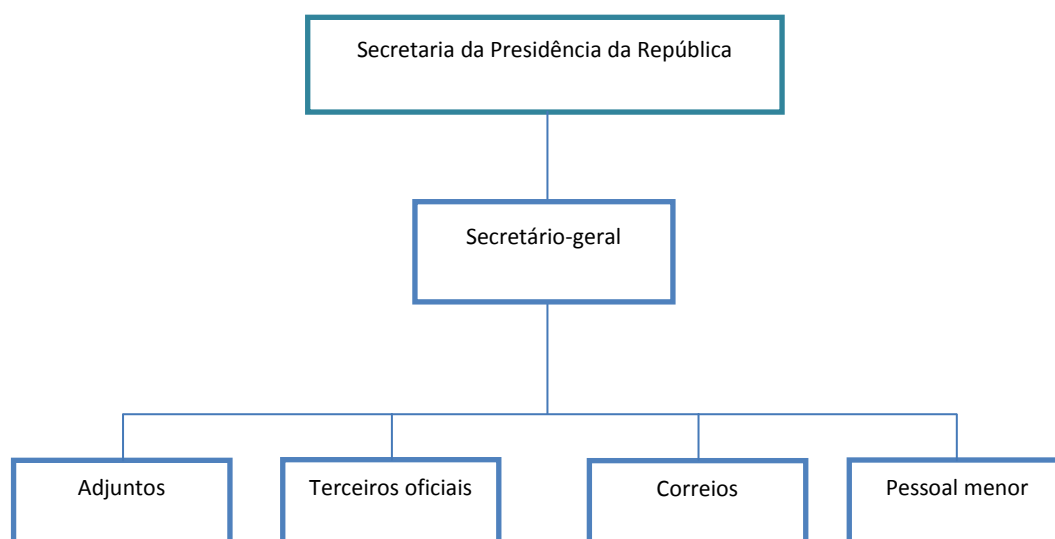
No âmbito da estratégia do presidencialismo sidonista, a Presidência da República viu igualmente a sua imagem reforçada. Assim, através do decreto n.º 4.233 de 1918⁶², a Secretaria sofreu uma reorganização: o Secretário-geral, então na condição de chefe, passou a poder ter junto de si, os adjuntos que considerasse necessários para o apoiarem na execução das suas competências. Definiu-se o serviço de expediente, composto por dois terceiros oficiais providos pelo Ministro das Finanças, de acordo com sugestões do Secretário-geral (ver organograma 2).

⁵⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - art.º 1.º do DECRETO n.º 4178. *D.G. I Série*. 92 (18-04-27) 562.

⁶⁰ SILVA, Armando Malheiro da - *Sidónio e o Sidonismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. vol. 1.

⁶¹ SARAIVA, José António – *O Palácio de Belém...* p. 96

⁶² PORTUGAL. Leis, decretos, etc - DECRETO n.º 4233. *D.G. I Série*. 101 (18-05-10) 681-682.



**Organograma 2 - Reorganização da Secretaria da Presidência da República em 1918,
segundo o decreto-lei nº 4233, de 10 maio de 1918.**

O Presidente passou a ter permanentemente junto de si dois oficiais às ordens e dois ajudantes de campo que, de acordo com a portaria n.º 1348⁶³, sempre que estivessem ao serviço do Presidente deveriam usar como distintivo, cordões e agulhetas douradas pendentes do ombro direito. Sidónio Pais, com esta medida, lançou as bases da Casa Militar na Presidência da República, que se justificava com a nova condição do Presidente, assumindo-se enquanto *chefe da força armada de terra e mar*⁶⁴.

No sentido de renovar a imagem presidencial, os decretos 4.223, 4.224 e 4.225 de 8 de maio de 1918 trouxeram, como refere Armando Malheiro da Silva, um maior *pendor humanitário e conciliador, estabelecendo a amnistia geral, a concessão de indultos aos presos e a reintegração no Exército de quatro ex-segundos sargentos de Artilharia e de três ex-soldados da Guarda Fiscal*⁶⁵.

Com o conjunto de medidas implementadas, Sidónio Pais alterou a imagem do Presidente da República: passou de figura apagada e modesta, que existia até então, transformando-a num chefe carismático. O “Presidente-Rei”, como lhe chamava

⁶³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - PORTARIA n.º 1348. *D.G. I Série*. 99 (18-05-08) 669.

⁶⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - art.º 122.º do DECRETO n.º 3997. *D.G. I Série*. 64 (18-03-30) 302.

⁶⁵ SILVA, Armando Malheiro da – *Sidónio...* p. 180.

Fernando Pessoa, tentou manter a consistência do seu núcleo de apoio que se foi desagregando através da sua popularidade.

Apesar do esforço, a “República Nova” não teve um programa consistente que se pudesse afastar do regime anterior. Prosseguiu a agitação social na capital, que se traduziu em várias conspirações e que culminou com o assassinato de Sidónio Pais, lançando Portugal numa das mais graves crises políticas.

O corpo de Sidónio Pais foi levado para o Palácio de Belém onde foi colocado em camara ardente e onde lhe foi prestada a última homenagem.

A 14 de dezembro de 1918, com a vitória do Partido Democrático, deu-se o regresso à Constituição de 1911. Entre 1919 e 1921, o texto constitucional passou por quatro revisões, relacionando-se a mais importante com o facto do Presidente da República poder, a partir de então, dissolver o Congresso, se a defesa dos interesses do país assim o justificasse e depois da consulta ao Conselho Permanente (organizado para essa ocasião).

João do Canto e Castro tornou-se, a 17 de dezembro, sucessor de Sidónio Pais, assumindo a função de cumprir o resto do mandato do anterior Chefe de Estado.

Todavia, não realizou nenhuma alteração estrutural na instituição, mantendo inclusive o tradicional apoio familiar no desenvolvimento de algumas funções:

Durante os dez meses que durou o seu mandato enquanto Presidente da República, trocou a sua residência pelo Palácio de Belém, para onde veio viver, tendo como seu secretário o genro, Afonso Nobre da Veiga. Nomeou para secretário-geral da Presidência da República Jaime Athias, amigo de longa data (...)⁶⁶.

Mais tarde, por questões de saúde, mudou-se temporariamente para a Cidadela de Cascais e foi aqui que em 2 de junho de 1919, redigiu a sua carta de demissão.

Durante o seu mandato, surgiu na Secretaria de Estado da Guerra, uma proposta para alteração do artigo 45.º da Constituição com o objetivo de atribuir oficialmente uma residência ao Presidente e suspender a obrigatoriedade de pagamento do aluguer dos palácios de Belém e da Cidadela. Contudo, a proposta não teve seguimento.

⁶⁶ Cf. GASPAR, Diogo, ed. lit.; PINTO, António Costa, compil.; ALÍPIO, Elsa Santos, compil. – *Presidentes de Portugal*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2011. p. 78.

A 6 de agosto de 1919, António José de Almeida foi eleito pelo Congresso da República, tendo como opositor Manuel Teixeira Gomes. Tomou posse, simbolicamente, a 5 de outubro. Com ele *ressurgia a esperança numa tutela unitária e num espírito de conciliação*⁶⁷, António José de Almeida foi encarado enquanto o homem que lutava pelos valores defendidos em nome da pátria e do republicanismo.

Essa ideia esteve bem presente na sua alocução proferida no ato da tomada de posse:

*Alheio às lutas políticas, só nelas intervirei com o fim de as acalmar e aproveitando sempre o estímulo patriótico que delas derive. Respeitador de todas as ideias políticas e religiosas dos portugueses, como é próprio da minha tradição e do lugar que vou ocupar, só combaterei, segundo os ditames da Constituição, quem atentar contra a República, e, então, não defenderei só o estado republicano, mas defenderei, como me cumpre, a própria doutrina republicana*⁶⁸.

Contrariamente aos seus antecessores, optou por não se mudar para o Palácio de Belém, mantendo-se na sua residência privada, deslocando-se duas vezes por semana ao Palácio para despacho e para receber visitas. *O Palácio de Belém só o utilizava em cerimónias oficiais*⁶⁹.

Apesar de ter sido o único Chefe de Estado da I República a cumprir na totalidade o seu mandato, durante este período não foi publicada legislação relativa a quaisquer alterações orgânicas ocorridas na Presidência da República.

Contudo, através da leitura dos *Diários da Câmara dos Deputados*, ficamos a saber que foram debatidas algumas propostas relativas à reorganização da Secretaria da Presidência da República, através da sua autonomia, simplificação e unificação administrativa, reunindo num quadro único não só o pessoal superior, até então numa situação provisória, mas também o pessoal menor, assegurando assim a estabilidade à sua adaptação aos serviços especiais que tinham a desempenhar.

Foi igualmente discutida uma proposta para o restabelecimento da casa militar:

⁶⁷ TORGAL, Luís Reis; RAMIRES, Alexandre, il. – *António José de Almeida e a república: discurso de uma vida ou vida de um discurso*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2004. p. 155.

⁶⁸ ALMEIDA, António José de – *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*. Lisboa: J. Rodrigues & C.a, 1934. vol. 4. p. 54-55.

⁶⁹ ALMEIDA, António José de – *Quarenta Anos...*p. 37.

Depois de Sidónio Pais ter estabelecido a tal casa militar, que em todo o caso, por coerência, se fez chefe do exército de terra e mar, aparecer uma proposta de restabelecimento da casa militar precisamente na ocasião em que o Chefe de Estado, muito louvavelmente, a meu ver considera o Palácio Nacional só como uma repartição, tendo a sua casa particular onde vive à sua vontade como qualquer cidadão, é um procedimento inteiramente desconforme àquele que adoptou louvavelmente o Presidente da República, e que lhe pretende impor inconsideravelmente o governo⁷⁰.

Em outubro de 1923, António José de Almeida chegou ao fim do seu mandato.

Manuel Teixeira Gomes, ministro plenipotenciário em Londres, foi o nome escolhido pelos Democráticos, denominação agora atribuída aos elementos do antigo Partido Republicano Português. No dia 6 de Agosto de 1923 seria eleito pelo parlamento em detrimento de Bernardino Machado⁷¹.

Após a sua eleição, recebeu em Londres grandes homenagens tendo o próprio rei Jorge I participado nestas manifestações. Durante o seu mandato, debateu-se com graves problemas em várias frentes (crises partidárias e militares, que provocaram várias quedas e substituições de governos), mas:

Fez tudo o que se encontrava ao seu alcance para estimular a necessidade e urgência de projetos inovadores; vencer a rotina e estimular a necessidade e urgência de projetos inovadores; vencer a rotina e o marasmo; contribuir de todos os modos para que Portugal se tornasse mais evoluído, mais aberto à novidade, mais disponível para a mudança⁷².

Após a sua eleição, rapidamente se apercebeu da fraca base constitucional de apoio que tinha para desenvolver as suas funções, referindo que *um presidente constitucional, no nosso país, que se conserve fiel aos julgamentos prestados, é um*

⁷⁰ PORTUGAL. Câmara dos Deputados - *Diário da Câmara dos Deputados*. 21 de novembro de 1919, p. 20.

⁷¹ VENTURA, Maria da Graça Mateus – *Manuel Teixeira Gomes: ofício de viver*. 1.ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2010. p. 63.

⁷² VALDEMAR, António ; HASSANIEN, Bard; PORTUGAL. Instituto Camões – *Manuel Teixeira Gomes: um Português no Magreb*. Lisboa: Instituto Camões: Presidência da República, 2005. p. 12.

*misto de “boneco de palha” e de “Senhor da cana verde”: o primeiro, para ser mandado, e o segundo para ser insultado*⁷³.

A sua estrutura de apoio era constituída por Barreto da Cruz e Jaime Athias na casa civil e na casa militar respetivamente, o capitão Florentino Martins e os primeiros-tenentes Arantes Pedroso e Portela, contando com o seu amigo Viana de Carvalho para seu secretário particular.

Durante o seu mandato, são requisitados do Palácio da Ajuda, artigos de decoração e mobiliário para o Palácio de Belém, e o Chefe de Estado passa a pagar *pelo aluguer do Anexo, a quantia anual de 3000\$000 e 50\$00 pela utilização das pratas*⁷⁴.

Neste período, a Presidência da República não sofreu alterações quanto aos serviços de apoio ao Presidente.

Manuel Teixeira Gomes, constantemente atacado pelos Nacionalistas e desiludido com a política nacional, renunciou ao seu mandato, tendo a 12 de dezembro de 1925 saído do Palácio de Belém.

A 11 de dezembro de 1925, o Congresso elegeu Bernardino Machado para finalizar o que faltava do mandato, iniciando assim a sua segunda presidência. Durante este segundo mandato, dividiu a sua residência entre o Palácio de Belém e a residência privada na Cruz Quebrada.

Bernardino Machado *voltava ao cargo do qual fora apeado pelo sidonismo, assumindo um compromisso com o seu passado de luta, reafirmando os seus princípios e valores no novo mundo que nascera depois da I Guerra Mundial*⁷⁵.

Neste novo contexto, defendeu que a constituição deveria sofrer alterações, e embora não fosse a favor do aumento das funções e poderes presidenciais, considerava essencial a manutenção do poder da dissolução desde de que fosse em benefício da nação.

No decorrer do seu segundo mandato, esforçou-se *por evitar a luta entre poderes pela satisfação única do poder. Mas havia interesses económicos em jogo e forças que só poderiam governar em ditadura*⁷⁶.

⁷³ CANAVEIRA, Manuel Filipe – *Manuel Teixeira Gomes: uma vida entre dois séculos*. Lisboa: Edicarte, 1999. p. 120.

⁷⁴ GASPAR, Diogo - *Do Palácio...*p. 51.

⁷⁵ SAMARA, Maria Alice – *Bernardino Machado: uma vida...*p. 131.

Friso cronológico 1: Legislação fundamental relativa à Presidência da República Portuguesa

I República

1910

Decreto de 5 de outubro

Constituição do Governo Provisório da República.

1911

Constituição de 21 de agosto

Define as atribuições do Presidente da República

Decreto de 23 de agosto

Fixa os honorários do Presidente da República.
Decreta o funcionamento da S.G da PR no Palácio de Belém.
Prevê o lugar de Secretário-geral e do Secretário Particular. Sempre que o Presidente da República receber missões militares será acompanhado por um oficial do exército ou da armada.

1912

Lei de 24 de junho

O Palácio de Belém passa a pertencer à Fazenda Nacional.

Destina o Palácio de Belém ao alojamento da Secretaria-geral da Presidência da República.

Autoriza o arrendamento do respetivo anexo para alojamento do Presidente da República.

Lei 30 de junho

Determina que a administração superior do Palácio de Belém passa a pertencer ao Secretário-geral da Presidência da República.

1913

Lei de 4 de junho

Define a constituição da Secretaria- geral da Presidência da República.
Autorização para arrendar, para moradia do secretário-geral da Presidência da República, parte do Palácio.

1914

Decreto nº 1 052, de 17 de Novembro

Regula a situação do pessoal da Secretaria da Presidência da República e a do pessoal de administração e assalariado dos palácios nacionais.

1918

Decreto nº 3907, de 11 de março

Estabelece o sufrágio universal.

Decreto nº 3997, de 30 de março

Insere a Lei eleitoral.

Decreto nº 4178, de 27 de abril

É estabelecido o uniforme a utilizar pelo Presidente da República.

Portaria nº 1 348, de 7 de maio

Determina que os oficiais às ordens, os ajudantes de campo e os oficiais em serviço do Presidente da República usem, como distintivo, cordões e agulhetas douradas pendentes do ombro direito.

Decreto nº 4 233, de 7 de Maio

Reorganiza a Secretaria da Presidência da República.

Lei nº 833, de 16 de dezembro

Suspende alguns artigos da Constituição de 1911 e insere várias disposições acerca da eleição do Presidente da República.

1920

Lei nº 1005, de 7 de Agosto

Revisão constitucional.

1926

2. A Ditadura Militar (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974)

A 28 de maio, o Exército e a Marinha pronunciaram-se

*pela destituição do chefe de estado e do governo e pela instituição de uma ditadura militar, e o Decreto de 9 de Junho de 1926 dissolveu o Congresso da República, cessando de facto a partir desta data de vigorar a Constituição de 1911, embora de direito só ficasse revogada pela promulgação do texto constitucional de 1933*⁷⁷.

Desencadeada a revolta de 28 de maio, o governo pediu a demissão, e o Presidente confiou a formação de um novo ministério a Mendes Cabeçadas. Bernardino Machado acabou por demitir-se e transmitiu os seus poderes a este último.

Entre 31 de maio e 17 de junho, data do golpe de Gomes da Costa, José Mendes Cabeçadas Júnior, assumiu por decreto presidencial, as funções presidenciais. *Durante esse curto mas intenso período, foi confrontado com as facções opostas que lutavam pelo leme dos acontecimentos*⁷⁸. O seu mandato comprometido entre a opinião pública republicana e os grupos militares de direita, não tinha condições de perdurar.

A 17 de junho, o general Gomes da Costa, apoiado pela maioria do exército, lidera um golpe de estado e impõe a sua autoridade. Mendes Cabeçadas abandona a Presidência, empossando Gomes da Costa como presidente do ministério, acumulando, assim, as principais funções de liderança político-institucional do país.

O decreto n.º 11789⁷⁹ veio promover a imagem de Gomes da Costa, concedendo-lhe as regalias de Chefe de Estado, enquanto não fosse eleito Presidente da República.

Todavia,

O efémero consulado de Gomes da Costa caracterizou-se por permanente ziguezaguear, que deixava a descoberto a (...) ausência de um projeto político coerente, com o general a oscilarão sabor de influências desencontradas, que

⁷⁶ ROSA, Elzira Maria Terra Dantas Machado [et al.] – *Bernardino Machado...* p. 84.

⁷⁷ CAETANO, Marcelo – *Constituições Portuguesas*, 6.ª ed. ver. atualizada. Lisboa: Verbo, 1986. p. 103.

⁷⁸ ALÍPIO, Elsa Santos – *José Mendes Cabeçadas Júnior*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006. p. 45.

⁷⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO n.º 11789. *D.G. I Série*. 138 (26-06-29) 634.

*iam dos republicanos até aos homens do Integralismo Lusitano e da Cruzada Nun'Alvares*⁸⁰.

A sua demissão foi decidida a 9 de julho através do decreto n.º 11866, sendo ordenada a sua prisão no Palácio de Belém. A 10 de julho foi conduzido para a Cidadela, sendo essa a sua única passagem pelo Palácio de Cascais enquanto Presidente da República, partindo daí para o exílio nos Açores.

Óscar Carmona foi escolhido para exercer o controlo do governo. À semelhança de Gomes da Costa, acumulou o cargo na qualidade de Presidente do Ministério e de Presidente da República.

Com a publicação do Decreto n.º 12 740⁸¹, em novembro de 1926, foi oficializada a sua posição como Chefe de Estado, assumindo os poderes de nomeação de ministros, declaração de estado de sítio, negociação de tratados, a concessão de indultos e comutação de penas.

A 29 de novembro tomou posse das suas novas funções a título interino

*finalmente, o governo da Ditadura consagrava, com o acto que o paiz inteiro aplaudia, a acção ponderada e inteligente do seu presidente, investindo-o, interinamente, nas altas funções de Chefe de Estado*⁸².

Em 1928, no sentido de reforçar e legitimar o seu poder, replicando o gesto de Sidónio Pais, decidiu realizar eleições presidenciais por sufrágio direto. A 25 de março, venceu as eleições com cerca de 738 mil votos e, em 15 de abril, prestou compromisso de honra na antiga Sala da Câmara dos Deputados. No entanto, *a concentração de poderes, decidiu nomear para chefe de Governo o general Vicente de Freitas, o qual chamará Salazar para a pasta das Finanças*⁸³.

Foi reeleito em 1942 e 1949, tendo falecido durante o seu quarto mandato. Tornando-se assim, o Presidente que mais tempo esteve no poder. Mas, *durante cerca*

⁸⁰ CASTILHO, J. M. Tavares – *Manuel Gomes da Costa*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006. p. 82.

⁸¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO n.º 12740. *D.G. I Série*. 267 (26-11-29) 2093.

⁸² NUNES, Leopoldo – *A ditadura militar: dois anos de história política contemporânea*. Lisboa: [s.n.], 1928. p. 92.

⁸³ QUIDNOVI – *Óscar Carmona*. Matosinhos; Lisboa: QN – Edições e Conteúdos, 2009. p. 51.

de duas décadas, Carmona foi Presidente ao serviço do professor universitário A. Oliveira Salazar, a quem nomeou chefe do governo em 5 de Julho de 1932⁸⁴.

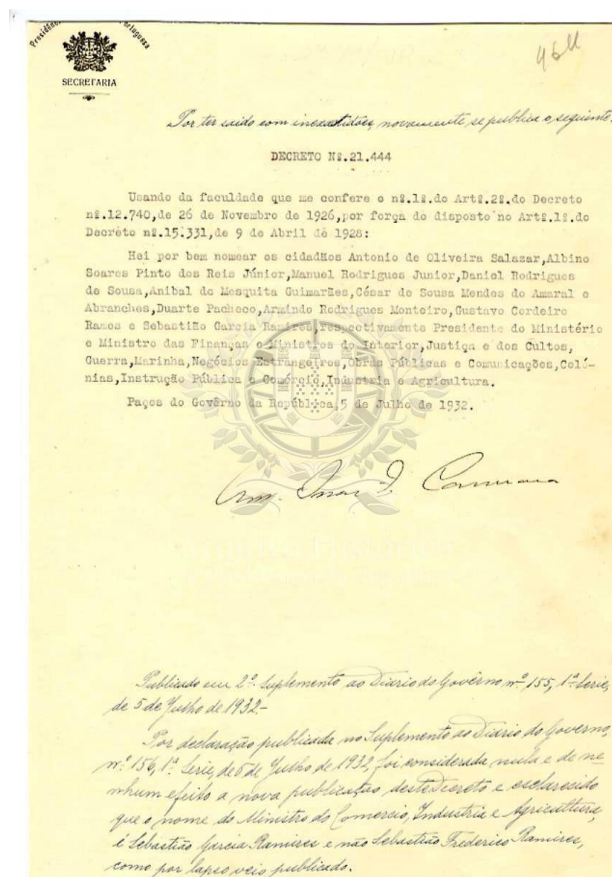


Fig.3 - Decreto de nomeação de António Oliveira Salazar para Presidente do Ministério
Fonte: Arquivo Histórico da Presidência da República.

Por decreto de 24 de março de 1928⁸⁵, o Presidente da República adquiriu o direito a ter uma residência oficial, ficando assim dispensado do pagamento do aluguer dos edifícios públicos. Óscar Carmona escolheu para residência oficial a Cidadela de Cascais para onde se mudou com a sua família, ficando o Palácio de Belém reservado para cerimónias de Estado, reuniões oficiais, receções e outros acontecimentos formais, tendo sido palco de alguns momentos políticos decisivos, tais como a tomada

⁸⁴ RAMOS, Rui – *Os Presidentes da República portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1999. p. 67.

⁸⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO n.º 15248. *D.G. I Série*. 69 (28-03-24) 595.

de posse de Salazar, a reunião do Conselho de Ministros e do Conselho de Estado, os cumprimentos de Ano Novo e a entrega de condecorações⁸⁶.

O Palácio de Belém manteve o seu estatuto de sala de visitas, partilhando em algumas cerimónias o seu protagonismo com o Palácio de Queluz e com o Palácio da Ajuda. De acordo com Vital Fontes:

*para a sua função, e para esta de alojar hóspedes de grande qualidade, está bem o Palácio de Belém, mas para os grandes banquetes está melhor o da Ajuda, com salas capazes para mais de duzentas pessoas, próprias até para os bufetes, permitindo aproximarem-se e comerem centenas de pessoas*⁸⁷.

Considerando o natural desenvolvimento da Presidência da República e da importância que o cargo de Presidente da República foi gradualmente adquirindo, em 1927, através do Decreto n.º 1344⁸⁸, deu-se uma reorganização da Secretaria, ficando dotada de funcionários de quadros privativos, dado que o anterior sistema de recrutamento de trabalhadores entre outros ministérios não tinha produzido os efeitos esperados uma vez que o pessoal, não sendo efetivo, não era especializado nem se dedicava pelo serviço devidamente.

Neste contexto, o Ministério das Finanças foi autorizado a proceder à reorganização dos serviços da Secretaria-Geral, ficando o governo autorizado a libertar o crédito que fosse necessário, estando o Ministério igualmente autorizado a requisitar ao comando da polícia cívica de Lisboa, *um primeiro e um segundo cabos e até dez guardas de 1ª classe*⁸⁹ e, ao Arsenal do Exército, o equipamento e armamento necessários, lançando as bases do atual Serviço de Segurança da Presidência da República.

Em 1929, no âmbito da reorganização⁹⁰ dos serviços dependentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que há muito era sentida dado que as suas bases

⁸⁶ GASPAR, Diogo - *Do Palácio...*

⁸⁷ FONTES, Vital; PERES, Rogério – *Servidor...* p. 171.

⁸⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - DECRETO n.º 13344. *D.G. I Série*. 63 (27-03-26) 450-451.

⁸⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – art.º 2.º do DECRETO-LEI n.º 13344. *D.G. I Série*. 63 (27-03-26) 450.

⁹⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO n.º 16822. *D.G. I Série*. 101 (29-05-06) 1099-1125.

fundamentais datavam de 1911, ficou definido que caberia a este Ministério a direção dos Serviços de Protocolo da Presidência, o que ainda se mantém na atualidade.

Assim, competia ao funcionário que, na Secretaria de Estado, exercesse o cargo de chefe da repartição, dirigir os serviços de Protocolo da Presidência. Este seria ajudado por outro funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da categoria do primeiro secretário de delegação adjunto à Repartição do Protocolo, que prestaria serviço efetivo na Presidência da República, ficando a seu cargo as despesas de expediente e eventuais serviços protocolares.

*Entretanto urgia, dar forma ao novo regime, que devia sair da Ditadura*⁹¹ e, em 1931, foi criado o Conselho Político Nacional⁹², dotado de funções consultivas nas temáticas de alto-relevo relativas ao plano de reorganização política e administrativa que esteve na base do movimento de 28 de Maio de 1926. Este organismo era presidido pelo Presidente da República, que podia nomear onze membros entre os homens públicos de superior competência e podia demitir qualquer membro nomeado, e teve como uma das suas atribuições dar pareceres sobre os projetos de Constituição Política.

O Conselho Político Nacional deixou de exercer funções com o surgimento da Constituição de 1933, sendo promulgada no mesmo ano a *Lei Orgânica do Conselho de Estado*⁹³, em que o Presidente da República, tal como no primeiro organismo, mantinha o poder de nomeação (neste caso, entre os membros vitalícios os quais tomavam posse e prestavam compromisso de honra perante o Presidente), presidia às reuniões e em situações de crise fica obrigado a ouvir o Conselho antes de exercer qualquer das suas atribuições. Passou a ser competência do Conselho de Estado declarar a impossibilidade física do Presidente da República ou de qualquer dos membros do Conselho para o exercício das respetivas funções.

Importa destacar que o Conselho de Estado ainda que possuísse uma orgânica própria, o seu serviço de expediente estava sob a responsabilidade da Secretaria-geral da Presidência da República.

⁹¹ CAETANO, Marcelo – *Constituições* ...p.107.

⁹² PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO nº 20643. *D.G. I Série*. 294 (31-12-22) 2743-2744.

⁹³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 22466. *D.G. I Série*. 83 (33-04-11) 652-653.

A 11 de abril de 1933, com a entrada em vigor da nova Constituição, o Presidente da República adquiria poderes mais vastos. Eleito por sufrágio direto, os seus mandatos passaram a ser de sete anos. Competia-lhe nomear e demitir o Presidente do Conselho e os ministros, dirigir mensagens à Assembleia, marcar, em harmonia com a lei eleitoral, o dia para as eleições dos deputados, dar à Assembleia poderes constituintes, dissolvê-la quando os interesses superiores da nação o justificassem, convocá-la extraordinariamente quando houvesse necessidade pública, dirigir a política externa do Estado, ajustar convenções internacionais e negociar tratados, indultar e comutar penas.

As grandes mudanças trazidas ao poder presidencial pela nova Constituição passavam pela possibilidade do Presidente adquirir direito de veto e de dissolução do Parlamento e do Presidente do Ministério ter de responder perante o Chefe de Estado em vez da Assembleia Nacional.

Contudo, como referem André Freire e António Costa Pinto, *Carmona satisfez-se com a chefia simbólica da «nação» com a posição formal que a Constituição lhe conferia, afastando-se voluntariamente do poder de decisão*⁹⁴.

Neste mesmo ano, através do decreto n.º 22267⁹⁵ era organizada a Casa Militar na Presidência da República, um outro serviço de apoio do Presidente da República, que continuava a manter um papel fundamental no apoio ao Chefe de Estado.

Como escrevia, anos mais tarde, António de Oliveira Salazar a Craveiro Lopes:

*De 1910 a 1926 não havia casa militar do Presidente da República. Esta foi organizada depois de 28 de Maio mas nunca esteve completa durante a presidência do Senhor Marechal Carmona. O Senhor Presidente achava que era pessoal demais o permitido pela lei e que não tinha que lhe dar de fazer. Teve durante muito ano chefe da casa militar mas não substituiu o general Amílcar Mota quando este faleceu. No fim da vida do Senhor Presidente a casa militar estava reduzida a dois oficiais*⁹⁶.

⁹⁴ FREIRE, André; PINTO, António Costa – *O poder presidencial em Portugal: os dilemas do poder dos presidentes da república portuguesa*. Alfragide: Dom Quixote, 2010. p. 34.

⁹⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI nº 22467. *D.G. I Série*. 83 (33-04-11) 653.

⁹⁶ PORTUGAL. Ministro do Conselho, 1932-1968 (Oliveira Salazar); MELLO, Manuel José Homem de, introd. e coord. - *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes: 1951-1958*. 2ª ed. Lisboa: Moraes, 1983. p. III e IV

A Casa Militar era, em 1933, constituída por um oficial do exército ou da armada (de patente não inferior a coronel ou capitão de mar e guerra) que assumiu as funções de Chefe da Casa Militar, dirigindo os respetivos serviços e, especialmente, a representação do Presidente da República em cerimónias e solenidades e, sempre que fosse necessário, a acompanhá-lo nos atos oficiais.

O Chefe da Casa Militar dispunha de um ajudante de campo (também oficial) e de dois oficiais às ordens. Os oficiais eram da livre escolha do Presidente.

No contexto político de fim da ditadura militar e de início do Estado Novo, em 1934, deu-se uma nova organização da estrutura da Presidência da República, através do Decreto-Lei n.º 24 044⁹⁷. Este diploma sumariava e refletia as mudanças realizadas até então na instituição definindo os seus serviços, tal como a sua constituição e respetivas funções (ver anexo 3).

Através desta Lei Orgânica, ficou definido que à Presidência da República ficavam adstritos:

- **O Conselho de Estado:** regulado pela respetiva lei orgânica, mas com o seu expediente a ser tratado pela Secretaria-geral;
- **A Casa Civil:** constituída pelo Secretário-geral da Presidência da República, pelo Diretor do Protocolo e introdutor diplomático, pelo adjunto de Protocolo e pelo Secretário particular do Presidente;
- **A Casa Militar:** constituída pelo Chefe da Casa Militar, um ajudante de campo e dois oficiais às ordens;
- **A Secretaria-geral:** Ficou instituído que os serviços de protocolo da Presidência da República ficariam a cargo do chefe de protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que desempenharia as funções de diretor de protocolo e introdutor diplomático, sendo no primeiro cargo coadjuvado por um funcionário do respetivo ministério que prestaria serviço na instituição. As despesas de expediente e outras resultantes dos serviços de protocolo ficavam a cargo da Secretaria.
- **A Chancelaria das Ordens Honoríficas:** que continuava a regular-se pela legislação então em vigor.

⁹⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI nº 24044. *D.G. I Série*. 144 (34-06-21) 859-864.

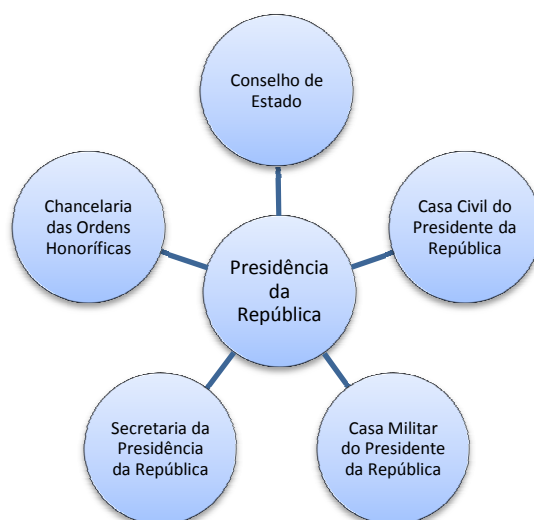
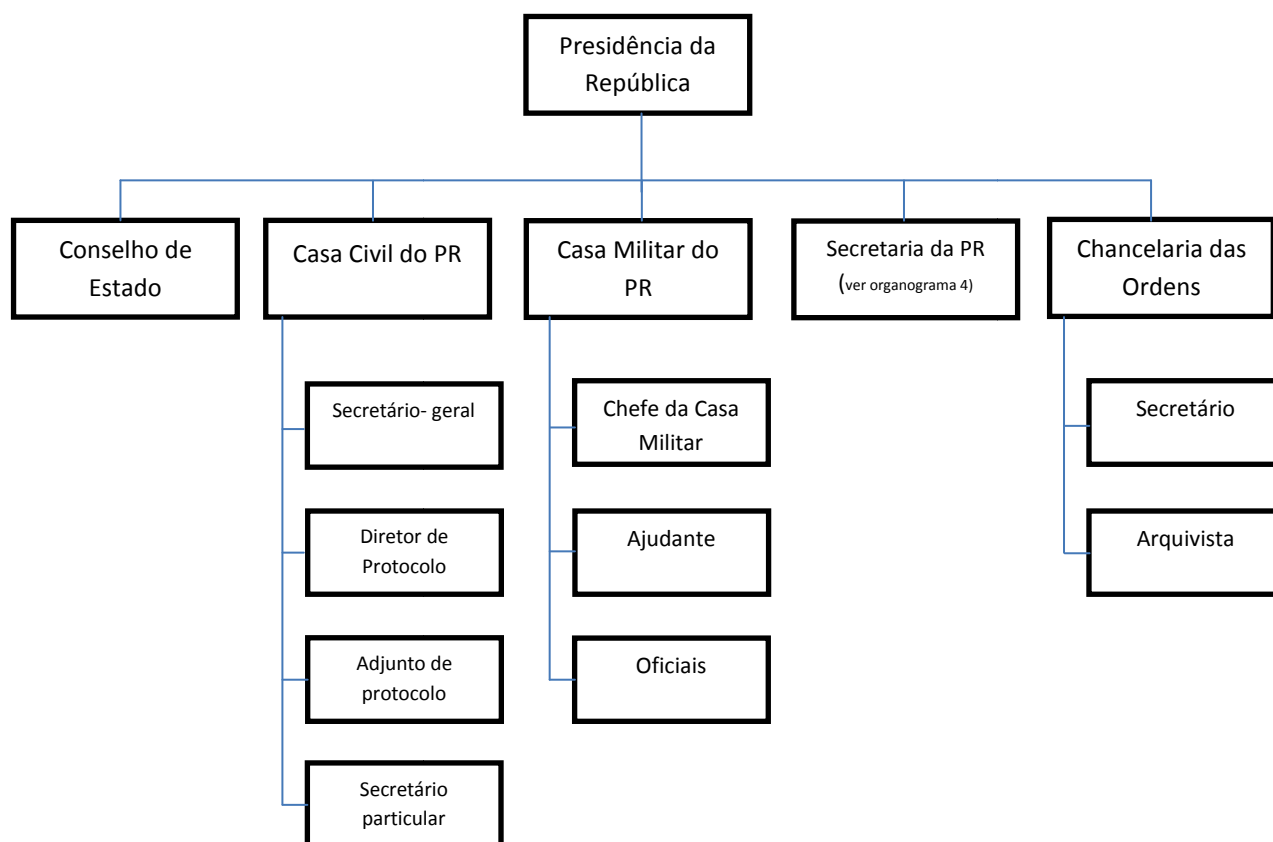
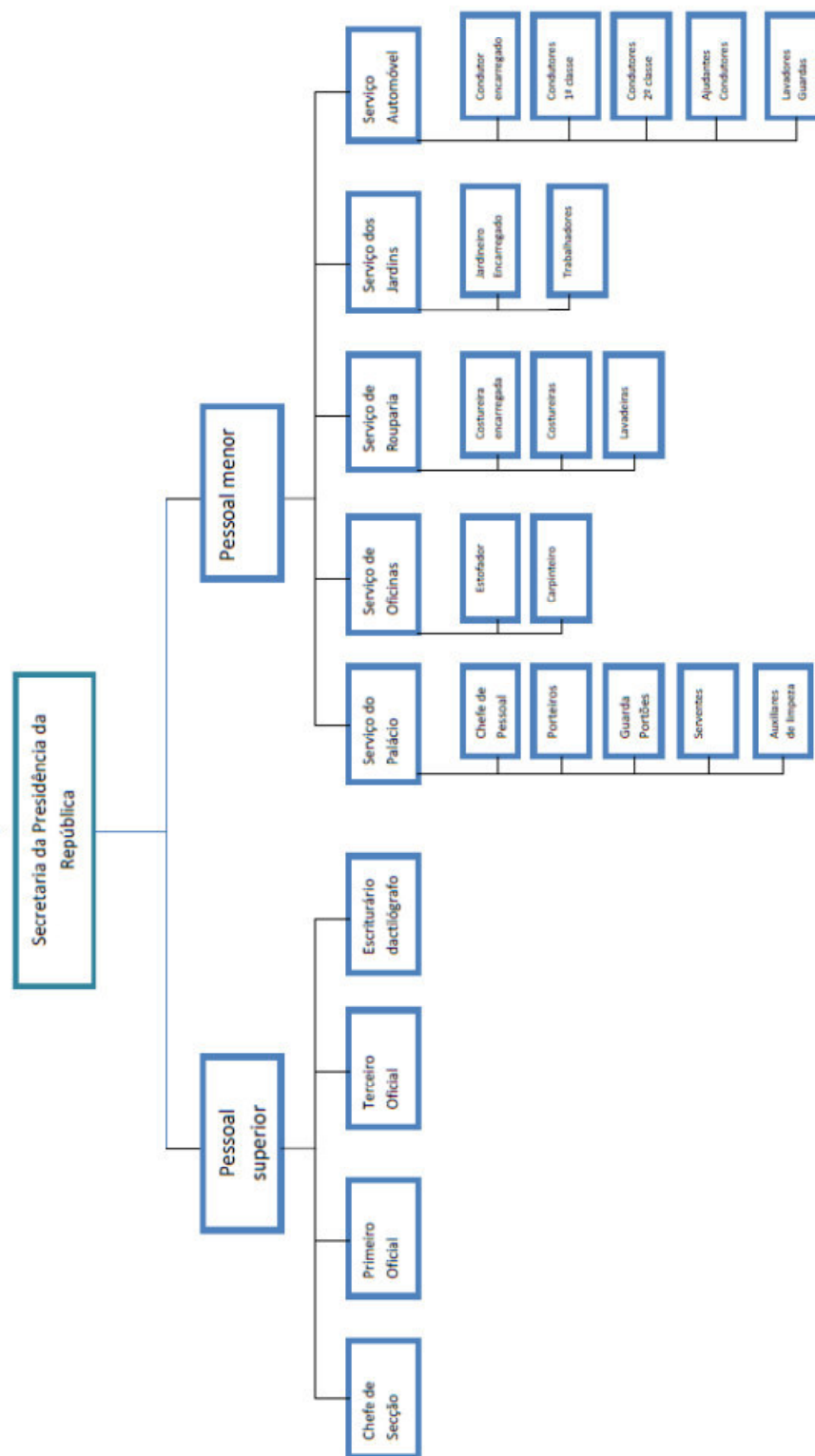


Fig. 4 - Unidades orgânicas adstritas à Presidência da República, segundo o decreto-lei nº 24044, de 21 de junho de 1934.



Organograma 3 - Organismos adstritos à Presidência da República, segundo o decreto-lei nº 24044, de 21 de junho de 1934.



Organograma 4: Quadro do pessoal da Secretaria da Presidência da República , segundo o decreto-lei nº 24044, de 21 de junho de 1934.

O Secretário-geral da Presidência era nomeado pelo governo e pelo Presidente do Conselho, sendo o secretário particular e os oficiais ao serviço da escolha do Chefe de Estado. Este diploma incluía igualmente o quadro do pessoal da Secretaria da Presidência da República então composto pelo pessoal superior e pelo pessoal menor (a que pertenciam os funcionários dos serviços do Palácio, de oficinas, da rouparia, dos jardins e do serviço automóvel) bem como dos respetivos vencimentos.

Considerando a evolução e a complexificação da instituição, foram aprovados conjuntamente a reorganização da instituição e o Regulamento dos Serviços da Presidência da República. Para além de ser afirmada a autoridade do Secretário na direção dos diferentes serviços, eram também definidas mais detalhadamente as suas competências: abertura e distribuição da correspondência oficial; submissão à assinatura presidencial dos diplomas; gestão dos pedidos de audiência (depois de registados e informados pelo serviço de protocolo); propor ao Presidente do Conselho ou ao Ministro das Finanças as providências necessárias ao serviço tal como informá-los e dar pareceres sobre assuntos a seu cargo que necessitem também de resolução superior; prover o material necessário para todos os serviços; visão dos documentos relativos às despesas (pessoal, abonos e material) e gestão do pessoal (posse e assiduidade). O Secretário-geral tinha, ainda, a seu cargo os serviços de utilização de automóveis.

Ao serviço diplomático da Presidência da República, dirigido pelo diretor de Protocolo, competia a direção das audiências e organização das receções e outras cerimónias, tal como as relações com o corpo diplomático, a representação do Presidente nos atos diplomáticos e a organização das suas viagens.

O Chefe da Casa Militar mantinha as funções já anteriormente referidas, próprias do seu cargo, e a de representação do Chefe de Estado ou o seu acompanhamento, sempre que a situação o exigia.

O Regulamento, assinado pelo Presidente do Conselho, definia detalhadamente não só as funções da secretaria e as do chefe de secção, como também fazia referência que os lugares de chefe de secção, primeiro e terceiros oficiais de serventia vitalícia, sendo os restantes lugares do quadro da secretaria providos por contrato ou assalariados, podendo os primeiros passar para definitivos após cinco anos de bom comportamento.

Após a morte de Óscar Carmona, em 1951, António Salazar foi, como refere Rui Ramos, pressionado pela esquerda salazarista para se candidatar à Presidência da República e pela direita para consentir a restauração da monarquia ⁹⁸. A indisponibilidade do Chefe do Governo para ascender à Presidência, considerando que qualquer uma das hipóteses destruiria o seu poder político, mergulhou o regime numa crise de difícil solução na escolha do novo presidente, pois *embora o poder político real estivesse concentrado nas mãos e na orientação do presidente do Conselho, o poder constitucional emanava do chefe de Estado, que detinha a faculdade de “nomear e livremente demitir o chefe do Governo”*⁹⁹.

Estas circunstâncias tornaram a seleção do candidato presidencial numa tarefa bastante delicada. Face ao contexto político, Salazar decidiu indigitar Craveiro Lopes. A sua escolha para candidato à Presidência da República surpreendeu tanto a classe política como o próprio Craveiro Lopes, e baseava-se essencialmente na sua discrição e ausência de imagem marcadamente política.

Durante o seu mandato, Craveiro Lopes seguiu o mesmo percurso que Óscar Carmona. A sua atividade presidencial incidia principalmente nas deslocações e inaugurações internas e nas visitas ao Ultramar, Inglaterra, Brasil e Espanha.

O Palácio de Belém continuou a ser um espaço de reuniões e cerimónias protocolares.

Não lhe reconhecendo grande protagonismo, Salazar, limitou-se a discutir com o novo Presidente questões práticas, relativas a alojamento, honorários e gestão do pessoal. Na carta enviada a Craveiro Lopes, o Presidente do Conselho sugere-lhe para residência oficial, a título provisório, a Cidadela de Cascais, e, mais tarde, a título definitivo o anexo do Palácio de Belém, designado por “Arrábida”.

A “Arrábida” que exige obras de adaptação de alguma importância realizará o objetivo de uma casa particular, relativamente pequena e cómoda, cercada de pequenos jardins. Encostada como se encontra à parte destinada a representação no Palácio, dá fácil e rápido

⁹⁸ RAMOS, Rui – *Os Presidentes...*

⁹⁹ PORTUGAL. Ministro do Conselho, 1932-1968 (Oliveira Salazar); MELLO, Manuel José Homem de, introd. e coord. – *Cartas...*p.16.

*acesso interior aos salões e gabinete oficial de trabalho*¹⁰⁰.

Assim, entre 1951 e 1952, realizaram-se as obras para a instalação de Craveiro Lopes no Palácio, resultando numa profunda remodelação do chamado “corpo da Arrábida”, sendo, essencialmente, *uma obra cuidada de reinvenção do espaço interior, entre o procurado conforto moderno e a revivescência de um ambiente classicizante*¹⁰¹.

Para honorários e despesas de representação, *são afinal 475 contos ou cerca de 39.500\$ mensais, sujeitos a alguns descontos.*

Salazar incitou Craveiro Lopes a que reduzisse o pessoal da Presidência:

*Isto quer dizer que não há necessidade absoluta de ter sempre preenchido o quadro legal, e desde que o Chefe de Estado tenha um secretário civil – pessoa de boa categoria – para se ocupar da sua correspondência particular, pode bem ser que não haja necessidade de mais do que dois ou três oficiais ao serviço do Presidente*¹⁰².

Bastava um secretário civil para tratar da correspondência e pouco mais¹⁰³. Tudo com espírito de poupança.

A Casa Militar, em 1951, também sofreu alterações passando a ser constituída por mais um ajudante de campo, perfazendo agora um total de dois, sendo as suas funções exercidas por oficiais do Exército ou da Armada de patente não inferior a capitão ou primeiro-tenente, e tendo o número de oficiais às ordens para um¹⁰⁴.

Neste contexto¹⁰⁵, dada a conveniência de estabelecer mecanismos que possibilitassem a mobilidade do pessoal dos serviços das secretarias da Presidência da República, da Presidência do Conselho, da Assembleia Nacional e do Supremo Tribunal Administrativo, e considerando o desenvolvimento das funções atribuídas à

¹⁰⁰ PORTUGAL. Ministro do Conselho, 1932-1968 (Oliveira Salazar); MELLO, Manuel José Homem de, introd. e coord. – Cartas...p. II

¹⁰¹ Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. ISSN 0872-8747. N.º 4 (março de 1996), p. 26.

¹⁰² PORTUGAL. Ministro do Conselho, 1932-1968 (Oliveira Salazar); MELLO, Manuel José Homem de, introd. e coord. – Cartas... p. III e IV

¹⁰³ RAMOS, Rui – Os Presidentes...p. 76.

¹⁰⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 38371. D.G. I Série. 166 (51-08-07) 693-694.

¹⁰⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 38 364. D.G. I Série. 165 (51-08-06) 653-654.

Presidência do Conselho (dada a criação dos cargos de ministros da Presidência e da Defesa Nacional), decidiu reunir num único quadro o pessoal das referidas instituições que até então pertenciam aos respetivos quadros privativos. O expediente relativo às nomeações, promoções e transferências do pessoal das secretarias referidas, ficariam a cargo da secretaria do Presidência do Conselho. Este diploma foi modificado pelo Decreto-Lei n.º 39889¹⁰⁶ e relativamente à Secretaria da Presidência da República teve consequências a alteração de algumas especificidades do processo de recrutamento e na extinção do lugar de jardineiro e da criação do lugar de mordomo.

Ao aproximar-se o termo do mandato de Craveiro Lopes, o regime vivia a maior crise de sempre:

No primeiro semestre desse ano de 58, duas crises se desenvolveram paralelamente: a ruptura com o general Craveiro Lopes, presidente da República, tornado persona non grata do regime, e a explosiva campanha de Humberto Delgado, general da Força Aérea incompatibilizado com o salazarismo¹⁰⁷.

Decidido o afastamento de Craveiro Lopes pela Comissão Central da União Nacional, Oliveira Salazar propôs Américo Tomás (à altura ministro da Marinha) para Presidente da República. Contudo, a candidatura do General Humberto Delgado, como independente, veio transformar as eleições de 1958 nas mais contestadas do Estado Novo.

Apesar das denúncias de irregularidades cometidas no decorrer do ato eleitoral, Américo Tomás foi eleito e tomou posse a 9 de agosto, em sessão solene conjunta da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. Nesse dia, seguiu em cortejo para Cascais onde foi recebido em festejo, indo saudar o povo à janela do município.

Américo Tomás optou por não residir no Palácio da Cidadela, nem no Palácio de Belém, pelo que este voltou a ser apenas utilizado para as ocasiões oficiais, como tomadas de posse, receções oficiais, entrega de condecorações e algumas festividades familiares.

¹⁰⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 39 889. *D.G. I Série*. 247 (54-11-05) 1257-1260.

¹⁰⁷ QUIDNOVI - *Américo Tomás*. Matosinhos; Lisboa: QN - Edição e Conteúdos, 2009. p. 27.

Tal como refere Susana Martins¹⁰⁸, Américo Tomás aceitou, desde início, o papel secundário que lhe era destinado. O poder executivo continuava a ser detido pelo Presidente do Conselho, absorvendo inclusive atribuições constitucionais do Presidente da República, no que diz respeito a matérias de política externa e a questões relativas à chefia suprema das Forças Armadas.

O aumento das atividades da Secretaria da Presidência da República, devido ao aumento do expediente próprio e do expediente do Conselho de Estado e da Chancelaria de Ordens, traduziu-se no esgotamento da estrutura existente e, consequentemente, na necessidade da reorganização dos serviços, principalmente da sua atualização e adaptação às novas exigências. Refira-se que no caso da Chancelaria de Ordens, a entrada em vigor da nova lei orgânica tinha exponenciado o seu serviço, tornando premente a promulgação do seu regulamento próprio, como de facto veio a suceder¹⁰⁹.

A complexidade da estrutura dos serviços da Secretaria, faria com que esta fosse elevada à condição de Secretaria-geral, passando a integrar os serviços administrativos da Presidência da República, tal como o expediente do Conselho de Estado e da Chancelaria das Ordens (de acordo com as respetivas leis orgânicas).

Embora o diploma¹¹⁰ não refletisse mudanças profundas, trouxe contudo algumas alterações, tais como o aumento do quadro de pessoal e o facto de agora o Secretário-Geral passar à categoria de diretor-geral e a ser nomeado pelo Presidente do Conselho, ainda que com prévia consulta do Chefe de Estado.

Américo Tomás foi reeleito a 9 de agosto de 1965. De acordo com a revisão constitucional de 1959¹¹¹, levada a cabo por Salazar de forma a garantir que não correria mais riscos quanto a futuras hipóteses de golpes de estado, o Presidente da República foi eleito através de um colégio eleitoral restrito de 602 membros, do qual faziam parte os deputados da Assembleia Nacional, os procuradores à Câmara Corporativa e pelos representantes dos municípios e das colónias. A sua reeleição, em 1972, seguiria os mesmos moldes.

¹⁰⁸ MARTINS, Susana – *Américo Tomás*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006.

¹⁰⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 45 498. *D.G. I Série*. 306 (63-12-31) 2201-2213.

¹¹⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 44 943. *D.G. I Série*. 75 (63-03-29) 305-307.

¹¹¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - LEI n.º 2100. *D.G. I Série*. 198 (59-08-29) 1005-1007.

Em 1967, o Decreto-Lei n.º 48.154¹¹² veio trazer uma nova reorganização à Casa Militar. Os oficiais da Força Aérea passaram, a partir de então, a juntar-se aos da Armada ou do Exército, podendo assim ser nomeados para exercer as funções de Chefe da Casa Militar, de ajudante de campo (cujo número foi aumentado para três) ou de oficial às ordens.

Este diploma extinguiu o cargo de secretário particular do Presidente da República, previsto em 1934, através do Decreto-Lei n.º 24 044¹¹³ cuja função de tratamento de expediente será mais tarde substituída por um dos chefes de secção da Secretaria-geral.

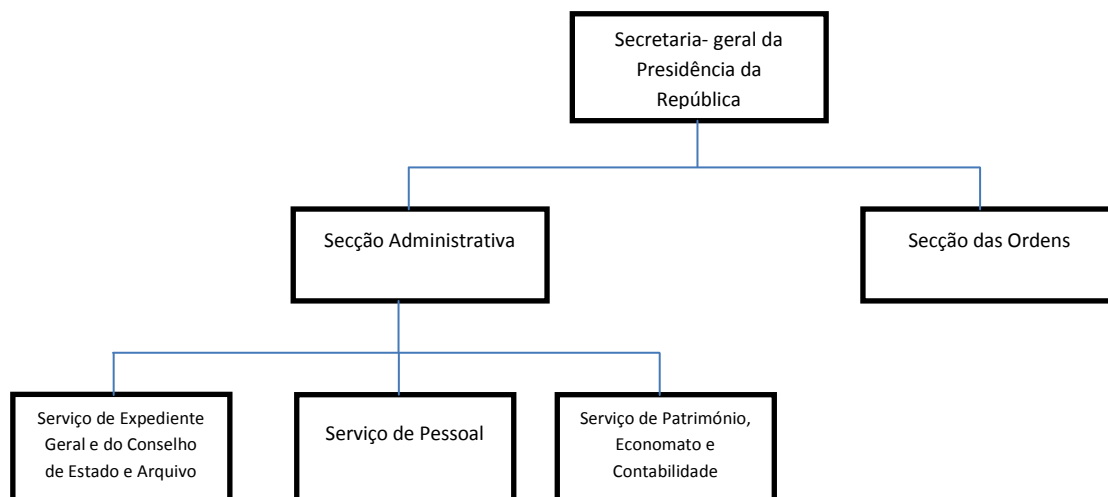
Face à doença que incapacitava António Salazar, em 1968, Américo Tomás teve a possibilidade de exercer em pleno as suas ações presidenciais, escolhendo um sucessor para a chefia do governo: Marcelo Caetano. Foi a partir do seu gabinete, em Belém, que participou a incapacidade de Salazar e a nomeação de Marcelo Caetano.

Considerando o natural desenvolvimento da instituição e dos respetivos serviços, em 1971, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 342/71¹¹⁴, a Secretaria assumiu uma transformação na sua estrutura, passando a compreender uma secção administrativa - que mantinha o expediente geral e o do Conselho de Estado, o serviço de pessoal, do património, economato e contabilidade - e uma secção dedicada à Chancelaria das Ordens (que se mantém na atualidade) a quem competia o tratamento do respetivo expediente, o registo das condecorações concedidas, tal como a instrução de processos de autorização de aceitação de condecorações estrangeiras a cidadãos portugueses e o competente registo e a publicação do *Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas*.

¹¹² PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 48 154. *D.G. I Série*. 298 (67-12-26) 2404.

¹¹³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 24 044. *D.G. I Série*. 144 (34-06-21) 859-864.

¹¹⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 342/71. *D.G. I Série*. 187 (71-08-10) 1153-1154.



Organograma 5 - Reorganização dos serviços da Secretaria-geral da Presidência da República, segundo o decreto-lei n.º 342/71 de 10 de agosto 1971.

No âmbito desta reestruturação, foram também criados os lugares de chefe de secção e de secretário rececionista, cuja escolha competia ao Presidente do Conselho, sob proposta do Secretário-geral.

A complexificação da estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República continuou a materializar-se, desta vez com a criação, através Decreto-Lei n.º 505/72¹¹⁵, da Repartição de Administração, que veio compreender as duas secções anteriormente referidas.

Com este diploma, surgiu novamente o lugar de secretário particular na dependência da Casa Civil, sendo da livre escolha do Chefe de Estado. Foram também criados os lugares de chefe de Repartição de Administração-Geral (provido por escolha do Presidente do Conselho, sob proposta do Secretário-Geral da Presidência da República, entre os chefes de secção da instituição) e de encarregado do serviço automóvel.

¹¹⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 505/72. *D.G. I Série*. 287 (72-12-12) 1896-1897.

Friso cronológico 2: Legislação fundamental relativa à Presidência da República Portuguesa

Ditadura Militar					Estado Novo											
1926	1928	1927	1931	1932	1933	1934	1944	1948	1951	1954	1959	1963	1967	1971	1972	1974
	<div>Decreto nº 15248, de 24 de março</div> <div>Estabelece que o Chefe de Estado e a sua família tenha residência em um dos Palácios Nacionais.</div>	<div>Decreto nº 13 344, de 26 e março</div> <div>Reorganiza os serviços da Secretaria da Presidência da República.</div>	<div>Decreto nº 20 643, 22 de Dezembro</div> <div>Cria o Conselho Político Nacional e fixa-lhe as suas atribuições.</div>		<div>Constituição, 1 de Abril</div> <div>Decreto-Lei nº 22 466, 11 de Abril</div> <div>Promulga a lei orgânica do Conselho de Estado.</div> <div>Decreto-Lei nº 22.467, 11 de Abril</div> <div>Organiza a Casa Militar do Presidente da República.</div>	<div>Decreto-Lei nº 24.044, 21 de Junho</div> <div>Reorganiza os serviços da Presidência da República e aprova o respetivo regulamento</div>	<div>Decreto-lei nº 33.651, 19 de Maio</div> <div>Regula a situação dos condutores de automóveis da Presidência da República</div>	<div>Decreto-Lei n.º 36.759, de 20 de fevereiro</div> <div>Autoriza a Secretaria da Presidência da República a contratar até três escriturários-dactilógrafos para auxiliarem os serviços da referida Secretaria</div>	<div>Decreto-Lei nº 38.364, 6 de Agosto de 1951</div> <div>Reúne num quadro único o pessoal das secretarias da Presidência da República, da Presidência do Conselho, da Assembleia Nacional e do Supremo Tribunal Administrativo</div> <div>Decreto-Lei nº 38.371, de 7 de Agosto</div> <div>Reorganiza os serviços da Presidência da República.</div>	<div>Decreto-Lei nº 39 889, de 5 de Novembro</div> <div>Introduz modificações na orgânica da Secretarias da Presidência da República</div>	<div>Decreto-Lei nº 42 593, 19 de Outubro</div> <div>Altera os quadros do pessoal técnico da Secretaria Geral da Presidência da Conselho e do pessoal superior das Secretarias da Presidência da República</div>	<div>Decreto-Lei n.º 44.943, de 29 de março</div> <div>A Secretaria da Presidência da República, juntamente com a da Assembleia Nacional, é elevada à condição de Secretaria-Geral. O Secretário-geral passa à categoria de diretor-geral.</div>	<div>Decreto-Lei n.º 48.154, de 26 de dezembro</div> <div>Os serviços da Presidência da República são reorganizados: é extinto o cargo de Secretário particular do Presidente da República e a Casa Militar passa a ser constituída por mais um oficial (Força Aérea).</div>	<div>Decreto-Lei n.º 342/71, de 10 de agosto</div> <div>Reorganização dos serviços da Secretaria-Geral da Presidência da República.</div>	<div>Decreto-Lei n.º 502/72, de 12 de dezembro</div> <div>Reorganização da constituição da Casa Civil e da estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República.</div>	

3. A III República (1974-)

A 25 de Abril de 1974, deu-se a revolução desencadeada pelas Forças Armadas, que foi aceite com grande satisfação pela maioria da população portuguesa:

*O regime que vigorava há quarenta e oito anos apresentava nítidos sintomas de desgaste político e o povo indícios de descontentamento generalizado, para o que contribuíram o problema do Ultramar e as consequências de uma guerra quase arrastava havia já treze anos. A esperança de democratização do regime, que surgira com o governo de Marcello Caetano, depressa se desvaneceu, bloqueada que foi pela constante pressão das forças ultraconservadoras e detentoras de consideráveis poderes e privilégios*¹¹⁶.

Com a destituição de Américo Tomás, o General António Spínola foi designado Presidente da recém-constituída Junta de Salvação Nacional.

*Ao princípio da madrugada de 26, cerca da uma e meia, a Junta de Salvação Nacional, a que preside, apresenta ao País pela televisão. Spínola lê o programa do Movimento das Forças Armadas: anuncia o “derrube do regime fascista” e promete aos portugueses a democracia, a descolonização e o desenvolvimento*¹¹⁷.

A 15 de maio, o general António de Spínola foi investido Presidente da República, numa cerimónia no Palácio de Queluz, e, nesse mesmo dia, deu posse ao I Governo Provisório, sob a chefia de Adelino da Palma Carlos. O Palácio de Belém transformou-se numa das sedes do poder, onde o general Spínola iria conferir posse a dois governos provisórios e encetou esforços para o reconhecimento internacional do regime.

Apesar da mudança de regime, mas dada a natureza do próprio golpe de estado, deu-se continuidade à tradição dos presidentes militares.

Durante o curto mandato presidencial do general Spínola, mantendo-se a estrutura dos serviços administrativos, foram criados na Presidência da República o

¹¹⁶ MORAIS, Carlos Alexandre de – *António de Spínola: o homem*. Lisboa: Estampa, 2007. p. 69.

¹¹⁷ CATARINO, Manuel; ASSOR, Miriam – *Spínola: senhor da guerra*. [S.l.: s.n.], 2010. p. 157.

Gabinete Civil e o Gabinete Militar¹¹⁸, constituídos por um chefe (oficial ou civil) e quatro adjuntos da livre escolha do Presidente, com o objetivo de *criar uma organização que se ajuste às conveniências do tempo presente*¹¹⁹.

A Casa Militar manteve a sua estrutura definida em 1967.

A presidência de Spínola foi vivida num contexto político com vários centros de poder com competências e funções indefinidas, ou seja, a Presidência da República, a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, resultando num conflito entre o Chefe de Estado e a direção política do MFA, que veio a culminar na demissão do primeiro, em setembro de 1974.

A 30 de setembro de 1974, o general Costa Gomes foi nomeado pela Junta de Salvação Nacional para assumir o lugar de Presidente da República, que manteria até julho de 1976.

*A sua experiência presidencial irá revelar-se particularmente difícil, coincidindo com o período em que a revolução acelera o seu passo, em que se torna urgente o reconhecimento internacional e a obtenção de apoios externos, em que é preciso definir o novo regime político e institucional, o novo rumo da economia portuguesa, em suma, os meses em que verdadeiramente se opera o transe da sociedade portuguesa e se determina o futuro do País*¹²⁰.

Costa Gomes mudou-se, em novembro, para o Palácio de Belém que, de acordo com as suas palavras:

*estava muito degradado. O Américo Tomás não tinha vivido lá. Ele residia em duas vivendas geminadas, no Restelo, só lá indo para tomar café ou para guardar os apetrechos que não cabiam em casa. O Spínola também nunca lá viveu. Por tudo isso, não havia condições de habitabilidade. Eu tinha mais comodidade em minha casa do que no Palácio*¹²¹.

¹¹⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 219/74. D.G. I Série. 123 (74-05-27) 657-658.

¹¹⁹ O diploma apenas definia questões administrativas e financeiras, não especificando quais “conveniências”. PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 219/74. D.G. I Série. 123 (74-05-27) 657.

¹²⁰ PINTO, António Costa - *Os Presidentes da República Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2001. p. 232.

¹²¹ CRUZEIRO, Maria Manuela - *Costa Gomes: o último marechal*. Lisboa: Notícias, 1998. p. 281.

Dada a acumulação de funções pelo Presidente da República, que a partir de 1974 assumiu a condição de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, foi necessário reajustar a orgânica da Presidência da República às funções presidenciais, criando-se o Gabinete do Presidente da República¹²². O Presidente da República passou a contar com um órgão de apoio pessoal, constituído por um chefe e adjuntos (até dez) da sua livre escolha e por um grupo técnico auxiliar.

A criação deste Gabinete teve como objetivo substituir as funções do Gabinete Civil e do Gabinete Militar, instituídos pelo Decreto-Lei n.º 219/74 e extintos em setembro do mesmo ano.

No final do mesmo ano, surgiu o Gabinete Coordenador para a Cooperação. Concebido pelo despacho de 5 setembro de 1974, foi com a publicação do Decreto-Lei n.º 791/74¹²³ que se tornou possível efetivar o seu funcionamento. O Gabinete gozava de autonomia administrativa e era constituído por três membros permanentes e por um número variável de representantes dos Ministérios, nomeados pelo Presidente da República. Competia-lhe a elaboração de estudos, pareceres e relatórios de síntese e também formular hipóteses de cooperação com os novos ou futuros estados de expressão portuguesa.

Os encargos resultantes do funcionamento do Gabinete seriam suportados pelo orçamento da Presidência da República.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 532-A/75, o Gabinete Coordenador para a Cooperação foi integrado no Ministério da Cooperação, deixando de estar sob a dependência da Presidência da República¹²⁴.

De acordo com o programa eleitoral de Costa Gomes e com o prazo previsto pelo MFA, tendo sido realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de abril de 1975, as primeiras eleições livres em Portugal.

Seguiu-se um contexto de instabilidade que, de acordo com António Araújo

¹²² PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 755/74. *D.G. I Série*. 301 (74-12-28) 1630-(9)-1630-(10).

¹²³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 791/74. *D.G. I Série*. 303 (74-12-31) 1670-(118) 1670-(120).

¹²⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 532-A/75. *D.G. 1 Série*. 222: 2º supl. (75-09-25) 1490-(3).

*se designou por confronto entre as duas legitimidades – a legitimidade revolucionária corporizada nos militares e a legitimidade democrática encarnada pelos partidos – [que] haveria de marcar decisivamente não apenas a evolução do chamado “processo revolucionário”, mas também o próprio texto constitucional*¹²⁵.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de abril, aprovou e decretou a Constituição de 1976.

Na sua primeira versão, evidenciava-se a eleição por sufrágio universal e direto do Presidente da República com um conjunto significativo de poderes, embora alguns deles fossem condicionados, destacando-se: a presidência do Conselho da Revolução; a dissolução da Assembleia da República (dependendo do assentimento do Conselho da Revolução; a nomeação e exoneração do Primeiro-Ministro (necessitava da consulta do Conselho da Revolução embora o seu parecer não fosse vinculativo) e dos membros do governo (embora, sob proposta do Primeiro-Ministro); e a promulgação dos diplomas legislativos e dos decretos, com direito a veto.

Competia-lhe igualmente exercer as funções de Comandante Supremo das Forças Armadas, declarar o estado de sítio ou o estado de emergência e declarar guerra e fazer a paz, igualmente dependentes da autorização do Conselho da Revolução. Competia também ao Presidente da República exercer as funções de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas.

O mandato de Costa Gomes terminaria a 14 de julho de 1976, sendo eleito por sufrágio direto e universal, a 27 do mesmo mês, o general Ramalho Eanes.

Durante a sua candidatura, o general Eanes reuniu uma plataforma política bastante diversificada, que incluía *um leque tão vasto (e tão antagónico) de estruturas que iam do Partido Socialista ao MRPP, passando pelo PPD, CDS, AOC, MSD e organizações como a Sedes e a CAP*¹²⁶.

¹²⁵ ARAÚJO, António de; TSIMARAS, Constantino – Os poderes presidenciais nas Constituições grega e Portuguesa. *O Direito*. A. 132, 3-4 (2000) p. 394.

¹²⁶ SOUSA, Manuel Goucha – *António Ramalho Eanes*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006. p. 276.

Teve um papel fundamental na consolidação do novo regime, refletiu-se depois na reconfiguração do Estado e da identidade nacional das mudanças socioeconómicas, à politização das Forças Armadas e à sua subsequente desagregação institucional¹²⁷.

A eleição de um presidente militar possibilitou, assim, uma maior capacidade de impor aos militares a subordinação à respetiva hierarquia e de integrá-los transitoriamente no processo político.

Também com Ramalho Eanes:

Praticamente desapareceram as antigas funções tradicionais do Palácio de Belém, efetuando-se uma total apropriação do espaço na vertente da residência familiar e de local de trabalho do casal presidencial, efetivando-se a transferência das cerimónias de gala, já iniciadas no regime anterior, para Queluz e para a Ajuda. Por outro lado, promoveu-se a vertente simbólica do espaço presidencial ao inaugurar-se, ainda por iniciativa de Ramalho Eanes, o Museu da Presidência¹²⁸.

Tratavam-se de símbolos materiais e visíveis que faziam parte de uma estratégia de divulgação pública de determinada conceção da função presidencial, dando assim início a uma certa abertura e proximidade da esfera residencial ao público.

Durante o seu mandato, operaram-se reajustamentos na estrutura dos serviços de apoio ao Presidente da República de acordo com o exigido pela *Constituição Portuguesa*.

Através do Decreto-Lei n.º 675/76¹²⁹, foi apresentada a composição dos três pilares fundamentais: o Gabinete do Presidente, a Casa Civil e a Casa Militar.

O Gabinete do Presidente da República, órgão direto e pessoal destinado a prestar apoio ao Presidente da República, veio a ocupar-se, essencialmente de tarefas de assistência direta e pessoal ao Chefe de Estado, na sua atividade diária, como as

¹²⁷ COSTA, António; REZOLA, Maria Inácia - *Os Presidentes da República Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2001. p. 240.

¹²⁸ BRITO, Carla Marisa do Amaral Correia de – *O sistema de informação da Presidência da República: a documentação dos mandatos do Presidente Ramalho Eanes (1976-1986)*. Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de mestrado. p. 94.

¹²⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 675/76. *D.R. I Série*. 204 (76-08-31) 2077-2078.

tarefas de secretariado onde se incluía o tratamento da correspondência pessoal¹³⁰. Colaborava com a Casa Civil e com a Casa Militar na organização da agenda presidencial e superintendia a organização da vida doméstica da residência oficial.

A Casa Civil, serviço de apoio técnico e instrumental do Presidente da República tornou-se, na prática, num

*órgão de consulta, análise e informação, relativamente aos diferentes domínios da vida política, económica, social e cultural, a nível nacional e a nível internacional, competindo apoiar o Presidente da República na preparação das suas decisões, na organização e planeamento das suas atividades e iniciativas, bem como na relação com outros órgãos de soberania e, de um modo geral, com todas as entidades representativas dos diferentes setores de todo o país*¹³¹.

Os elementos da Casa Civil eram providos livremente pelo Presidente da República, dos quais faziam parte o Chefe da Casa Civil, oito assessores e um corpo de consultores e especialistas em diversas matérias. Dispunham ainda de apoio técnico, constituído por dois técnicos e quatro adjuntos técnicos.

A Casa Civil organizava-se em áreas funcionais, e assessorias, divididas em assuntos jurídicos, políticos, económicos e sociais, internacionais, regionais e locais, parlamentares e das regiões autónomas, culturais e juventude e comunicação social. Incluía igualmente uma assessoria de apoio à Esposa do Presidente da República. Cooperava com a Casa Militar na preparação e organização das atividades presidenciais, designadamente nas deslocações nacionais e internacionais.

A Casa Militar, constituída pelo chefe da Casa Militar, quatro assessores e três ajudantes de campo, todos escolhidos pelo Presidente da República. Tinha como competências assistir e participar ao Presidente da República questões de natureza militar, coordenar os contactos entre o Chefe de Estado e os órgãos e instituições militares, estabelecer as ligações com os comandos das forças de segurança e guarda-

¹³⁰ PORTUGAL. Presidência da República. Casa Civil - *Os serviços de apoio do Presidente da República e orçamento da Presidência da República: breves notas descritivas*. Lisboa: PR.CC, 1986.

¹³¹ PORTUGAL. Presidência da República. Casa Civil - *Os serviços...*p. 6.

fiscal e dirigir a segurança pessoal do Presidente, assim como proteger as instalações e serviços da Presidência da República.

No sentido de apoiar as funções de coordenação geral e executiva destas três estruturas, foi criado um Centro de Apoio, constituído pelos setores de documentação e do expediente, cuja função era recolher e sistematizar a documentação pertinente do Gabinete e das Casas Civil e Militar, bem como assegurar o serviço de expediente. Este centro estava na dependência direta da Casa Militar.

Os assessores da Casa Civil e da Casa Militar contavam com o apoio de três secretárias de livre escolha do Chefe de Estado.

Em 1977, foi criada a Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas (órgão específico de consulta) para questões relacionados com a autonomia regional dos Açores e da Madeira, que funcionou junto do Presidente da República.

Prevista na *Constituição da República Portuguesa* de 1976, a Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas viu a sua composição e funcionamento regulados no ano seguinte, com a aprovação da Lei n.º 61/77¹³², de 25 de agosto. De acordo este diploma, competia-lhe emitir parecer sobre:

- solicitações do Ministro da República, acerca da legalidade dos diplomas emanados dos órgãos regionais;
- solicitações dos presidentes das assembleias regionais, acerca da conformidade das leis, dos regulamentos e de outros atos de soberania com os direitos das regiões consagrados nos estatutos;
- suestões relativas às regiões autónomas, cuja apreciação lhe fosse solicitada pelo Presidente da República, pelo Governo, pelos ministérios da República para as regiões autónomas ou pelos órgãos regionais;
- questões cuja apreciação lhe fosse atribuída pelos estatutos regionais ou por outras leis. Embora fosse um órgão consultivo, não podia dar parecer sobre projetos ou propostas de lei, de decreto-lei ou de diploma regional, competindo-lhe a posterior verificação subsequente da legalidade e constitucionalidade.

¹³² PORTUGAL. Leis, decretos, etc – LEI n.º 61/77. *D.R. I Série*. 196 (77-08-25) 2041-2044.

Competia ao Chefe de Estado nomear o presidente da Comissão, convocar reuniões extraordinárias e presidir às reuniões a que assistisse. A Presidência da República tinha a seu cargo o apoio técnico e administrativo da Comissão, tal como as despesas do seu funcionamento.

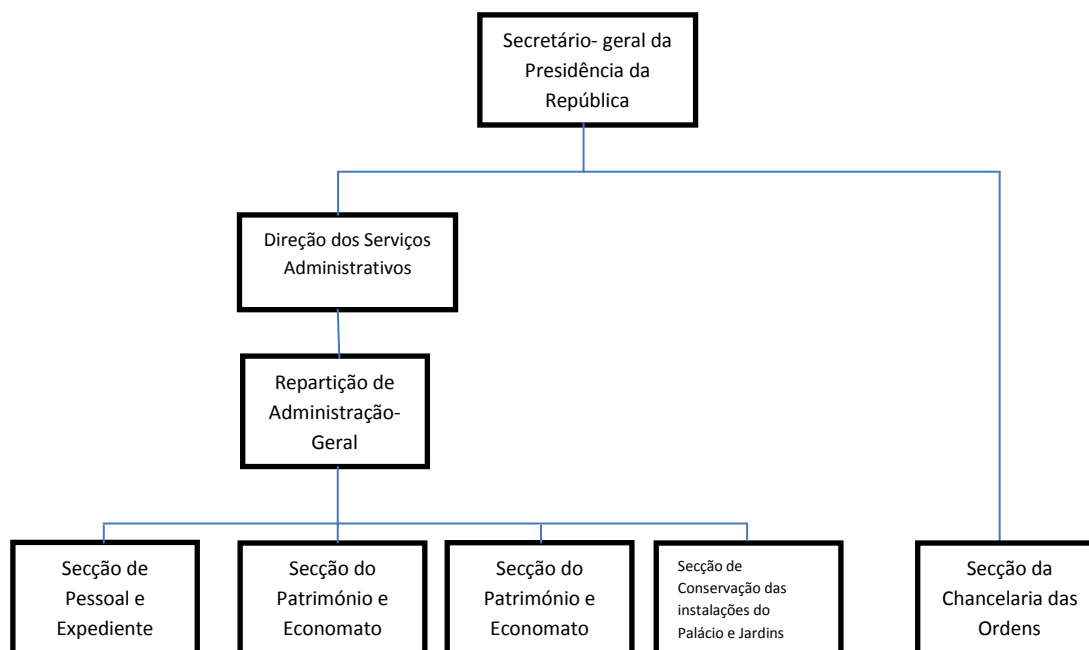
A Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas foi extinta em 1982, pela 1.ª revisão constitucional, realizada pela Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de setembro, transitando as suas funções de verificação de legalidade para o Tribunal Constitucional.

Em 1979 procedeu-se a uma nova reorganização dos serviços, considerando que a lei que organizava os serviços da Presidência da República datava de 1934 - o que lhe conferia alguma desatualização face ao desenvolvimento e à realidade das atividades presidenciais, associando também o facto de a Secretaria-geral não ter sofrido qualquer alteração desde a mudança de regime.

O Decreto-Lei n.º 513-B/79¹³³, veio reforçar a natureza da Secretaria-geral enquanto órgão de apoio administrativo, cujas atribuições centravam-se em assegurar a eficiente execução dos serviços administrativos da instituição e do serviço de expediente e outros relativos à Chancelaria. Pela primeira vez, foi instituído que o secretário-geral, para além de superintender os serviços da Secretaria, passaria a ser, por inerência, o secretário das Ordens Honoríficas Portuguesas. (ver organograma 6)

A Secretaria-geral passou a ser integrada pela Direção dos Serviços Administrativos (antiga Secção Administrativa) que reunia a Secção de Pessoal e Expediente, a Secção de Contabilidade, a Secção de Património e Económico e Secção de Conservação das Instalações do Palácio e Jardins e a Secção da Chancelaria das Ordens. (ver Anexo IV)

¹³³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 513-B/79. *D.R. I Série*. 295: 3º supl. (77-12-24) 3334-(56) -3335-(60).



Organograma 6 - Organização da Secretaria-geral em 1979, segundo o decreto-Lei nº 513-B/79, de 24 de dezembro.

Dada a complexidade adquirida pela estrutura da Secretaria, decorrido do aumento do serviço, este diploma permitiu-lhe aumentar o quadro de pessoal, como foi o caso do diretor dos serviços Administrativos e o chefe da repartição de Administração-Geral.

Neste mesmo ano, foi também criado, sob a dependência do Chefe da Casa Civil, o Centro de Documentação e Informação (CDI), que tinha como competências: a identificação documental e das espécies bibliográficas; o tratamento e difusão da informação documental; a organização do arquivo de acordo com as normas arquivísticas; o planeamento e execução de um plano de valorização técnico-profissional e a incrementação e garantia de cooperação entre os utilizadores e os documentalistas¹³⁴. Tratava-se, no fundo, do desenvolvimento das funções de gestão da informação adjudicadas ao anterior Centro de Apoio criado, em 1976. O CDI era constituído por um diretor, com a categoria de chefe de divisão, apoiado pelo

¹³⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 513-C/79. *D.R. I Série*. 295: 3º supl. (79-12-24) 3334-(60) -3334-(61).

quadro de pessoal, do qual constava pessoal técnico superior, pessoal técnico-profissional e administrativo e pessoal técnico operário e auxiliar.

Como resposta à complexidade e à diversidade das temáticas que competiam ao Presidente da República foi criado, pelo Decreto-Lei n.º 526/79¹³⁵, o Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis, com o objetivo de prestar apoio técnico e de disponibilizar estudos. Dotado de autonomia administrativa e financeira funcionava na dependência direta do Presidente da República. A sua duração foi efémera, nunca tendo passado de uma fase de instalação, durante a qual as suas funções foram transitoriamente exercidas por uma comissão instaladora, tendo sido extinto no início de 1987¹³⁶.

Em 1983¹³⁷, foi criado um lugar de secretário do Conselho de Estado, equiparado a Diretor-geral, sendo de livre escolha do Presidente da República. O apoio técnico e administrativo do Conselho de Estado era assegurado pela Secretaria-geral.

Em 1986, foi aprovada a nova Lei Orgânica das Ordens Honoríficas¹³⁸, reunindo num único diploma todas as questões relativas à sua natureza, funções e competências. Assim, foram atualizadas as finalidades de cada uma das Ordens, como também foram definidas as competências para as propostas dos agraciamentos. Seguiu-se o Decreto Regulamentar n.º 71-A/86¹³⁹ com a aprovação do respetivo Regulamento das Ordens Honoríficas Portuguesas.

A atual orgânica da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas data de 2011¹⁴⁰, organizando-a em três grandes grupos: Antigas Ordens Militares, Ordens Nacionais e Ordens de Mérito Civil. Neste diploma é também sublinhado o papel apoio do técnico e administrativo da Secretaria-geral à Chancelaria das Ordens.

¹³⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 526/79. *D.R. I Série*. 300: 3º supl. (79-12-24) 3334-(60) – 3334-(61).

¹³⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 438/86. *D.R. I Série*. 300 (86-12-31) 3874-(99) - 3874-(100).

¹³⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 161/83. *D.R. I Série*. 93 (83-04-22) 1426.

¹³⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 414-A/86. *D.R. I Série*. 287 (86-12-15) 3726-(2)-3726-(7).

¹³⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-REGULAMENTAR n.º 71-A/86. *D.R. I Série*. 287 (86-12-15) 3726-(7)-3726-(32).

¹⁴⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – LEI n.º 5/2011. *D.R. I Série*. 43 (11-03-02) 1249-1267.

Em 1982, deu-se a revisão Constitucional que se traduziu numa redução substancial dos poderes presidenciais¹⁴¹.

Até então, o Presidente tinha competências para demitir o governo, bastando ouvir o Conselho da Revolução e os Partidos representados na Assembleia. A partir de 1982, tinha a incumbência de garantir o regular funcionamento das instituições democráticas e só depois de ouvido o Conselho de Estado e os Partidos políticos com assento parlamentar, e só quando fosse estritamente necessário poderia demitir o governo. As limitações passaram a ser, também, de ordem temporal: não sendo possível demitir o governo nos seis meses posteriores à eleição da Assembleia, durante o último semestre do mandato presidencial ou durante a vigência do estado de sítio.

Com a extinção do Conselho da Revolução, que assumia essencialmente competências de jurisdição constitucional e de reserva legislativa em matéria de defesa nacional, a que o Presidente da República presidia, o Chefe de Estado deixou igualmente de deter este poder.

O governo deixou também de ser politicamente responsável perante o Presidente da República, passando a sê-lo apenas institucionalmente.

A 9 de março de 1986, tomou posse Mário Soares, o primeiro Chefe de Estado civil, depois de seis décadas de presidentes militares, com o lema: *Unir os Portugueses, servindo Portugal*. O seu duplo mandato presidencial, de acordo com Yves Léonard, foi marcado por dois factos de relevo: a instauração das *Presidências abertas*, através das quais o Presidente percorria o país indo ao encontro da realidade dos seus concidadãos, e o desenvolvimento de uma magistratura de influências, através da qual privilegiava o diálogo e a mediação em detrimento do conflito aberto¹⁴².

Nesta linha de atuação, Mário Soares, no prefácio de *Intervenções 2*, definiu o conceito de Presidência Aberta:

Tornou-se um meio importante ao serviço desse conceito, especialmente apreciado, graças à sua acessibilidade e calor humano, pelas grandes massas populares. Haverá quem ironize ou critique – como sempre, e ainda bem que é assim é! – sugerindo que nada

¹⁴¹ FREIRE, André; PINTO, António Costa – *O Poder dos Presidentes: a república portuguesa em debate*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2005.

¹⁴² LÉONARD, Yves – *Mário Soares*. Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006.

*se resolve e tudo fica afinal na mesma, visto que o Presidente não tem poder executivo. Ora, isso não é exato, dada a cooperação oferecida pelos membros do Governo, com destaque para o Senhor Primeiro-Ministro, que desde o início compreendeu a importância e o significado da Presidência Aberta*¹⁴³.

Alfredo Barroso e José Vicente Bragança¹⁴⁴ referiam que o Presidente da República, em Portugal, exercia de facto uma magistratura de influência em que a capacidade de comunicação e contacto direto com a população era um instrumento de atuação tão importante que se podia transformar num instrumento tão forte como os poderes jurídico-constitucionais que lhe eram atribuídos pela constituição. Assim,

*Por esta altura, a residência oficial do Presidente da República é já um dos centros indiscutíveis do Poder em Portugal, para onde convergem as grandes questões nacionais, encontros políticos de alto nível e cerimónias de Estado*¹⁴⁵.

O Presidente Mário Soares, ao contrário do seu antecessor, não chegou a habitar o Palácio Nacional de Belém e fez uma utilização pontual do Palácio da Cidadela, que serviu contudo de residência temporária ao General Carlos Azaredo, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Não realizou igualmente grandes mudanças relativamente à organização da sua Casa Civil:

*Manteve as assessorias para, os Assuntos Políticos e Parlamentares, para as Relações Internacionais, para os Assuntos Jurídicos e para a Comunicação Social, extinguindo a Assessoria de Representação de Interesses e transformou a assessoria dos Assuntos Sociais em assessoria para os Assuntos Económicos e Sociais*¹⁴⁶.

¹⁴³ PORTUGAL. Presidente da República, 1986-1996 (Mário Soares) – *Intervenções* 2. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987-1996. p. 29.

¹⁴⁴ BARROSO, Alfredo; BRAGANÇA, José Vicente - O Presidente da República: funções e poderes. *Portugal: O Sistema político e constitucional 1974-1987*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989.

¹⁴⁵ GASPAR, Diogo – *Do Palácio...* p. 67.

¹⁴⁶ VIEIRA, Joaquim – *Mário Soares: uma vida*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013. p. 691.

Mas, criou duas novas assessorias: a Assessoria para os Assuntos Culturais e a Assessoria para os Assuntos Regionais e Locais¹⁴⁷.

Durante os anos 80, procedeu-se ao preenchimento e ao alargamento do quadro da Secretaria-Geral e do Centro de Documentação e Informação da Presidência da República, refletindo a Portaria n.º 461/87¹⁴⁸ a adequação destes mesmos quadros. Em 1986, surgiu novamente o lugar de mordomo.

Em dezembro de 1986, a Casa Civil do Presidente da República elabora as breves notas descritivas intitulada *Serviços de Apoio do Presidente da República e o Orçamento da Presidência da República*. Partindo da caracterização do Presidente da República enquanto órgão constitucional, em sentido restrito, ao qual está concedida a faculdade de auto-organização interna, aponta que o Presidente da República é o único órgão de soberania que não dispõe de qualquer competência para legislar sobre a organização e funcionamento dos serviços que o apoiam no exercício das suas funções. O documento sublinha ainda o facto que não estava previsto na Constituição ou na lei, a possibilidade de propor ao Governo ou à Assembleia a aprovação de legislação relativa à organização e funcionamento dos seus serviços de apoio:

*O Presidente da República é, assim, o único dos quatro órgãos de soberania previsto na C.R.P. relativamente ao qual não se verifica a faculdade de auto-organização interna, total ou parcial, direta ou indireta*¹⁴⁹.

Consciente da desadequação da legislação face às exigências impostas à instituição e com vontade de agilizar os serviços administrativos e financeiros, criando instâncias decisórias próprias, em harmonia com o estatuto da Presidência da República, foi conferido ao Chefe da Casa Civil, em 1988¹⁵⁰, competência própria para a coordenação desses serviços.

Em 1993, através da Portaria n.º 556/93, é alterado o quadro de pessoal do Centro de Documentação e Informação da Presidência da República na parte

¹⁴⁷ SERRANO, Estrela – *As Presidências Abertas de Mário Soares: as estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República*. Coimbra: Minerva 2002. p. 69.

¹⁴⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – PORTARIA n.º 461/87. *D.R. I Série*. 126 (87-06-02) 2190-2194.

¹⁴⁹ PORTUGAL. Presidência da República. Casa Civil - *Os serviços de apoio do Presidente da República e o orçamento da Presidência da República: breve nota descritiva*. Lisboa: PR.CC, 1986. p. 3.

¹⁵⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 47/88. *D.R. I Série*. 36 (88-02-12) 496.

respeitante às carreiras de pessoal, específicas das áreas funcionais de Biblioteca, Documentação e de Arquivo¹⁵¹. Anos mais tarde, através da Portaria n.º 1202/95¹⁵² foi alterado o seu quadro de pessoal, aprovando a existência de pessoal da carreira técnica superior com funções na área da comunicação social e da informação.

Na reta final do mandato de Mário Soares, em fevereiro de 1996¹⁵³, foi definida e regulada a estrutura de apoio técnico e pessoal e de gestão patrimonial, administrativa e financeira do órgão de soberania, que se mantém em vigor, na sua essência, na atualidade. Este diploma foi posteriormente regulamentado, no mandato do Presidente Jorge Sampaio, pelo Decreto-Lei n.º 28-A/96¹⁵⁴.

De acordo com os referidos diplomas, os órgãos e serviços da instituição foram divididos em três pilares:

1. Serviços de apoio direto ao Presidente:

1.1. Casa Civil - serviço de consulta, de análise, de informação e de apoio técnico, constituída pelo chefe da Casa Civil, assessores, adjuntos e secretários e por um corpo de consultores e um núcleo de apoio administrativo. O chefe da Casa Civil, para além de gerir a Casa Civil, assegura também a coordenação administrativa e financeira dos órgãos e serviços da Presidência da República. Com o objetivo de prestar apoio ao cônjuge do Presidente da República, no exercício das suas atividades oficiais, foi criado na dependência da Casa Civil um gabinete de apoio formado por dois adjuntos e um secretário;

1.2. Casa Militar - serviço de apoio ao Presidente da República enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas, que para além do Chefe da Casa Militar, dela fazem parte os assessores e ajudantes de campo apoiados por secretários e pessoal administrativo, assim como o Chefe da Casa Militar, que dirige a Casa Militar e garante o contato entre a Presidência da República e as autoridades militares;

¹⁵¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – PORTARIA n.º 556793. *D.R. I Série*. 123 (93-05-31) 2938-2939.

¹⁵² PORTUGAL. Leis, decretos, etc – PORTARIA n.º 1202/95. *D.R. I Série*. 230 (95-10-04) 6134.

¹⁵³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – LEI n.º 7/96. *D.R. I Série*. 51 (96-02-29) 404-407.

¹⁵⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 28-A/96. *D.R. I Série*. (96-04-04) 712-(2) – 712-(5).

- 1.3. Gabinete do Presidente da República** - serviço de apoio direto e pessoal do Presidente a República formado pelo chefe de Gabinete e demais membros previstos na legislação regulamentar;
- 1.4. Serviço de Segurança** - encarregue da proteção e segurança pessoal do Chefe de Estado, tal como da vigilância e proteção das instalações e dos funcionários da instituição. É conduzido por um chefe do Serviço e um adjunto e aqui está integrado um destacamento da Divisão de Segurança da Polícia de Segurança Pública, um destacamento da Guarda Nacional Republicana e uma esquadra da Polícia de Segurança Pública;
- 1.5. Centro de Comunicações** - cuja função é assegurar o sistema de comunicações da instituição;
- 1.6. Serviço de Apoio Médico** - que presta assistência médica e de enfermagem ao Presidente da República.
2. **O Conselho Administrativo** - órgão deliberativo em matéria de gestão patrimonial, administrativa e financeira, constituído pelo chefe da Casa Civil (que preside), chefe da Casa Militar, chefe do Gabinete, secretário-geral e diretor dos serviços administrativos e financeiros da Secretaria-Geral (que secretaria).
3. **A Secretaria-Geral** - Serviço de apoio administrativo da Presidência da República, coordenada pelo secretário-geral que é também por inerência o secretário das Ordens Honoríficas, com a possibilidade de ser apoiado por um adjunto. Os membros dos órgãos e serviços de apoio direto são da escolha do Chefe de Estado. Este diploma conferiu também à Presidência da República autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Doutor Jorge Sampaio foi eleito Presidente a 14 de janeiro de 1996 e a 9 de março tomou posse, *iniciando um ciclo de dois mandatos e dez anos marcados por um firme e determinado sentido de prudência e moderação*¹⁵⁵.

O seu mandato foi marcado pela proximidade aos portugueses através das jornadas temáticas dedicadas, internamente, a assuntos específicos e, externamente, pela defesa da política da União Europeia e pelas causas de Timor e Macau.

Tal como o seu antecessor, optou por manter-se na sua residência privada. Reconhecendo o valor histórico e artístico do Palácio de Belém, promoveu, ao longo do seu mandato, a valorização e a recuperação do Palácio e do seu património. Jorge Sampaio inaugurou *uma visão diferente da arquitetura no Palácio de Belém*¹⁵⁶, com a construção do edifício da futura Direção de Serviços de Documentação e Arquivo da Secretaria-geral da Presidência da República.

Esgotado o espaço físico reservado ao Centro de Documentação e Informação localizado na cave do edifício do Anexo, dado o alargamento das suas funções de apoio à Casa Civil e à Casa Militar (que mais tarde veio a traduzir-se organicamente na evolução do Centro de Documentação e Informação para a Direção de Serviços de Documentação e Arquivo e as respetivas Divisões de Documentação e Biblioteca de Informação e Arquivo) e pelo aumento de recursos humanos afetos, foi lançado um concurso para a construção de um novo edifício, cujo projeto vencedor foi apresentado pelo arquiteto João Luís Carrilho da Graça. Em 1998, deu-se início à construção deste novo edifício: *A encomenda consistia, resumidamente, em criar de um modo discreto uma série de áreas de apoio à Presidência (muitos gabinetes (...) e arquivos)*¹⁵⁷.

Durante o mandato do Presidente Jorge Sampaio foi regulamentada a Lei n.º 7/96 de 29 de fevereiro, através do Decreto-Lei n.º 28-A/96¹⁵⁸, que definiu as estruturas e os serviços de apoio ao órgão de soberania Presidente da República.

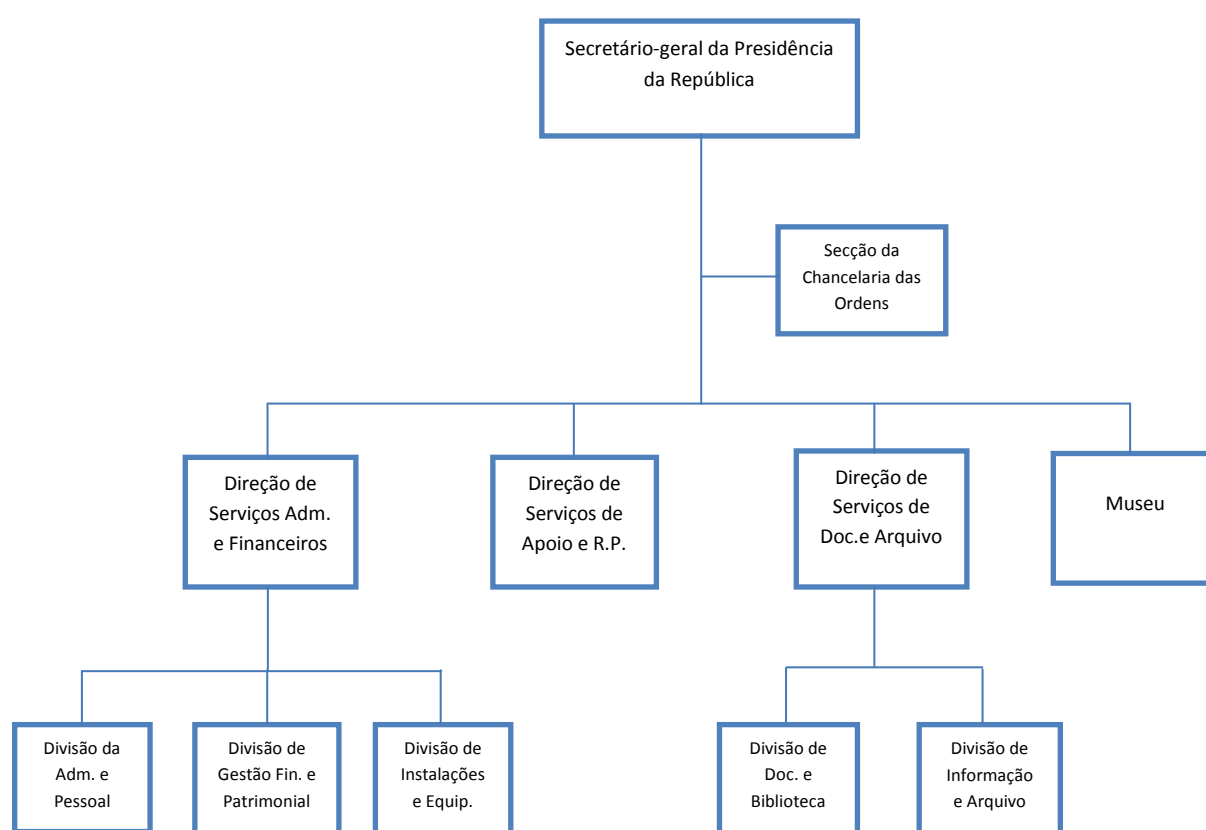
¹⁵⁵ GASPAR, Diogo, ed. lit.; PINTO, António Costa, compil.; ALÍPIO, Elsa Santos, compil. – *Presidentes de Portugal*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2011. p. 309.

¹⁵⁶ GASPAR, Diogo - *Do Palácio...*p. 391.

¹⁵⁷ NEVES, José Manuel das – DSDA. Documentação e Arquivo. Palácio de Nacional de Belém. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005. p. 10.

¹⁵⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 28-A/96. *D.R. I Série*. 81 (96-04-04) 712-(2)-712-(5).

Numa perspetiva de atualização, considerando a potenciação dos recursos técnicos e humanos, a união dos serviços da instituição, a criação do Museu da Presidência da República, tal como a concretização da autonomia da Presidência da República materializada com a transferência para si de funções que ainda eram assumidas pela Presidência do Conselho de Ministros, e atendendo à racionalização de gastos, foi promulgada, em 2000, a Lei Orgânica da Secretaria ¹⁵⁹ em vigor. (organograma 7)



Organograma 7: Estrutura orgânica da Secretaria-geral, definida pelo decreto-lei n.º 288/2000, de 13 de novembro.

A estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República compreende desde então:

¹⁵⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 288/2000. *D.R. I Série*. 262 (00-11-13) 6380-6388.

- 1. Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros** - constituída pela Divisão da Administração e Pessoal, que se reparte pela Secção de Recursos Humanos e pela Secção de Expediente e Arquivo, pela Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, que engloba a Secção de Orçamento e Contabilidade e a Secção de Património e Aprovisionamento, e pela Divisão de Instalações e Equipamentos, que é apoiada administrativamente pela Secção de Manutenção e que também tem a seu cargo os serviços do Parque Automóvel, Oficinas, Jardins e Rouparia. Esta Direção tem também à sua responsabilidade a Tesouraria, o Núcleo de Planeamento e Controlo de Gestão de Qualidade e a Unidade Funcional de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho¹⁶⁰.
- 2. A Direção de Serviços de Apoio e Relações Públicas** - que gere os serviços de apoio à Residência Oficial e Palácio e tem igualmente o Mordomo na sua dependência.
- 3. A Direção de Serviços de Documentação e Arquivo** - que engloba a Divisão de Informação e Arquivo e Divisão de Documentação e Biblioteca. Coordena os Serviços de Reprografia e Serviço de Estafetas e conta também com uma unidade funcional para o desenvolvimento, execução e controlo de projetos na área.
- 4. O Museu da Presidência da República** – que compreende o Gabinete da Direção, o Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação, o Gabinete de Extensão Cultural, o Gabinete de Investigação e Arquivo e o Gabinete de Estudos e Planeamento. Tem também à sua disposição uma unidade funcional.
- 5. Secção da Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas** - que apoia administrativamente a respetiva Chancelaria, pelo Gabinete Jurídico e de Contencioso e pelo Núcleo de Planeamento e Controlo e de Gestão da Qualidade (na dependência da Direção de Serviços Administrativos e Financeiros).

¹⁶⁰ Alteração do Regulamento Interno da Orgânica dos Serviços da Secretaria-Geral da Presidência da República, de 3 de junho de 2007.

No dia 9 de março de 2006, deu-se a tomada de posse do Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva como Presidente da República. Na linha dos seus antecessores, o Presidente optou por não residir no Palácio de Belém ou no Palácio da Cidadela.

Entendendo que *os poderes públicos e os seus titulares devem dar o exemplo no que respeita à conservação e recuperação do património arquitectónico e artístico que lhes é confiado*¹⁶¹, o Presidente Cavaco Silva procedeu à recuperação do Jardim da Cascata, do Palácio de Belém e do Palácio da Cidadela (cujo processo de degradação acumulada ao longo de décadas se revelava preocupante¹⁶²) e abriu-os ao público.

Em 2007, durante o seu primeiro mandato, os serviços da Secretaria-Geral da Presidência da República foram regulados internamente, no respeitante às atribuições e competências das suas subunidades orgânicas, à constituição de unidades funcionais para o desenvolvimento de atividades específicas no âmbito das atribuições da Secretaria-Geral e às competências e serviços do Museu da Presidência da República.

Em 2009, deu-se a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 288/2000, com a criação de uma nova unidade orgânica: a Direção de Serviços de Informática. De acordo com o Decreto-Lei n.º 132/2009, esta nova direção, dependente da Secretaria-Geral da Presidência da República, seria responsável pelo

*planeamento e coordenação das atividades relacionadas com a gestão dos sistemas e tecnologia de informação, promovendo o reforço da gestão racional dos recursos públicos, o aumento da eficiência e equidade na sua obtenção e a melhoria dos sistemas e processos da sua organização e gestão.*¹⁶³ (organograma 8).

Este diploma foi, posteriormente, regulamentado passando a Direção de Serviços de Informática a ser composta pelo Serviço de Segurança¹⁶⁴, o Serviço de Sistemas e Redes e o Serviço de Apoio aos Utilizadores.

¹⁶¹ GASPAR, Diogo; PORTUGAL. Presidência da República. Museu. - *Jardim da Cascata: Palácio de Belém*. [Lisboa]: Museu da Presidência da República, 2009. p. 7.

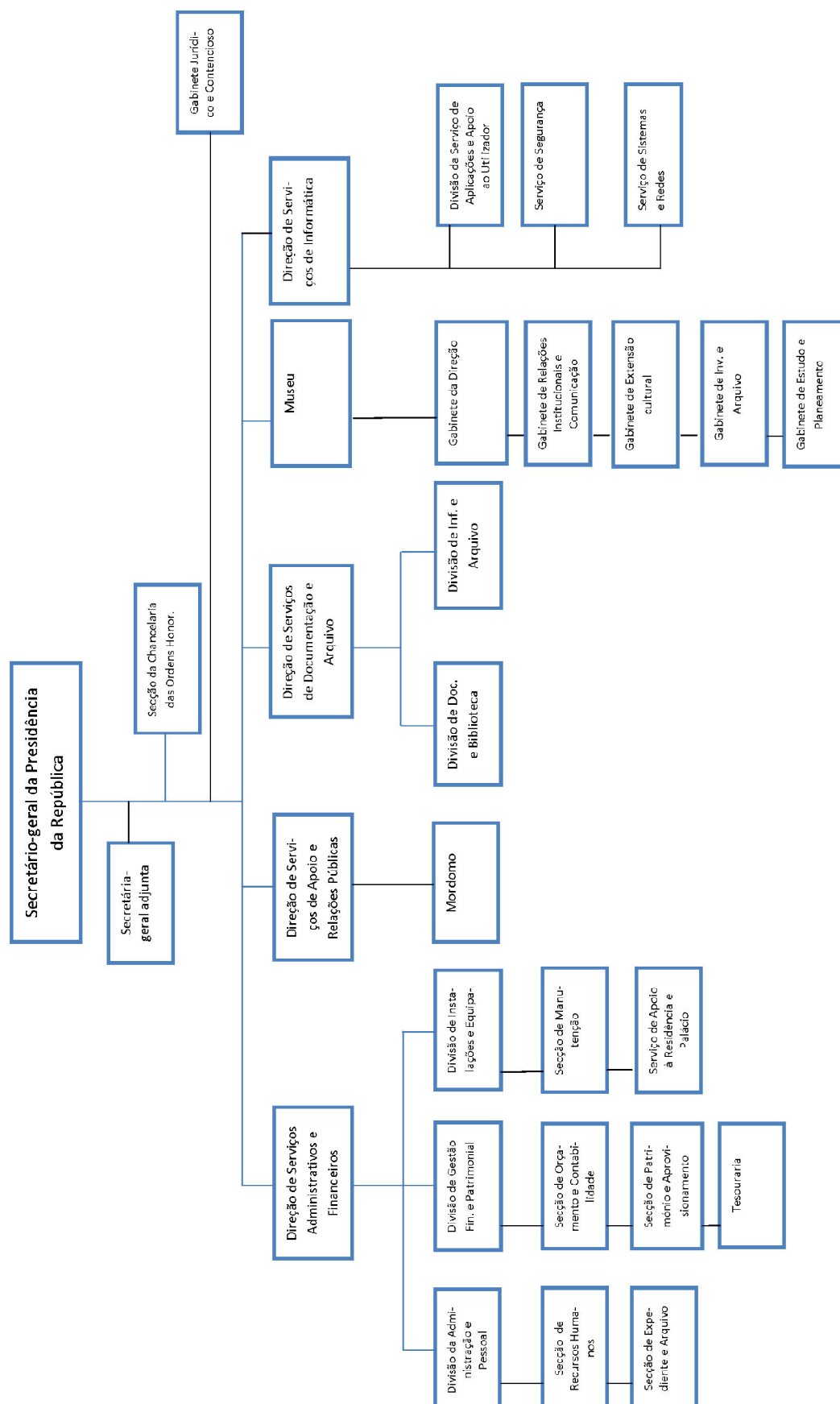
¹⁶² VAZ, Pedro - Palácio da Cidadela de Cascais: reabilitação: projeto e obra. Lisboa: Museu da Presidência da República; Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2011.

¹⁶³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 132/2009. *D.R. I Série*. 106 (09-06-02) 3425.

¹⁶⁴ Os serviços da Direção de Serviço de Informática surgiram com a alteração do Regulamento Interno da Orgânica dos Serviços da Secretaria-Geral da Presidência da República em junho de 2009.

A primeira alteração ao Regulamento Interno resultou igualmente na criação da Unidade Funcional de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, na dependência da Direção de Serviços Administrativos e Financeiros.

Em 2012, deu-se uma segunda alteração ao Regulamento Interno da Orgânica dos Serviços da Secretaria-Geral da Presidência da República, desta vez relacionada com a Direção de Serviços e Arquivo e Informação e com a necessidade de atualizar o enquadramento funcional da Divisão de Informação e Arquivo e da Divisão de Documentação e Biblioteca, bem como da eliminação da respetiva unidade funcional.



Organograma 8—Estrutura da Secretaria-geral da Presidência da República de acordo com o Regulamento Interno de 2009.

Friso cronológico 3: Legislação fundamental relativa à Presidência da República Portuguesa

III República

1974	1975	1976	1977	1979	1983	1986	1988	1993	1996	2000	2009
<div>Lei n.º 1/74, de 29 de abril</div> <div>Destituição do Presidente da República e do Governo e dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado. Todos os poderes atribuídos aos referidos órgãos passem a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional</div> <div>Decreto-Lei n.º 219/74, de 27 abril</div> <div>É criado, na Presidência da República, o Gabinete Civil e o Gabinete Militar.</div> <div>Decreto-Lei n.º 755/74, de 21 de dezembro</div> <div>É criado o Gabinete do Presidente da República.</div> <div>Decreto-Lei n.º 791/74, de 31 de dezembro</div> <div>É criado, na Presidência da República, o Gabinete Coordenador para a Cooperação.</div>	<div>Decreto-Lei n.º 532-A/75, de 25 de setembro</div> <div>Criação do Ministério da Cooperação e integração do Gabinete Coordenador para a Cooperação no mesmo.</div> <div>Decreto-Lei n.º 675/76, de 31 de agosto</div> <div>Reestruturação dos serviços de apoio ao Presidente da República: Gabinete do Presidente da República, Casa Civil e Casa Militar do Presidente da República. É criado o Centro de Apoio.</div> <div>Decreto-Lei n.º 61/77, de 25 de agosto</div> <div>Criação da comissão consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas, junto do Presidente da República.</div>	<div>Constituição, 2 de abril</div> <div>Decreto-Lei n.º 513-B/79, de 24 de dezembro</div> <div>Restruturação dos serviços da Secretaria-Geral da Presidência da República.</div> <div>Decreto-Lei n.º 513-C/79, de 24 de dezembro</div> <div>É criado, na Presidência da República, o Centro de Documentação e Informação.</div> <div>Decreto-Lei n.º 526/79, de 31 de dezembro</div> <div>É criado na Presidência da República o Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.</div>	<div>Decreto-Lei n.º 161/83, de 22 de abril</div> <div>Criação do lugar de secretário do Conselho de Estado</div> <div>Decreto-Lei n.º 438/86, de 31 de dezembro</div> <div>É extinto o Instituto de Pesquisa Damião de Góis.</div>	<div>Decreto-Lei n.º 47/88, de 12 de fevereiro</div> <div>Concessão ao chefe da Casa Civil do Presidente da República de competência própria para a coordenação administrativa e financeira dos serviços de apoio daquele órgão de soberania.</div> <div>Portaria nº 556/93, de 31 de maio</div> <div>É alterado o quadro de pessoal do Centro de Documentação e Informação de Presidência da República na parte respeitante às carreiras de pessoal específico das áreas funcionais de Biblioteca, Arquivo e Documentação.</div> <div>Lei n.º 7/96, de 29 de fevereiro</div> <div>São definidas as estruturas de apoio técnico e pessoal e de gestão patrimonial, administrativa e financeira do órgão de soberania Presidente da República. É conferida autonomia administrativa, financeira e patrimonial à Presidência da República.</div> <div>Decreto-Lei n.º 28-A/96</div> <div>Regulamentação da Lei nº 7/96, de 29 de Fevereiro, sobre o órgão de soberania Presidente da República.</div> <div>Primeira referência ao Gabinete de Apoio ao Cônjuge.</div>	<div>Decreto-Lei n.º 288/2000, de 13 de dezembro</div> <div>Aprovação da Lei Orgânica e do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República.</div> <div>Decreto-Lei n.º 132/2009, de 2 de julho</div> <div>Alteração ao Decreto-Lei nº 288/2000, de 13 de Novembro, que aprova a Lei Orgânica e o quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República.</div> <div>É criada a Direção de Serviços de Informática.</div>						

III- Órgãos e estruturas de apoio do Presidente da República

1. A Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

As ordens honoríficas *radicam numa tradição secular, praticamente desde os alvares da nacionalidade portuguesa*¹⁶⁵.

A sua génese encontra-se nas antigas ordens militares. D. Afonso Henriques, reconhecendo a necessidade de honrar a dedicação dos cavaleiros portugueses que contribuíram para a conquista de territórios do reino, independência e estabilidade das fronteiras, instituiu a 13 de agosto de 1162, a primeira Ordem portuguesa. Os reis procedentes mantiveram esta prática, dado origem a outras ordens honoríficas, que embora, sofrendo algumas reformas e reorganizações, subsistiram à passagem do tempo.

Desde a sua origem até à atualidade, as ordens honoríficas portuguesas mantêm a sua finalidade: distinguir cidadãos que se notabilizaram pela sua ação em benefício do país. Refletem o reconhecimento da Nação e do Estado aos cidadãos que se destacam por méritos pessoais, por feitos cívicos ou militares ou por serviços prestados à comunidade ou à humanidade.

Todavia, ainda que mantendo a sua natureza de honraria - que pressupõe o reconhecimento formal do mérito do agraciado pela autoridade soberana, enquanto grão-mestre das ordens - as ordens honoríficas portuguesas foram naturalmente evoluindo de acordo com o contexto político-social e sofrendo, conseqüentemente, uma profunda secularização.

Mantiveram a sua dimensão simbólica e alguma da sua estrutura orgânica, mas gradualmente foram perdendo o seu cariz religioso, depois da instauração do Liberalismo.

A atual lei orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas data de 2011, mantendo a sua divisão em três grupos:

- I – Antigas Ordens Militares: Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; Ordem Militar de Cristo; Ordem Militar de Avis e Ordem Militar de Sant’Iago da Espada;

¹⁶⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 414-A/86. D.R. I Série. 287 (86-12-15) 3726(1).

II – Ordens Nacionais: Ordem do Infante D. Henrique e Ordem da Liberdade;

III – Ordens de Mérito Civil: Ordem do Mérito; Ordem da Instrução Pública e Ordem do Mérito Industrial.

O estudo que agora se segue tem por objetivo traçar uma breve evolução orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas no período da República, analisando o desenvolvimento dos poderes conferidos neste domínio pela *Constituição da República Portuguesa* ao Presidente da República, e o apoio prestado pela Presidência da República através da Chancelaria das Ordens Honoríficas.

1.1- As Ordens Honoríficas na República

Com a implementação da República, o Governo Provisório decretou¹⁶⁶ a abolição das distinções honoríficas e a extinção das antigas ordens nobiliárquicas, mantendo apenas a Ordem Militar da Torre e Espada¹⁶⁷ (dado que era a única ordem nacional que não era subordinada a instituições religiosas), para galardoar atos de valor militar em defesa da pátria. Todavia, o seu quadro foi revisto para agraciação de todos os seus dignitários que não tivessem sido agraciados por atos de valor militar em defesa da Portugal.

A Constituição de 1911, através do seu artigo 3.º, revalidou a extinção das ordens honoríficas e das respetivas prerrogativas e regalias, considerando, porém, que os feitos cívicos e os atos militares poderiam continuar a ser galardoados com

¹⁶⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO de 15 de outubro de 1910. D.G. 11 (10-10-18) 85.

¹⁶⁷ Segundo Fernanda Cristina Santos (*Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010), esta ordem terá sido criada por D. Afonso V em 1459, com o título de Ordem da Espada, com o objetivo de premiar e incentivar a expansão para África, sendo extinta depois de condecorados os que fizeram parte na conquista de Arzila e Tânger e mais tarde, restabelecida em 1808 pelo Príncipe Regente D. João. Dada a inexistência de documentação que sustente a anterior tese, José Vicente Bragança, no seu artigo *As ordens honoríficas portuguesas* (publicado em *Museu da Presidência da República*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2004) refuta-a, defendendo que a Ordem Militar da Torre e Espada apenas foi criada em 1808 a partir da ordem de cavalaria fundada pelo Príncipe Regente, com o objetivo de galardoar os oficiais britânicos que garantiram a segurança da família real e da corte durante a viagem para o Brasil. Dado que os oficiais não eram católicos e não podiam ser condecorados com as ordens religiosas já existentes (Ordem de Cristo, S. Bento de Avis e Sant'Iago da Espada), surgiu assim a necessidade de criar uma ordem de cavalaria civil. A ordem sofreu ampliações em 1809 e 1810 e, através do alvará de 23 de julho de 1832; o Príncipe Regente, D. Pedro, reformou a Ordem, passando a designá-la de *Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito*.

diplomas especiais. Refere, ainda, que nenhum português poderia aceitar condecorações estrangeiras.

A participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial promoveu o restabelecimento de algumas condecorações militares (aquelas que sem prejuízo do espírito republicano, mais diretamente se inspirassem nas tradições e grandezas do passado) com o objetivo de premiar feitos heróicos realizados no campo de batalha.

Assim, em 1917, através do decreto n.º 3.384¹⁶⁸, foi restabelecida a Ordem de Avis¹⁶⁹, passando a partir de então a denominar-se Ordem Militar de Avis. Destinava-se a condecorar exclusivamente militares nacionais e estrangeiros e era constituída por três classes (dependendo do grau de merecimento). O início do processo de concessão das condecorações realizava-se, de acordo com as propostas dos respetivos chefes ao ministro da Guerra, da Marinha, das Colónias ou por iniciativa de qualquer desses ministros, competindo ao Presidente da República a concessão de qualquer classe em presença da proposta dos respetivos ministros.

O contexto de guerra exigia não só que se galardoassem os feitos de bravura militar, como também *as virtudes cívicas, os altos serviços à Humanidade, à Pátria e à República, e o mérito relevante nas sciências, nas letras e nas artes*¹⁷⁰, pelo que foi restabelecida a Ordem da Torre e Espada, a única que não tinha cariz religioso, passando a intitular-se Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Era constituída por quatro classes (correspondendo o maior merecimento à primeira e o menor à última), sendo que a primeira era atribuída de direito ao Presidente da República.

¹⁶⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 3384. *D.G. I Série*. 165 (17-09-25) 892-893.

¹⁶⁹ De acordo com Fernanda Cristina Santos, no *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, a Ordem de Avis, a mais antiga e com ligação à formação da nacionalidade portuguesa (enquanto elemento militar de expansão e de fixação territorial) foi instituída a 13 de agosto de 1162, por D. Afonso Henriques. Tinha como finalidade premiar os que heroicamente tinham lutado pela defesa do reino e em especial pela libertação da sua capital. Denominada inicialmente por Ordem Nova, estava sujeita à Ordem da Calatrava e integrada na Regra de S. Bento e sediada em Coimbra. Transferida para Évora, em 1166, passou a intitular-se Milícia de Évora da Ordem de Calatrava. Mais tarde, em 1211, com D. Afonso II, os seus cavaleiros fixaram-se em Avis, passando a Ordem a designar-se de Avis e de Calatrava. Em 1385, através da Bula do Papa Eugénio IV, tornou-se definitivamente autónoma, sendo designada, a partir, de então por Ordem de São Bento de Avis. Em 1789 foi secularizada, sofrendo nova alteração em 1894, adquirindo o nome de Real Ordem Militar de S. Bento de Avis.

¹⁷⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 3386. *D.G. I Série*. 166 (17-09-25) 895.

A condecoração era destinada a cidadãos portugueses e estrangeiros e conferida pelo Presidente da República, sob proposta do Presidente do Ministério e do Ministro respetivo.

Em 1918, após o final da primeira Guerra Mundial, Sidónio Pais decretou¹⁷¹ o restabelecimento das Antigas Ordens Militares e a remodelação das já restabelecidas pelo governo com o objetivo de as uniformizar, tanto na determinação dos seus diversos graus, como na forma de usar as insígnias de acordo com a prática seguida na tradição nacional e europeia.

Foram restabelecidas as Ordens de Cristo¹⁷² (destinada a premiar os serviços relevantes de nacionais ou estrangeiros prestados ao país ou à humanidade, tanto no âmbito militar como civil) e de S. Tiago da Espada¹⁷³ (para premiar cidadãos nacionais ou estrangeiros, o mérito científico, literário ou artístico), sendo remodelada a Ordem de Avis, ficando assim constituído o grupo das três ordens militares.

Competia ao Presidente da República que, por inerência, era também o Grão-Mestre destas Ordens, presidir às mesmas e, nessa qualidade, usava o distintivo da banda das três ordens, a placa e mais insígnias correspondentes.

A banda da grã-cruz das três ordens apenas podia ser concedida a chefes de estado estrangeiros.

A Ordem da Torre e Espada, tal como refere Nuno Estevão¹⁷⁴, manteve o seu objeto, passando, contudo, tal como o grupo das três ordens, a ser constituída por quatro graus cavaleiro, oficial, comendador, grande oficial e grande-cruz.

¹⁷¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 5030. *D.G. I Série*. 264 (18-12-06) 2113-2114.

¹⁷² Fundada pelo rei D. Dinis, teve origem na Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo instituída, a 14 de agosto de 1319, pela Bula *Ad ea ex quibus*, do Papa João XXII. Sucedeu em Portugal a Ordem dos Templários, extinta em 1311. Instalada inicialmente em Castro Marim, em 1356, foi transferida para Tomar, tornando-se a Ordem Militar de Cristo. Sofreu reformas em 1443, 1551 e em 1789.

¹⁷³ De acordo com José Vicente Bragança, na obra já citada, a Ordem de Santiago da Espada teve sua origem na ordem monástico-militar de Santiago fundada em 1170, por Fernando II, rei de Leão, tendo sido instituída em Portugal em 1172 e tornando-se independente pelo rei D. Dinis em 1288. Destinava-se a galardoar os cavaleiros que tiveram um papel importante na reconquista do território. A sua primeira sede foi em Lisboa, passando no reinado de D. Afonso II para Alcácer do Sal e no reinado de D. Sancho II para Évora, estabilizando a sua localização em Palmela em 1482. Em 1789, foi remodelada adquirindo o nome de Ordem de S. Tiago, tendo sido reformada em 1862 passando a intitular-se Antiga, Nobilíssima e Esclarecida Ordem de S. Tiago, do Mérito Científico, Literário e Artístico.

¹⁷⁴ FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina da Costa - *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010. p. 904.

Continua a ser competência do Presidente da República a concessão de qualquer grau, porém agora de sob proposta de qualquer dos secretários de estado, à exceção da Ordem de Avis e da Torre e Espada, que mantinham as anteriores disposições.

Em 1919, foi publicado o regulamento das Ordens Militares Portuguesas¹⁷⁵, que define que cada uma das quatro ordens restabelecidas ou reguladas no ano de 1918 teria respetivamente um Conselho, composto pelo Presidente da República (na qualidade de presidente do Conselho), pelo chanceler (vice-presidente) e por oito membros das ordens (representando todos os graus e servindo de secretário o de grau de menor categoria e que residisse preferencialmente em Lisboa).

Competia ao Presidente da República a nomeação de todos os membros das ordens, sob proposta da Presidência do Ministério no caso da Ordem de Cristo, dos ministros da Guerra e da Marinha para as Ordens da Torre e Espada e Avis, e do ministro da Instrução para a Ordem de S. Tiago.

As sessões eram convocadas pelo chanceler e tinham lugar na Secretaria da Presidência da República a qual teria também a cargo os respetivos arquivos, contando os secretários com a ajuda de um adjunto arquivista.

Competia aos conselhos tomar conhecimento das propostas de condecorações dos diversos graus militares, investigar as qualidades dos propostos, organizar os respetivos processos, aprovar ou rejeitar as propostas que lhes eram submetidas e aplicar penalidades aos condecorados sempre que a sua conduta o exigisse, sendo da atribuição do Presidente da República a pronúncia da pena de suspensão ou de exclusão.

Aprovada a proposta de condecoração, era função da Secretaria da Presidência da República expedir os diplomas (devidamente assinados pelo Presidente da República) relativos aos diversos graus das ordens e proceder ao registo dos mesmos, ficando suspensa a sua publicação no *Diário do Governo* até que o diploma fosse registado no Arquivo Nacional¹⁷⁶. No caso dos diplomas das Ordens de Cristo e de S. Tiago da Espada, eram ainda sujeitos ao pagamento de imposto do qual dependia a realização do registo.

¹⁷⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 6205. *D.G. I Série*. 228 (19-11-08) 2387-2393.

¹⁷⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 5.633. *D.G. I Série*. 98 (19-05-10) 1023.

Concluído o processo de condecoração, era também função do Presidente da República realizar a sua concessão no dia 5 de outubro.

No que concerne às condecorações estrangeiras, o regulamento refere igualmente que os agraciados apenas poderiam aceitar e usar os respetivos distintivos e insígnias após a autorização do governo, a qual seria publicada na *Ordem do Exército*, na *Ordem da Armada* ou no *Boletim Militar das Colónias*, no caso dos militares, e no *Diário do Governo*, para os civis.

O regulamento faz ainda referência a disposições comuns às diferentes ordens, relativamente ao uso das insígnias, à perda do direito à Ordem e das respetivas funções.

Em 1921¹⁷⁷, no sentido de agilizar as concessões de qualquer grau das Ordens Militares Portuguesas a militares e civis de nações estrangeiras, foi dispensada a aprovação dos Conselhos das Ordens, sempre que se tratassem de visitas de Chefes de Estado, ou príncipes estrangeiros e de missões militares ou navais, podendo o Presidente da República conceder imediatamente os graus das ordens.

Em 1922, foi aprovado e colocado em execução um novo regulamento das Ordens Militares¹⁷⁸, reunindo num só diploma as várias alterações introduzidas ao anterior regulamento.

Através do decreto n.º 11.012¹⁷⁹ de 1925, foi aprovado o regulamento das Ordens Militares Portuguesas, no qual era feita, pela primeira vez, referência à Chancelaria das Ordens Militares Portuguesas, que funcionava na Presidência da República, sob a direção do chefe de protocolo, que acumulava também a função de secretário-geral das Ordens. A chancelaria passou a ter a seu cargo os processos relativos às propostas dos diversos graus das Ordens, registo de concessões e expedição de diplomas.

Em 1926¹⁸⁰, foi recuperada¹⁸¹ a Ordem do Mérito Civil e Industrial¹⁸², com o fim de premiar os serviços prestados ao trabalho nacional na agricultura e na indústria,

¹⁷⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 7708. *D.G. I Série*. 187 (21-09-14) 1136.

¹⁷⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 8357. *D.G. I Série*. 179 (22-08-31) 911-915.

¹⁷⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 11012. *D.G. I Série*. 175 (25-08-08) 929-933.

¹⁸⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 12702. *D.G. I Série*. 260 (26-11-13) 1988-1989.

¹⁸¹ Considerava-se que não tinha sido extinta em 1910, estando em 1926 apenas a adapta-la ao contexto de então.

sendo composta pela classe do mérito agrícola e pela classe do mérito industrial (onde se incluía a indústria propriamente dita ou a indústria comercial).

Tal como nas Ordens Militares, também na Ordem Civil o grau de grão-mestre destinava-se ao Presidente da República. Era composta igualmente pelos graus da grã-cruz, grande oficial, comendador, oficiais e cavaleiros, todas em número limitado.

A concessão dos graus era realizada pelo Governo, mediante proposta do Conselho da Ordem, no caso da concessão do grau de grã-cruz, grande oficial e comendador, e sob proposta dos ministros da Agricultura ou do Comércio e Comunicações para a concessão do grau de cavaleiro e oficial. O Conselho da Ordem procedia de acordo com o determinado para o Conselho das Ordens Militares Portuguesas.

No ano seguinte, foi criada a Ordem da Instrução e Benemerência, *destinada a galardoar os serviços prestados por nacionais ou estrangeiros ou por corporações à causa da instituição e todos os atos de benemerência pública que influam no progresso e prosperidade do país*¹⁸³.

Foi constituída pelos mesmos graus que as ordens anteriores, estando a sua concessão sujeita ao pagamento do mesmo imposto de registo e outras disposições legais que se exigiam aos correspondentes da Ordem Militar de Santiago. Compreendia igualmente um Conselho, estando todos os serviços de expediente e arquivo a cargo da Chancelaria das Ordens Militares. A concessão dos graus era realizada pelo Conselho, a partir da proposta do Ministério da Instrução Pública, ficando a organização dos processos e o seu expediente para a concessão dos diferentes graus da Ordem na competência da Secretaria Geral do Ministério.

Em 1927, através do decreto n.º 14.172¹⁸⁴, foi publicado um novo regulamento das ordens portuguesas, incluindo, pela primeira vez as Ordens Militares (Torre e Espada, Avis, Cristo e Santiago da Espada), a Ordem de Mérito Agrícola e Industrial e a Ordem de Instrução e Benemerência, reunindo, num só diploma, e alterando parte da

¹⁸² Criada pelo decreto de 4 de julho de 1893, pelo Rei D. Carlos, destinava-se a condecorar os serviços prestados à agricultura ou à indústria nacional, dividindo-se inicialmente em duas classes: Mérito Agrícola e Mérito Industrial.

¹⁸³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 13486. *D.G. I Série*. 80 (27-04-18) 582.

¹⁸⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 14172. *D.G. I Série*. 189 (27-08-12) 1727-1734.

legislação, no sentido de regular o seu funcionamento, e organizar os serviços da respetiva chancelaria.

A chancelaria, então designada Chancelaria das Ordens Portuguesas, passou a ter a seu cargo o serviço de todas as ordens, continuando sob as ordens do secretário-geral das ordens (provido pela Presidência do Ministério), que mantinha as funções deste cargo inerentes às de chefe do protocolo da Presidência da República e que contava com o apoio de um arquivista.

Competia-lhe realizar o registo de concessões a portugueses de condecorações nacionais ou estrangeiras, passar a respetiva guia do imposto cobrado, enviando-a posteriormente ao inspetor de Lisboa a fim de ser cobrada, publicar as autorizações para usar condecorações estrangeiras e os decretos de concessão no *Diário do Governo* e, por fim, proceder à expedição e arquivo dos decretos de concessão dos diversos graus das ordens.

Em 1929¹⁸⁵, foi publicado um novo regulamento, o qual contemplava a autonomização das Ordens de Instrução Pública (exclusivamente destinada a galardoar as iniciativas de nacionais ou estrangeiros ou de corporações em favor da instrução) e da Ordem da Benemerência (destinada os serviços realizados por cidadãos nacionais ou estrangeiros ou por corporações à causa da assistência e a premiar atos de benemerência). Através deste decreto, foi igualmente recuperada a designação de Ordem Militar de Sant'Iago e Espada.

Em 1931¹⁸⁶, foi reformulado o regulamento das Ordens Honoríficas, devendo os Conselhos das Ordens fundamentar as suas resoluções, independentemente do seu sentido, podendo submetê-las a Conselho de Ministros, que por sua vez enviaria o seu parecer ao Presidente da República para decisão final sobre a concessão de condecorações.

No mesmo ano, teve lugar uma nova alteração ao regulamento, possibilitando que o Presidente da República, na sua qualidade de grão-mestre de todas as Ordens Portuguesas pudesse usar o distintivo, a banda das três Ordens (Cristo, Avis e Sant'Iago da Espada) ou a banda das duas cores (Cristo e Avis). A banda da Grã-cruz das três

¹⁸⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc - DECRETO-LEI n.º 16449. *D.G. I Série*. 28 (29-01-30) 363-369.

¹⁸⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 19380. *D.G. I Série*. 45 (31-02-20) 357.

Ordens só poderia ser conferida a Chefes de Estado, enquanto a banda das duas Ordens era apenas da iniciativa do Chefe de Estado.

Em 1932, foi criada a Ordem do Império Colonial¹⁸⁷, destinada a distinguir serviços relevantes prestados às colónias portuguesas por cidadãos ou corporações portuguesas e estrangeiros, na esfera civil, militar ou privada. Mantinha a estrutura e organização tradicionais das anteriores ordens.

A concessão dos graus pelo Presidente da República, grão-mestre, era realizada de acordo com a proposta do Ministro das Colónias e com a aprovação do Conselho da Ordem. Em 1957¹⁸⁸, passaria a intitular-se Ordem do Império.

Ainda em 1932, através do decreto n.º 21220¹⁸⁹, foram ampliadas as isenções de registo das Ordens Portuguesas, assim, para além dos agraciados com as ordens Militares da Torre e Espada e Avis, os cavaleiros da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial, as medalhas e condecorações concedidas pelo Presidente da República, ministros e subsecretários de Estado e os cidadãos ou coletividades agraciados pelo governo por proposta do Conselho (quando inclui no decreto a isenção do referido imposto), foi a partir de então, igualmente considerada a isenção quando a imposição das insígnias era realizada em atos solenes pelo Presidente.

Continuavam também a manter a isenção, a concessão de condecorações estrangeiras, aos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Presidência da República e aos militares em serviço.

Em 1939, foi criado o Grande Colar da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito¹⁹⁰, destinado exclusivamente a Chefes de Estado com altos feitos militares.

No âmbito das comemorações do quinto centenário sobre a morte do Infante D. Henrique, foi criada, em 1960, a Ordem do Infante D. Henrique, *destinada a premiar serviços de assinado mérito prestados por indivíduos ou instituições, nacionais ou estrangeiros*¹⁹¹. Em consideração ao nome da figura invocada, a condecoração era preferencialmente concedida a serviços relacionados a atividades ou estudos histórico-

¹⁸⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 21084. *D.G. I Série.* 87 (32-04-13) 601-603.

¹⁸⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – PORTARIA n.º 16480. *D.G. I Série.* 267 (57-11-25) 1215.

¹⁸⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 21220. *D.G. I Série.* 108 (32-04-22) 827.

¹⁹⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 29567. *D.G. I Série.* 101 (39-05-02) 323.

¹⁹¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – art.º 1.º do DECRETO-LEI n.º 43001. *D.G. I Série.* 129 (60-06-02) 1315.

marítimos, ou ao conhecimento e divulgação da expansão de Portugal no mundo. O regulamento¹⁹², publicado no mês seguinte, previa a aplicação, à respetiva Ordem, das disposições comuns constantes no Regulamento das Ordens Portuguesas.

Em 1962, foi promulgada a lei orgânica das ordens honoríficas portuguesas, onde se definia a sua finalidade, constituição, orgânica, deveres e direitos dos seus membros, tal como as competências da Chancelaria das Ordens.

Era ainda definida a sua finalidade conjunta, isto é, a distinção de cidadãos nacionais que se destacavam por méritos pessoais, por feitos cívicos ou militares ou pelos serviços prestados à comunidade, podendo ser igualmente atribuídas a estrangeiros, de acordo com os usos internacionais, a sua constituição e organização.

As ordens surgiam divididas em três grupos, mantendo-se até hoje essa organização: em primeiro lugar, as antigas ordens militares (da Torre e Espada [do Valor, Lealdade e Mérito]; de Avis, de Cristo e de Sant'ago), seguindo-se as ordens nacionais (do Império e do Infante D. Henrique) e, por último, as ordens de mérito civil (da Benemerência, da Instrução Pública e do Mérito Agrícola e Industrial).

Os graus concedidos, nas ordens militares e nas ordens nacionais, eram por ordem ascendente: cavaleiro/dama, oficial, comendador, grande-oficial e grã-cruz. No caso das ordens de mérito civil, o grau de cavaleiro/dama era substituído por medalhas. Nas ordens nacionais podia haver simples medalhas. Nas ordens militares da Torre e Espada e de Sant'ago da Espada e na ordem Nacional do Infante D. Henrique, além dos graus acima referidos existia também o grande-colar.

A concessão dos graus de todas as ordens era de exclusiva competência do Presidente da República e revestia a forma de alvará. A concessão era realizada por iniciativa do Presidente da República, mediante proposta governamental, ou do Conselho da Ordem (no caso do grau de cavaleiro ou medalha ou promoção ao grau imediatamente superior).

Relativamente à orgânica das ordens, o Presidente da República acumulava a função de grão-mestre. Cada ordem tinha um conselho respetivo constituído por oito vogais, nomeados por alvará pelo chefe de estado. Os chanceleres, três para cada grupo de ordens, eram nomeados por decreto do Presidente da República, a quem competia convocar e presidir às reuniões dos conselhos das ordens, manter o

¹⁹² PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 23055. *D.G. I Série*. 157 (60-07-08) 1679-1681.

Presidente a par das deliberações do conselho e submeter-lhe a despacho as propostas que dependessem da sua resolução, representar o Presidente da República nas cerimónias relativas às ordens, assinar a concessão de condecorações das ordens que superintendessem, propor a dissolução do conselho de alguma das ordens a seu cargo, realizar a instauração de processos disciplinares aos membros das ordens que desobedecessem aos seus deveres, tal como promover o prestígio das ordens.

Aos conselhos das ordens competia dar pareceres sobre propostas de agraciamento, propor a concessão do grau de cavaleiro ou de medalha, funcionando como tribunal de honra, e assim como podiam propor ao Presidente a irradiação de membros das ordens.

O expediente das ordens era da responsabilidade da Chancelaria das Ordens Portuguesas, na Presidência da República, a cargo do secretário-geral que, por inerência, era também o secretário-geral das ordens. Mantinham as suas competências relativas ao registo de todas as condecorações, tal como a instrução dos processos de autorização de aceitação de condecorações estrangeiras a portugueses e o respetivo registo, e passou a publicar o *Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas* onde consta a relação dos membros de cada uma das ordens e a indicação dos falecidos e expulsos no respetivo ano.

No ano seguinte, foi publicado o Regulamento das Ordens Honoríficas Portuguesas¹⁹³.

Em 1975, dada a conjuntura política, foi introduzido um regime de exceção. Procedeu-se à revisão da orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas, de acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas. Assim, a concessão de agraciamentos só poderiam ser concedidos a título excecional e por iniciativa do Presidente da República (independentemente da existência de vagas e da audiência do conselho). Os conselhos das Ordens, foram dissolvidos, ficando suspensa a nomeação de novos vogais e chanceleres e os diplomas de concessão de agraciamento seriam assinados pelo chefe da Casa Militar do Presidente da República.

Em 1976, considerando que as ordens portuguesas existentes apenas refletiam valores na sua perspetiva histórica, não contemplando méritos cívicos relativos à causa da liberdade, dos direitos humanos e da justiça social, nomeadamente no que diz

¹⁹³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 45498. *D.G. I Série*. 306 (63-12-31) 2201-2213.

respeito à defesa dos ideais republicanos e democráticos, foi criada a Ordem da Liberdade¹⁹⁴. Esta ordem nacional destinava-se a distinguir serviços relevantes prestados à causa da democracia e da liberdade. Regia-se pela Lei Orgânica das Ordens Honoríficas e, para além dos graus tradicionais, previa o grande colar para uso exclusivo dos chefes de estado e também a medalha de ouro e prata.

Entre 1981 e 1985, como refere Nuno Estevão¹⁹⁵, foi discutida e aprovada na Assembleia da República, a criação da Ordem de Camões, com o objetivo de distinguir e galardoar os serviços prestados à língua portuguesa. Porém, nunca foi publicado o respetivo decreto-lei.

Neste último ano, dada a necessidade de rever a orgânica das ordens honoríficas à luz da Constituição e de fazer cessar o regime de exceção criado em 1975, foi publicada a Lei Orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas¹⁹⁶. Contudo nunca chegou a ser regulamentada, pelo que, em 1986, seriam aprovados uma nova Lei Orgânica¹⁹⁷ e o respetivo Regulamento¹⁹⁸.

Esta nova lei orgânica mantinha a definição de ordens honoríficas das anteriores. Todavia deu-se a extinção da Ordem do Império e da Ordem do Mérito¹⁹⁹, passando a suceder a Ordem da Benemerência (sendo os agraciados da segunda a ser incluídos na primeira com todos os seus direitos e obrigações). No grupo das ordens nacionais, a Ordem do Infante D. Henrique passou para primeiro lugar neste conjunto, seguindo-se a Ordem da Liberdade. Os graus das ordens honoríficas mantinham-se de acordo com a lei orgânica. Relativamente à orgânica das ordens, tal como os chanceleres, também os conselhos passaram a funcionar por grupos.

De acordo com a nova lei orgânica, competia aos chanceleres convocar e presidir às reuniões dos conselhos das ordens, representar o Presidente da República nas

¹⁹⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 709-A/76. *D.G. I Série*. 233 (76-10-04) 2254 (1) – 2254 (2).

¹⁹⁵ FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina da Costa - *Dicionário Histórico...*

¹⁹⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 132/85. *D.G. I Série*. 99 (85-04-30) 1133-1138.

¹⁹⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 414-A/86. *D.G. I Série*. 287 (86-12-15) 3726 (1)-3726 (7).

¹⁹⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 71-A/86. *D.G. I Série*. 287 (86-12-15) 3726 (7) – 3726 (32).

¹⁹⁹ A Ordem do Mérito é uma ordem de mérito civil, que tem por finalidade condecorar atos ou serviços meritórios realizados no exercício de quaisquer funções públicas ou privadas ou que reflitam desinteresse e abnegação em prol da coletividade.

cerimónias das ordens, assinar os diplomas de concessão de condecorações, propor a dissolução do conselho das ordens, instaurar processos de disciplina, tal como promover tudo quanto julguem necessário para o prestígio das ordens. Quanto aos conselhos das ordens, competia-lhes dar pareceres sobre propostas de agraciamento, propor condecorações de agraciamento, funcionar como tribunal de honra e julgar os processos disciplinares instaurados e propor ao chefe de estado a irradiação dos mesmos.

Mantinhm-se igualmente as categorias dos membros das ordens (titulares, supranumerários e honorários) tal como os graus (cavaleiro ou dama, oficial, comendador, grande-oficial e grã-cruz). No caso das ordens de mérito civil, o grau de cavaleiro foi substituído por uma medalha, e, nas ordens da Torre e Espada e de Sant'Iago, tal como nas ordens nacionais, existia o grande-colar.

A Chancelaria passou a designar-se Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas e assumia-se enquanto serviço destinado a assegurar o regulamento das ordens, integrado na Presidência da República, contando, a partir de 1986, com o apoio administrativo da seção da Chancelaria das Ordens. A esta competia-lhe tratar do expediente relativo às ordens, o registo das condecorações através dela concedidas, tal como a instrução de processos de autorização de aceitação de condecorações estrangeiras a portugueses e o respetivo registo, a organização de publicações no âmbito da sua competência, como no caso do *Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas* e o desempenho de todas as tarefas administrativas que assegurariam o regular funcionamento da Chancelaria.

Ao secretário-geral das ordens competia manter o Presidente ao corrente das deliberações dos conselhos a seu despacho, bem como as propostas que dependessem da sua resolução, assistir aos conselhos, secretariar as reuniões de todos os conselhos e assistir os chanceleres na execução das deliberações tomadas, tendo à sua responsabilidade a redação e arquivo das atas, superintender os serviços da Chancelaria das Ordens e promover estudos e trabalhos de investigação respeitantes às ordens e organizar o arquivo histórico, onde conste o nome e outros elementos relativos a individualidades agraciadas.

A Chancelaria da Ordens continuava a ser apoiada administrativamente pelos serviços da Secretaria Geral da Presidência da República, onde estava igualmente integrado o pessoal da Chancelaria.

O regulamento das Ordens Honoríficas Portuguesas foi publicado no mesmo dia através do Decreto Regulamentar n.º 71-A/86.

Posteriormente, efetuaram-se alguns reajustamentos relativamente às ordens. Em 1991²⁰⁰, foi criada na Ordem do Mérito Agrícola e Industrial, a classe do mérito comercial, por desdobramento da classe de mérito industrial.

Em março de 2011, foi publicada a lei orgânica²⁰¹, ainda em vigor, onde se sublinharam os fins das Ordens Honoríficas, o protagonismo e o papel do Presidente da República, tal como as condecorações que lhe eram devidas.

As Ordens mantiveram a tradicional divisão em Antigas Ordens Militares, Ordens Nacionais e Ordens de Mérito Civil, havendo contudo, na sua constituição, a substituição da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial pela Ordem do Mérito Empresarial (ver organograma 9).

No que respeita à orgânica das Ordens, cada grupo continuaria a dispor de um Chanceler, que se reúne nos respetivos Conselhos, assumindo também a elaboração dos respetivos regulamentos e propondo as alterações julgadas necessárias para um melhor funcionamento do respetivo grupo.

As categorias dos membros das Ordens Honoríficas ficariam agora reduzidas a titulares e honorários, desaparecendo os supranumerários.

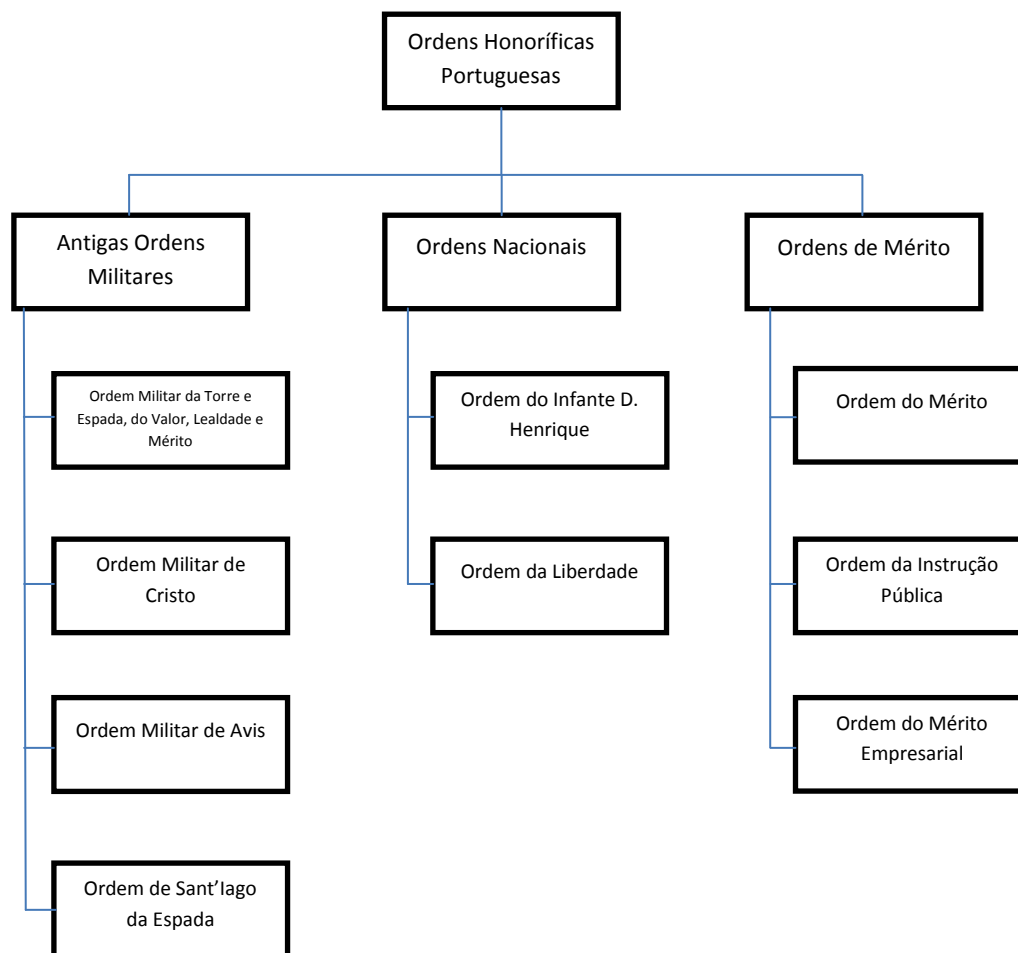
O Presidente da República continuou a manter as suas competências enquanto grão-mestre das ordens, relativamente à concessão de qualquer grau das Ordens Honoríficas, assim como à concessão, através de decreto, do Grande-Colar a antigos Chefes de Estado e a cidadãos que realizaram feitos extraordinários e, ainda, à concessão do título de membro honorário a coletividades ou instituições.

Com a atual lei orgânica, os pedidos de aceitação de condecorações estrangeiras, que anteriormente eram enviados ao Primeiro-Ministro, passariam a ser dirigidos ao Presidente da República.

²⁰⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 80/91. *D.R. I Série*. 41 (91-02-19) 779-780.

²⁰¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – LEI n.º 5/2011. *D.R. I Série*. 43 (11-03-02) 1249-1267.

No que respeita à Chancelaria das Ordens, foi criado o lugar de coordenador, nomeado pelo Secretário-Geral, e além das competências já definidas na anterior Lei Orgânica, também ficava responsável pela promoção e divulgação pública da informação relativa às Ordens Honoríficas Portuguesas, aos agraciamentos e à respetiva base de dados através do sítio de internet.



Organograma 9 - Estrutura das Ordens Honoríficas Portuguesas em 2014.

2- O Conselho de Estado

O Conselho de Estado é, como refere a *Constituição da República Portuguesa*²⁰², o órgão político de consulta do Presidente da República.

Através do presente texto, pretendemos justificar a ligação entre o Conselho de Estado e órgão de soberania Presidente da República e a consequente existência de documentação relativa ao órgão consultivo.

Em Portugal, desde o início da nacionalidade, existiram os conselhos privativos que, como refere Maria José Tíscar²⁰³, tinham a função de apoiar os monarcas e eram constituídos pelos vassalos em cumprimento do dever de *consilium* que juntamente com o *auxilium* eram os deveres que estavam obrigados em troca do *feudum*.

Assim, desde o início, houve a necessidade da existência de instâncias consultivas junto do poder e estas foram se desenvolvendo a partir das suas formas primitivas transitando para os sistemas republicanos enquanto Conselho de Estado, um órgão de características consultivas (e não executivas) de apoio ao Chefe de Estado.

No âmbito de uma breve contextualização do seu desenvolvimento ao longo do tempo, podemos referir que foi com D. Sebastião que apareceu a primeira organização do Conselho de Estado, consignando-lhe regimento pormenorizado, refletindo assim a importância que o órgão já continha. Apesar disso, alguns autores consideram ter sido o Conselho Régio de Torres Vedras, de julho de 1414, que antecedeu e foi decisivo na preparação da armada que levaria D. João I à Conquista de Ceuta, a primeira verdadeira reunião magna de conselheiros de Estado²⁰⁴.

No reinado de D. João IV foi concedido um novo regimento, contudo este órgão sofreria uma fase de decadência, no século XVII, recuperando depois com o surgimento do constitucionalismo.

²⁰² PORTUGAL. Assembleia da República - *Constituição da República Portuguesa*. 7ª revisão. Lisboa: Assembleia da República, 2005.

²⁰³ TÍSCAR, Maria José - *O 25 de Abril e o Conselho de Estado: a questão das actas*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

²⁰⁴ SILVA, Carlos Guardado da, coord. – *A Conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras / XVVII Encontro de Torres Veteras: Ceuta e a Expansão Portuguesa*. Edições Colibri, 2015.

A Constituição Política da Monarquia Portuguesa, de 1822, mantinha a definição do Conselho de Estado enquanto órgão consultivo, que deveria ser ouvido nos *assuntos graves*, isto é, sobre dar e negar a sanção das leis, declarar guerra ou paz e fazer tratados, na nomeação dos membros da regência do Brasil e seus secretários e na nomeação de pessoas para o lugar de magistratura e para o bispado. O Conselho era composto por treze conselheiros nomeados pelo Rei de acordo com as listas tríplex propostas pelas cortes mediante eleição, e cujo mandato era de quatro anos. Assim, tal como refere Jorge Miranda²⁰⁵, o Conselho de Estado deixava de ser um órgão de inteira confiança do Rei para se tornar um instrumento de comunicação entre ele e as Cortes.

Com a Carta Constitucional de 1826, foram dadas mais atribuições ao Conselho de Estado. Continuava a ser ouvido nos assuntos graves e, então, especialmente no que dizia respeito à execução do poder moderador atribuído ao Rei pela Carta. Os seus membros, ao contrário do que acontecia na Constituição, eram nomeados pelo Rei, *havendo um número deles vitalício que, sem estar fixado, se manteve sempre em número doze, e um membro por direito próprio, que era o príncipe real; o resto dos conselheiros eram figuras políticas de relevância de antigos governos*²⁰⁶.

A Constituição de 1836 não considerou no seu texto o Conselho de Estado, e após a implementação da República, por decreto com força de lei²⁰⁷, o Governo Provisório da República Portuguesa declarou a abolição do Conselho de Estado.

Consequentemente, a Constituição de 1911, também não fez referência ao Conselho de Estado. Porém, em 1919, foi criado o Conselho Parlamentar²⁰⁸, constituído por um máximo de dezoito membros eleitos pelo Congresso cujo objetivo era representar as diferentes correntes políticas da Câmara. Competia ao Presidente do Congresso presidir às reuniões do Conselho Parlamentar e transmitir ao Presidente da República as suas opiniões.

Em 1931, considerando a necessidade da criação de um organismo com funções consultivas nos assuntos relativos à reorganização política e administrativa, foi criado o

²⁰⁵ MIRANDA, Jorge – *Conselho de Estado*. Coimbra: Atlântica Editora, 1970.

²⁰⁶ SANTIAGO, María José Tíscar Santiago – O 25 de Abril e o Conselho de Estado. A Questão das Atas. Prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa, Edições Colibri, 2012. p. 28.

²⁰⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI de 17 de outubro de 1910. *D.G.* 11 (10-10-18) 85.

²⁰⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – LEI n.º 891. *D.G. I Série*. 891 (19-09-22) 2011-2012.

Conselho Político Nacional²⁰⁹. Era constituído pelo Presidente do Ministério, pelo Ministro do Interior, pelo Presidente do Supremo Tribunal e Justiça, pelo Procurador-geral da República e onze membros designados pelo Presidente da República, que presidia igualmente às reuniões e tinha o poder de exonerar qualquer um dos membros nomeados. O Presidente da República poderia ouvir o Conselho Político Nacional sobre qualquer assunto que dependesse da sua resolução. Este Conselho foi, contudo, transitório, dado que funcionou durante um período de interregno, não estando previsto na Lei Fundamental então em vigor.

Em 1932, foi criado o Conselho de Estado no projeto constitucional apresentado pelo Governo:

*Competia-lhe pronunciar quando consultado pelo Presidente da República em todas as emergências graves da vida do Estado, designadamente antes de daquele exercer algumas das suas atribuições relativas à Assembleia Nacional*²¹⁰.

Seria composto pelo Presidente da Assembleia Nacional, o Presidente do Conselho de Ministros, pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, pelo Procurador-Geral da República, pelo Vice-Presidente do Supremo Conselho de Administração Pública e por mais cinco membros nomeados pelo Presidente da República cujos mandatos eram de cinco anos.

Embora o referendo de 19 de março de 1933 viesse reafirmar a existência do órgão, o certo é que também trouxe algumas alterações, tais como: a substituição do Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça pelo Presidente da Câmara Corporativa, o mandato dos membros nomeados passava a ser vitalício, surgindo novos assuntos em que o Conselho tem de ser ouvido (relacionando-se com o funcionamento ou a subsistência da Assembleia da República). O Conselho de Estado tornava-se então um órgão com uma função não consultiva dado, como refere Jorge Miranda, *reconhecer a impossibilidade física permanente do Chefe de Estado*²¹¹.

²⁰⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI nº 20643. D.G. I Série. 294 (31-12-22) 2743-2744.

²¹⁰ MIRANDA, Jorge – *Conselho de Estado*. Coimbra: Atlântica Editora. p. 7.

²¹¹ MIRANDA, Jorge – *Conselho de Estado*...p. 8.

A revisão constitucional, realizada em 1951, trouxe igualmente alterações significativas na orgânica do Conselho de Estado, entre as quais destacamos o alargamento da sua composição, que foi aumentada para dez membros, mantendo-se a vitaliciedade do seu mandato e a possibilidade de se pronunciarem quanto à idoneidade dos candidatos à Presidência da República.

Em 1959, teve lugar uma nova revisão constitucional, e dada a eliminação do sufrágio direto na eleição do Presidente da República e a sua substituição por um colégio eleitoral restrito, o Conselho de Estado deixou de ter a função de se pronunciar quanto à idoneidade dos candidatos à Presidência da República, passando, contudo, a assumir outra função não consultiva, isto é, a de verificar a existência de acontecimentos que tornem impossível a reunião do colégio eleitoral, assim como o termo dessa situação de força maior, reunindo-se para tanto por direito próprio.

Atualmente, e tendo por base a Constituição de 1976, continua a competir ao Presidente da República presidir ao Conselho de Estado, o seu órgão político de consulta, composto por: Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidente do Tribunal Constitucional; Provedor da Justiça, Presidentes dos governos regionais, antigos Presidentes da República, cinco cidadãos eleitos pelo Presidente (pela duração correspondente ao seu mandato) e cinco cidadãos eleitos pela Assembleia da República (de acordo com o princípio da representação proporcional e por um período correspondente à duração da legislatura).

O Conselho devia reunir e ser ouvido em caso de dissolução da Assembleia da República e das Assembleias Legislativas das regiões autónomas, em caso de demissão do Governo, na declaração de guerra e na realização da paz, sobre os atos do Presidente interino e sempre que o Chefe do Estado o solicitasse.

O regimento do Conselho de Estado, aprovado em 1984, refere no seu artigo 6.º, que *as reuniões do Conselho de Estado terão lugar: em instalações da Presidência da República ou no lugar designado pelo Presidente da República*²¹², indicando igualmente, no seu artigo 14º, que os serviços de expediente e apoio seriam assegurados pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

²¹² PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Regimento do Conselho de Estado. *D.R. I Série*. 261 (84-11-10) 3444 (1) – 3444 (4).

O regimento fazia também referência ao lugar de secretário do Conselho das Ordens, cujas competências já tinham sido anteriormente definidas pelo Decreto-Lei n.º 161/83. Tratava-se de um lugar de livre escolha do Presidente da República, em comissão de serviço por termo indeterminado, sendo equiparado a diretor-geral.

Compete ao secretário promover o envio das convocatórias para cada reunião do Conselho de Estado, redigir o projeto de atas de cada reunião e remetê-la aos membros, promover o lançamento das atas aprovadas em livro especial e coordenar os serviços de expediente e apoio técnico e administrativos do Conselho.

Ao Presidente da República compete assinar os termos de abertura e encerramento das atas que resultem das reuniões do Conselho de Estado e a responsabilidade no acesso às mesmas. Assim, estas não podem ser consultadas nem divulgadas, durante 30 anos a contar do final do mandato presidencial, e o seu acesso seria igualmente controlado pelo Presidente, pelo secretário do Conselho de Estado e pelos serviços da Presidência da República.

Enquadram-se, assim, as relações entre o Presidente da República e o Conselho de Estado e a posse de documentação originada pelo órgão consultivo na Presidência da República.

3- O Conselho Superior de Defesa Nacional

O Conselho Superior de Defesa Nacional é o órgão do Estado português específico de consulta do Presidente da República para os assuntos relativos à defesa nacional e à organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas.

A primeira referência ao Conselho surgiu com a Lei Constitucional nº 1/82, que continha a primeira revisão constitucional, referindo que este órgão era presidido pelo Presidente da República (que goza de voto de qualidade) e que a sua composição dependeria do que a lei determinasse.

Assim, de acordo com a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas²¹³, o Conselho era composto pelo primeiro-ministro, vice-primeiros-ministros (se os houvesse), ministros responsáveis pelos setores da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros, da Segurança Interna, das Finanças, do Plano, da Indústria e Energia e dos Transportes e Comunicações, dois deputados à Assembleia da República, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e Chefes de Estado-Maior dos ramos, ministro da República e Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e Madeira.

O Presidente podia, por sua iniciativa ou por sugestão do primeiro-ministro, associar outros cidadãos às reuniões do Conselho (embora sem direito a voto), e competia-lhe nomear e exonerar, sob proposta do governo, um secretário de categoria igual ou superior a diretor-geral.

O Conselho Superior de Defesa assumia funções de âmbito consultivo relativamente à política de defesa nacional, à estratégia de defesa nacional, à elaboração de legislação nesta mesma área, à aprovação de convenções internacionais de caráter militar, à organização da proteção civil, da assistência às populações e da salvaguarda dos bens públicos e particulares em caso de guerra, declarações de guerra e realização de paz e quaisquer outros assuntos que o Presidente colocasse relativamente a esta temática, assim como funções administrativas no mesmo âmbito.

O Regimento do Conselho Superior de Defesa Nacional²¹⁴ foi publicado em 1983, permanecendo a sua definição e composição, acrescentando a duração do mandato

²¹³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – LEI n.º 29/82. *D.G. I Série*. 285 (82-12-11) 4063-4079.

²¹⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – Regimento do Conselho Superior de Defesa. *D.R. II Série*. 294 (83-12-23).

dos membros (mantinham-se em funções enquanto exerciam os respetivos cargos) e os casos de substituição temporária ou substituição em caso de acumulação de funções. Permaneciam as competências consultivas, acrescentando às administrativas as funções do Conselho em situação de estado de guerra.

Quanto ao seu funcionamento, o Conselho mantinha a sua reunião de dois em dois meses e, extraordinariamente, sempre que fosse necessário, não podendo, porém, iniciar ou encerrar os seus trabalhos sem a presença do Presidente da República.

Competia ao Chefe de Estado convocar o Conselho, por sua livre iniciativa ou a pedido do Primeiro-Ministro, tal como dirigir os trabalhos de acordo com a ordem fixada. As reuniões teriam lugar na Presidência da República, a menos que o Presidente por situação de força maior, definisse outro lugar.

O Conselho funcionava apenas em reuniões plenárias e pronunciava-se através de votação. Os pareceres podiam ser escritos (quando o Presidente o solicitasse, ficando a cargo do secretário) ou orais. Destas reuniões, seriam realizadas atas redigidas pelo secretário e depois assinadas pelo Presidente.

Surgiu pela primeira vez a definição do cargo de secretário, cujas competências eram, entre outras, as receção e organização dos documentos necessários aos membros e orientar o acionamento do expediente e do arquivo de documentos.

Embora o Regimento referisse que competia ao Ministério da Defesa Nacional prestar o apoio técnico e administrativo necessário ao Conselho, o secretário do Conselho Superior de Defesa Nacional, de acordo com Alfredo Barroso²¹⁵, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, tinha o seu gabinete instalado na Presidência da República desde a criação daquele órgão de consulta.

O Regimento do Conselho Superior de Defesa²¹⁶, datado de 2008, define o Conselho enquanto órgão colegial, especializado de consulta, continuando a ser presidido pelo Presidente da República, que igualmente procede à sua convocação, tal como à abertura, direção e encerramento das reuniões.

²¹⁵ PORTUGAL. Presidência da República. Casa Civil - *Os serviços de apoio do Presidente da República e o orçamento da Presidência da República: breve nota descritiva*. Lisboa: PR.CC, 1986. p. 46.

²¹⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DELIBERAÇÃO n.º 1713/2008. D.R. II Série. (08-06-24) 27403-27404.

À composição do Conselho associam-se agora os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e o Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República.

O Secretário do Conselho Superior de Defesa Nacional passou a poder, no impedimento temporário do exercício das suas funções, ser substituído pelo Chefe da Casa Militar do Presidente da República.

O regimento em vigor manteve as competências definidas no anterior e associa ainda às suas funções consultivas a competência do envolvimento de contingentes militares no estrangeiro no quadro dos compromissos internacionais do Estado Português, em missões não decorrentes do estado de guerra.

Quanto ao seu funcionamento, as reuniões ordinárias passaram a ser trimestrais.

Desde então, compete à Secretaria-Geral da Presidência da República prestar o apoio técnico e administrativo ao Conselho Superior de Defesa Nacional, passando o seu secretariado a funcionar nas instalações da Presidência da República.

4- O Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis

Dada a complexidade do âmbito de ação política presidencial, foi criado, em 1979, junto da Presidência da República, o Instituto de Pesquisa Social Damião Góis (IPSDG) *pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, funcionando na direta dependência do Presidente da República*²¹⁷.

Competia ao Instituto apoiar tecnicamente o Chefe de Estado, dando-lhe os elementos de estudo necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

Inicialmente foi nomeada pelo Presidente uma comissão instaladora do Instituto (constituída por um presidente e dois vogais) a quem competia promover os estudos necessários à futura estruturação e implementação do Instituto, tal como assegurar o exercício transitório das funções do Instituto enquanto este não estava instalado. Considerava-se que a dependência do Instituto da Presidência da República poderia ser modificada quando fosse aprovada a nova orgânica desta última. A comissão instaladora tinha poderes para admitir, em regime de tarefa, o pessoal necessário para execução das suas competências. Os encargos naturais do seu funcionamento eram da responsabilidade do orçamento da Presidência da República.

A sua duração foi efémera, não tendo passado de uma fase de instalação, durante a qual as suas funções foram transitoriamente exercidas por uma comissão instaladora. Considerando que não se justificava manter o regime de instalação, até por questões de racionalidade de gestão e de economia de recursos de administração, o Instituto foi extinto no início de 1987²¹⁸, transferindo as suas atribuições diretamente para a Presidência da República, o seu património (incluindo o arquivístico) e as responsabilidades relativas aos encargos assumidos pelo IPSDG para a Secretaria-Geral da Presidência da República.

²¹⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – art.º 2.º do DECRETO-LEI n.º 526/79. *D.R. I Série*. 300 (79-12-31) 3478 (1).

²¹⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 438/86. *D.R. I Série*. 300 (86-12-31) 3874 (99) – 3874 (100).

5- A Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal

Em 1977, foi determinado, através do Decreto-Lei nº 80/77, a instituição do Dia das Comunidades, no sentido de homenagear a presença dos cidadãos portugueses no estrangeiro, e foi igualmente decidido proceder à sua comemoração no dia 10 de Junho, Dia de Camões.

No sentido de planear as comemorações, foi criada uma comissão organizadora, sendo o seu presidente e restantes membros nomeados pelo Presidente da República.

Os fundos necessários à Comissão Organizadora seriam requisitados à Direção-geral da Contabilidade, por conta da dotação inscrita, para o efeito, no orçamento de Encargos Gerais da Nação.

No ano seguinte, considerando que o dia 10 de junho, Dia de Camões e das Comunidades, representava e reunia toda a simbologia nacional, o Governo decretou²¹⁹ que, a partir de então, o dia teria a designação de Dia de Portugal.

A coordenação e organização da comemoração deste dia ficariam a cargo de uma comissão organizadora das comemorações do Dia de Portugal. O seu presidente seria nomeado anualmente por despacho do Presidente da República, sendo os restantes membros da comissão organizadora também nomeados pelo Chefe de Estado, mas sob proposta do Primeiro-Ministro, ouvido o presidente da comissão.

Passou a ser igualmente função do Presidente da República a indicação anual do local onde se realizariam as comemorações. As despesas resultantes do trabalho da comissão seriam enviadas à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, a qual prestava o apoio administrativo necessário.

Reconhecendo que, na realidade, a maioria das responsabilidades e encargos relativos às comemorações do Dia de Portugal eram suportados pelos serviços de apoio da Presidência da República: Casa Civil, Casa Militar, Gabinete e Secretaria-Geral da Presidência da República, o Decreto-Lei n.º 51/92 veio regular esta situação, perspectivando uma maior eficácia na coordenação administrativa e financeira.

²¹⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc – DECRETO-LEI n.º 39-B/78. *D.R. I Série*. 51 (78-03-02) 446(2).

A comissão organizadora, para além da organização, coordenação e organização das comemorações oficiais, passou igualmente a elaborar o plano anual das atividades comemorativas no país, em Macau e no estrangeiro.

A comissão organizadora era então composta pelo presidente e quatro vogais, sendo coadjuvada por um secretário executivo e por três elementos, a designar pelo presidente da comissão.

As despesas resultantes do trabalho da comissão passaram a inscrever-se no orçamento da Secretaria-Geral da Presidência da República, sendo da competência do Chefe da Casa Civil (ou do Secretário-Geral, quando lhe era delegado) a autorização para a efetivação das mesmas. Competia igualmente à Secretaria-Geral da Presidência da República o apoio administrativo necessário à comissão.

Conclusão

A estrutura organizativa da Presidência da República sofreu consideráveis transformações ao longo de mais de um século da sua existência, refletindo o poder e o protagonismo dos Presidentes e, conseqüentemente, os sucessivos contextos histórico-políticos existentes. Assim, existiram motivos extrínsecos e intrínsecos que provocaram essas mesmas alterações, sendo certo que os primeiros tiveram uma necessidade constante de adaptação do organismo.

Com a implantação da República e nos primeiros passos dados pelo novo regime, fortemente marcados pela instabilidade governativa, entre 1910 e 1926, a estrutura organizativa e administrativa da Instituição era bastante simples, até com algum pendor familiar: um secretário-geral responsável pela secretaria e um secretário particular. O Palácio de Belém constituiu-se como espaço simbólico de atuação do Presidente da República. Nota-se a existência, não formalizada, de uma dinâmica de serviço que se assemelha à que mais tarde será designada por Casa Civil. Inicialmente, os primeiros presidentes fizeram-se acompanhar de militares em receções militares, até que Sidónio Pais estabeleceu informalmente as bases da Casa Militar que, ainda hoje, é um dos pilares essenciais da estrutura organizativa.

Na ditadura militar, originada com o golpe de 28 de maio, é atribuída uma residência oficial ao Presidente da República. A secretaria é reorganizada, ficando dotada de um quadro de funcionários privativos. A Casa Militar é também reorganizada. São lançadas as bases do serviço de segurança e criado o Conselho Político Nacional, dotado de funções consultivas em temas de alto-relevo relativos à reorganização político-administrativa do País, e que se constituiu como a base para a recuperação do Conselho de Estado, cuja Lei orgânica seria promulgada em 1933.

Já durante o Estado Novo, o papel desempenhado pelo Presidente da República tende a esbater-se progressivamente em favor do Presidente do Conselho de Ministros, que inclusivamente chegou a sugerir um esvaziamento de pessoal adstrito ao quadro legal. Porém, a estrutura de apoio ao Presidente tinha sido formalizada com o decreto n.º 24044, de 1934, o qual se constituiu como lei orgânica, definindo os serviços, a sua composição e as suas funções. Ficaram-lhe adstritos a Secretaria, a Casa Civil, a Casa Militar, a Chancelaria das Ordens Honoríficas e o Conselho de Estado (com regulamento próprio). Até 1974, verificou-se o reajustamento pontual da estrutura.

A partir do 25 de Abril de 1974, manteve-se a estrutura dos serviços administrativos, e foram criados o Gabinete Civil e o Gabinete Militar, e, mais tarde, o Gabinete do Presidente

(que absorveu as competências dos dois anteriores), ajustando-se toda a estrutura ao contexto democrático existente. Em 1976, foi apresentada a composição dos pilares fundamentais de apoio ao Presidente: o Gabinete do Presidente, a Casa Civil (depois apoiada por Assessorias) e a Casa Militar. Em 1979, deu-se um reforço da natureza da Secretaria-geral enquanto órgão de apoio administrativo. Salienta-se a concretização da autonomia da Presidência da República materializada na transferência para esta Instituição de funções que ainda eram assumidas pela Presidência do Conselho de Ministros. Até os nossos dias denota-se uma complexificação crescente, decorrente da especialização progressiva dos serviços para o cumprimento das funções e competências da Presidência da República no quadro legal em vigor.

A análise evolutiva global do organismo demonstra que, ainda que se tenha verificado a criação e a extinção de serviços em contexto específicos e a consequente redistribuição de competências, os pilares fundamentais da estrutura estiveram sempre presentes, informal ou formalmente. Podemos inclusivamente referir a existência de um processo de sedimentação no que respeita a toda a estrutura principal dos serviços.

Parece claro que cada um dos serviços desempenha funções específicas, mas complementares que convergem para o cumprimento da missão do Presidente da República.

Neste sentido, a compreensão das modificações operadas no seio da estrutura, associadas aos respetivos contextos históricos, assume uma importância inegável para a identificação do fenómeno de produção info-comunicacional. Por outras palavras, a informação produzida por cada um dos órgãos ou serviços, no cumprimento das suas funções, devidamente regulamentadas, é indissociável do contexto histórico em que se verifica, sendo este um contributo da maior importância para a emergência do Sistema de Informação Presidência da República, que se pretende dinâmico e interativo.

Assim, no quadro atual dos estudos científicos, apenas com a aplicação dos pressupostos teórico-metodológicos da Arquivística enquadrada na Ciência da Informação é possível conhecer-se a estrutura orgânica-funcional do organismo, na qual se integra a documentação produzida no cumprimento da sua missão.

Bibliografia

- ALÍPIO, Elsa Santos – *José Mendes Cabeçadas Júnior*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006.
- ALMEIDA, António José de – *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*. Lisboa: J. Rodrigues & C.a, 1934. vol. 4.
- ALVES, Ivone [et al.] – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.
- AMARAL, Diogo Freitas do – *Curso de direito administrativo*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2004. ISBN 972-40-0795-2.
- ARAUJO, António de. Função presidencial e política externa. *Relações Internacionais* [online]. 2010, n.28 [citado 2015-09-08], pp. 61-79. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1645-9199.
- ARAÚJO, António de; TSIMARAS, Constantino – Os poderes presidenciais nas Constituições grega e portuguesa. *O Direito*. Lisboa. ISSN 0873-4372. A. 132, 3-4 (2000). p. 381-413.
- ARRIAGA, Manuel de - *Na primeira presidência da república portuguesa: um rápido relatório*. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1916.
- BARROSO, Alfredo; BRAGANÇA, José Vicente – O Presidente da República: funções e poderes. *Portugal: O Sistema político e constitucional 1974-87*. Lisboa: ICS, 1989.
- BARROSO, Alfredo e BRAGANÇA, José Vicente de – «O Presidente da República: função e poderes». In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal. O Sistema Político e Constitucional. 1974-1987*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989, 342-
- BRAGA, Teófilo de - *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983.
- BRANDÃO, José – *Sidónio: ele tornará feito qualquer outro*. Lisboa: Alfa, 1990.
- BRITO, Carla Marisa do Amaral Correia de - *O sistema de informação da Presidência da República: a documentação dos mandatos do Presidente Ramalho Eanes (1976-1986)*. Lisboa: [s.n.], 2010. Dissertação de mestrado.
- CAETANO, Marcelo – *Constituições Portuguesas*. 6ª ed. rev. e actualiz.. Lisboa: Verbo, 1986.

- CANAVEIRA, Manuel Filipe – *Manuel Teixeira Gomes: uma vida entre dois séculos*. Lisboa: Edicarte, 1999. ISBN 972-97442-8-9.
- CASALEIRO, Óscar Enrech - *João do Canto e Castro: o paradoxal*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006. ISBN 972-8971-24-9.
- CASTILHO, J. M. Tavares – *Manuel Gomes da Costa*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006. ISBN 972-8971-19-2.
- CATARINO, Manuel; ASSOR, Miriam – *Spínola: senhor da guerra*. [S.l. : s.n.], 2010. ISBN 978-972-8996-54-3.
- CHOO, Chun Wei – *Gestão de informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. ISBN 972-21-1506-5.
- COSTA, António, co-aut.; FALCÃO, Cecília, rev.; PIRES, Susana Lisa Lopes, rev. – *O Palácio da Cidadela de Cascais*. Lisboa: Museu da Presidência da República; Cascais: Câmara Municipal, 2011. ISBN 978-8971-29-X.
- COSTA, António; REZOLA, Maria Inácia - *Os Presidentes da República Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2001. ISBN 972-759-451-4.
- CRUZEIRO, Maria Manuela – *Costa Gomes: o último marechal*. Lisboa: Notícias, 1998. ISBN 972-46-0941-3.
- DE BRUYNE Paul [et al.] – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris: P.U.F., 1974.
- FERNANDES, Daniela Teixeira – *Pedra a pedra: estudo sistémico de um arquivo empresarial*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2004. ISBD 972-98827-2-X.
- FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina Cardoso da Costa - *Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal*. 1ª ed. [Lisboa]: Gradiva, 2010. ISBN 978-989-616-369-3.
- FREIRE, André; PINTO, António Costa – *O poder dos Presidentes: a república portuguesa em debate*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2005. ISBN 972-8610-46-7.
- FREIRE, André; PINTO, António Costa – *O poder presidencial em Portugal: os dilemas do poder dos presidentes da república portuguesa*. Alfragide: Dom Quixote, 2010. ISBD 978-972-20-4381-6.

- FREITAS, Joana Gaspar de – *Manuel de Arriaga: história de um açoriano que chegou a Presidente da República*. Horta: Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2005. ISBN 972-99153-1-8.
- FONTES, Vital; PERES, Rogério – *Servidor de reis e de presidentes*. Lisboa: Marítimo-Colonial, 1945.
- GASPAR, Diogo – *Do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2005. ISBN 972-8971-00-1.
- GASPAR, Diogo - *Palácio da Cidadela de Cascais*. Lisboa: Museu da Presidência da República; Cascais: Câmara Municipal, 2011. ISBN 972-8971-29-X.
- GASPAR, Diogo, ed. lit.; PINTO, António Costa, compil.; ALÍPIO, Elsa Santos, compil. – *Presidentes de Portugal*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2011. ISBN 978-989-205-9.
- GASPAR, Diogo ; Portugal. Presidência da República. Museu - *Jardim da Cascata* : Palácio de Belém. [Lisboa] : Museu da Presidência da República, 2009. ISBN 978-972-8971-47-2.
- GOMES, Liliana Isabel Esteves - *A estrutura orgânica e funcional da administração da universidade de Coimbra e a sua projeção no respeito arquivo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, Portugal.
- LÉONARD, Yves – *Mário Soares*. Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006. ISBN 972-8971-12-5
- MACHADO, Bernardino – *Depois de 21 de Maio*. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.
- MARQUES, A. H. Oliveira - *Breve História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995. ISBN.972-23-1887-X.
- MATOS, Sérgio Campos; FREITAS, Joana Gaspar de – *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. ISBN 972-24-1309-0.
- MIRANDA, Jorge – *Conselho de Estado*. Coimbra: Atlântica Editora, 1970.
- MELO, Daniel Machado de – *Abordagem ao Sistema de Gestão Documental dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa*. Dissertação de Mestrado, universidade de lisboa, faculdade de Letras, Lisboa, Portugal.
- MORAIS, Carlos Alexandre de – *António de Spínola: o homem*. Lisboa: Estampa, 2007. ISBN 978-972-33-2396-2.

- NEVES, José Manuel das – *DSDA. Documentação e Arquivo. Palácio de Nacional de Belém*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005. ISBN 972-8801-60-2.
- NUNES, Leopoldo; Carmona – *A ditadura militar: dois anos de história política contemporânea*. Lisboa: [s.n.], 1928 (Lisboa: Tip. Da Emp. Do Anuário Comercial).
- PINTO, António Costa; REZOLA, Maria Inácia - *Os Presidentes da República portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2001. ISBN 972-759-451-4.
- PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo – *Gestão integrada do sistema de informação municipal: um estudo de caso. Páginas a & b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. ISSN 0873-5670. 12 (2003) 91-109.
- PINTO, Manuela Azevedo; SILVA, Armando Malheiro da – *Um modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações*. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 2, São Paulo, 2005 – Actas do congresso. Disponível em WWW: [URL:http://ler.letras.up/uploads/ficheiros/3085.pdf](http://ler.letras.up/uploads/ficheiros/3085.pdf) (Consult. em 20 de junho de 2014).
- PORTUGAL. Assembleia da República – *Constituição da República Portuguesa*. 7ª revisão. Lisboa: Assembleia da República, 2005. ISBN 972-556-393-X.
- PORTUGAL. Assembleia da República, ed. lit. - *Constituições portuguesas 1822-1826-1838-1911-1933*. ed. fac-similada. Lisboa: Assembleia da República, 2004.
- PORTUGAL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação. *Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal*. Lisboa: M.S.I., D.L. 1997. ISBN 972-97349-0-9
- PORTUGAL. Ministro do Conselho, 1932-1968 (Oliveira Salazar); MELLO, Manuel José Homem de, introd. e coord. – *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes: 1951-1958*. 2ª ed. Lisboa: Moraes, 1983.
- Portugal. Presidência da República. Casa Civil - *Os serviços de apoio do Presidente da República e o orçamento da Presidência da República: breves notas descritivas*. Lisboa: PR.CC, 1986.
- Portugal. Presidente da República, 1986-1996 (Mário Soares) – *Intervenções*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987-1996. vol. ISBN 972-27-0507-5.

- QUIDNOVI - *Américo Tomás*. Matosinhos; Lisboa: QN - Edição e Conteúdos, 2009. ISBN 978-989-554-533-9.
- QUIDNOVI – *Óscar Carmona*. Matosinhos; Lisboa: QN – Edições e Conteúdos, 2009. ISBN 978-989-554-535-3.
- RAMOS, Rui – *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009. ISBN 978-989-626-139-9
- RAMOS, Rui – *Os Presidentes da República portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1999.
- Ramos, Rui - *Teófilo Braga*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006. ISBN 972-8971-26-5
- RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute, colab. – *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: (modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Arquivo)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2001. ISBD 972-8025-12-2.
- RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armado Malheiro da – A avaliação de informação: uma operação metodológica. *Páginas a&B: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. ISSN 0873-5670. 14 (2004) 7-37.
- ROSA, Elzira Maria Terra Dantas Machado [et al.] – *Bernardino Machado*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006. ISBD 972-8971-21-4.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. 1ª ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998. ISBN 972-20-1428-5.
- SAMARA; Maria Alice – *Bernardino Machado: uma vida de luta*. Lisboa: Assembleia da República- Divisão de Edições, 2012. ISBN 978-972-556-590-2.
- SAMARA, Maria Alice - *Sidónio Pais*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006. ISBN 972-8971-25-7.
- SANTIAGO, María José Tíscar Santiago; SOUSA, Marcelo de – *O 25 de Abril e o Conselho de Estado: a questão das actas*. Lisboa: Edições Colibri, 2012. ISBN 978-989-689-193-0.
- SARAIVA, José António – *O Palácio de Belém: com os seus hóspedes os seus segredos e a sua vida quotidiana*. 2ª ed. rev. ampliada. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.
- SERRANO, Estrela – *As Presidências Abertas de Mário Soares: as estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República*. Coimbra: Minerva, 2002. ISBN 972-798-031-7.

- SILVA, Armando Malheiro da – A gestão da informação abordada no campo da ciência da informação. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. ISSN 0873-5670. 16, (2005), p. 89-113.
- SILVA, Armado Malheiro da – *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Porto: Edições Afrontamento e CETAC.COM, 2006. ISBN 972-36-0859-3.
- SILVA, Armando Malheiro da - *Sidónio e o Sidonismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. 2 v. ISBN 972-8707-53-4. vol. 1.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda- A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. ISSN 0873-5670. 5, (2000), p. 57-113.
- SILVA, Armado Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaios epistemológicos para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4.
- SILVA, Armado Malheiro da [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999. ISBD 972-36-0483-3.
- SILVA, Carlos Guardado da, coord. – *A Conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras / XVVII Encontro de Turres Veteras: Ceuta e a Expansão Portuguesa*. Edições Colibri, 2015. ISBN 978-989-689-494-8.
- SIMÃO, Santos Garcia – *O Sistema de Informação Arquivística: Caso do Museu Regional da Huíla*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, Portugal.
- SOARES, Manuela Goucha – *António Ramalho Eanes*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006.
- TORGAL, Luís Reis; RAMIRES, Alexandre, il. – *António José de Almeida e a república: discurso de uma vida ou vida de um discurso*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, D.L. 2004. ISBN 972-42-3235-2.
- VALDEMAR, António; HASSANIEN, Bard; PORTUGAL. Instituto Camões – *Manuel Teixeira Gomes: um português no Magreb*. Lisboa: Instituto Camões: Presidência da República, 2005. ISBN 972-566-250-4.

- VAZ, Pedro - *Palácio da Cidadela de Cascais: reabilitação: projecto e obra*. Lisboa: Museu da Presidência da República; Cascais: Câmara Municipal, 2011. ISBN 978-972-8971-61-8.
- VENTURA, Maria da Graça Mateus – *Manuel Teixeira Gomes: ofício de viver*. 1ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2010. ISBN 978-989-671-039-2.
- VIEIRA, Joaquim – *Mário Soares: uma vida*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013. ISBN 978-989-626-457-4.
- ZORRINHO, Carlos – *Gestão da Informação*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1991. ISBN 972-23-1390.

Anexos

ANEXO I

Cronologia da evolução dos órgãos e serviços da Presidência da República

1910

5 de outubro - Implantação da República. É constituído o Governo Provisório presidido pelo Dr. Teófilo Braga.

1911

28 de maio - Realização das eleições legislativas.

21 de agosto - Promulgação da Constituição.

23 de agosto - Fixação os honorários do Presidente da República, do Secretário-Geral e do Secretário particular. A Secretaria da Presidência da República passa a funcionar numa dependência do Palácio Nacional de Belém. Define que sempre que o Presidente da República receba missões militares, será acompanhado por um oficial do exército ou da armada.

24 de agosto - Eleição de Manuel de Arriaga, primeiro Presidente da República. Início da Primeira República.

1912

24 de junho – O Palácio de Belém passa a ser especialmente destinado ao alojamento da Secretaria-Geral da Presidência da República. O governo fica autorizado a arrendar o anexo do Palácio de Belém ao Presidente da República.

30 de junho – A administração superior do Palácio de Belém passa a pertencer ao Secretário-geral da Presidência da República.

1913

4 de junho – Definição da organização da Secretaria-Geral da Presidência da República. É definida a constituição da Secretaria-Geral: um Secretário-geral, um primeiro-oficial, um segundo-oficial e dois correios. É extinto o lugar de administrador do Palácio

Nacional de Belém. O Governo é autorizado a arrendar para moradia do Secretário-Geral a parte do Palácio de Belém conhecida por Arrábida.

1914

17 de novembro - Regulamentação da situação do pessoal da Secretaria da Presidência da República e a do pessoal de administração e assalariado dos palácios nacionais.

1915

29 de maio - Teófilo Braga é proclamado Presidente da República, dada a demissão de Manuel Arriaga.

6 de agosto - Eleição de Bernardino Machado, 3º Presidente da República.

1917

11 de outubro – Primeira deslocação oficial do Presidente da República Portuguesa. Bernardino Machado visita em França, o Corpo Expedicionário Português.

12 de dezembro – Bernardino Machado é destituído do cargo de Presidente da República.

1918

11 de março – Estabelecimento do sufrágio universal.

30 de março – É inserida a lei eleitoral.

27 de abril – Estabelecimento do uniforme a utilizar pelo Presidente da República.

28 de abril - Eleições presidenciais diretas. Sidónio Pais, único candidato, é eleito o 4º Presidente da República

7 de maio - Os oficiais às ordens, os ajudantes de campo e os oficiais em serviço do Presidente da República passam a usar como distintivo, cordões e agulhetas douradas pendentes do ombro direito.

A Secretaria da Presidência da República é reorganizada. Constituição: Secretário-Geral e adjuntos necessários. O serviço de expediente passa a ser constituído por dois terceiros oficiais. O Presidente da República passa a ter dois oficiais às ordens e dois ajudantes de campo. É o estabelecimento da Casa Militar.

14 de maio - Sidónio Pais é assassinado na Estação do Rossio, em Lisboa.

16 de dezembro - Eleição de Canto e Castro, 5º Presidente da República, pelas duas Câmaras do Parlamento.

1919

6 de agosto - Eleição de António José de Almeida, sexto Presidente da República.

Tentativa de restabelecimento da Casa Militar

1923

6 de agosto - O Parlamento elege Manuel Teixeira Gomes para Presidente da República, que toma posse em outubro.

1925

11 de dezembro - Bernardino Machado substitui Teixeira Gomes na Presidência da República

1926

28 de maio - Segunda República

31 de maio - Bernardino Machado demite-se do cargo de Presidente da República e transmite os seus poderes a Mendes Cabeçadas.

9 de junho – Dissolução do Congresso da República.

29 de junho – Concessão a Gomes da Costa, presidente do Ministério, das regalias de chefe de Estado, enquanto não é eleito o novo Presidente da República.

29 e 30 de novembro - O general Óscar Carmona, presidente do Ministério, assume as funções de Presidente da República, enquanto não for eleito um novo presidente.

1927

26 de março - Os serviços da Secretaria da Presidência da República são reorganizados. A Secretaria é autorizada a requisitar ao comando da polícia cívica de Lisboa, um primeiro e segundo cabos e até dez guardas de 1ª classe da polícia.

1928

24 de março – O Presidente da República adquire o direito a ter uma residência oficial, passando a ficar dispensado do pagamento do aluguer do edifício público.

25 de março - Óscar Carmona é eleito (plebiscitado) Presidente da República Portuguesa.

1929

2 de maio - Organização do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O serviço de protocolo da Presidência da República fica a cargo deste ministério.

1931

22 de dezembro - Criação do Conselho Político Nacional.

1933

11 de abril - Promulgação e entrada em vigor da Constituição Política da República Portuguesa. Promulgação da lei orgânica do Conselho de Estado. Organização da Casa Militar da Presidência da República. Passa a ser constituída por um oficial do exército ou da armada, que assumia as funções de Chefe da Casa Civil, por um ajudante e dois oficiais às ordens.

1934

21 de junho - Os serviços da Presidência da República são reorganizados e é aprovado o respetivo regulamento. Unidades orgânicas à Presidência da República: Conselho de Estado, Chancelaria das Ordens Honoríficas, Casa Civil da Presidência da República, Casa Militar da Presidência da República e Secretaria da Presidência da República.

1935

14 de fevereiro - O general Óscar Carmona é reeleito Presidente da República.

1942

08 de fevereiro - Reeleição de Óscar Carmona.

1944

14 de maio – Regulação da situação dos condutores de automóveis na presidência da república

1948

20 de fevereiro - A Secretaria-Geral da Presidência da República é autorizada a contratar até três escriturários-dactilógrafos para auxiliar os serviços da referida Secretaria.

1949

13 de fevereiro - Reeleição de Óscar Carmona.

1951

22 de julho - Craveiro Lopes é eleito Presidente da República.

6 de agosto – Reunião num quadro único do pessoal das secretarias da Presidência da República, da Presidência do Conselho, da Assembleia Nacional e do Supremo Tribunal Administrativo.

7 de agosto - Reorganização dos serviços da Presidência da República. A Casa Militar passa a ser constituída por mais um ajudante de campo.

1954

5 de novembro – Introdução de modificações na orgânica das Secretarias da Presidência da República, da Presidência do Conselho, da Assembleia Nacional e do Supremo Tribunal Administrativo.

1958

8 de junho - Eleição de Américo Tomás, 13º Presidente da República.

1959

19 de outubro – Alteração dos quadros do pessoal técnico da Secretaria Geral da Presidência da Conselho e do pessoal superior das Secretarias da Presidência da República, da Assembleia Nacional, do Supremo Tribunal Administrativo e da Repartição Administrativa da Secretaria -Geral da Presidência do Conselho.

1963

29 de março - A Secretaria da Presidência da República, juntamente com a da Assembleia Nacional, é elevada à condição de Secretaria-Geral. O Secretário-geral passa à categoria de diretor-geral.

1965

25 de julho - Américo Tomás é renomeado para Presidente da República.

1967

26 de dezembro - Os serviços da Presidência da República são reorganizados: é extinto o cargo de secretário particular do Presidente da República e a Casa Militar passa a ser constituída por mais um oficial (Força Aérea).

1971

28 de julho - Reorganização dos serviços da Secretaria-Geral da Presidência da República. Alterações estruturais na Secretaria-Geral: passa a compreender as secções administrativa e da Chancelaria das Ordens Honoríficas.

1972

25 de julho - Reeleição de Américo Tomás.

12 de dezembro – Introdução de alterações na constituição da Casa Civil e na estrutura da Secretaria -Geral da Presidência da República. A Secretaria passa a ser constituída pela Repartição de Administração, a que esta dependente a Secção Administrativa e pela Secção da Chancelaria das Ordens Honoríficas. Surge novamente o lugar de Secretário Particular.

1974

25 de abril - Revolução dos Cravos. Terceira República. Destituição do Presidente da República e do Governo e dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado. Todos os poderes atribuídos aos referidos órgãos passam a se exercidos pela Junta de Salvação Nacional.

15 de maio - António Spínola é escolhido pela Junta de Salvação Nacional para o cargo de Presidente da República.

27 de maio – Criação, na Presidência da República, do Gabinete Civil e do Gabinete Militar.

30 de setembro - Costa Gomes assume o cargo de Presidente da República.

28 de dezembro – Criação do Gabinete do Presidente da República.

31 de dezembro – Criação, na Presidência da República, do Gabinete Coordenador para a Cooperação.

1975

14 de abril - Autorização para a requisição de funcionários para prestarem serviço na Presidência da República.

9 de setembro – Integração do Gabinete Coordenador para a Cooperação no Ministério da Cooperação, deixando de estar sob a dependência da Presidência da República.

1976

2 de abril – Aprovação do texto original da Constituição de 1976.

27 de junho - O General Ramalho Eanes ganha as eleições para a Presidência da República.

31 de agosto – Reestruturação dos serviços de apoio ao Presidente da República: Gabinete do Presidente da República, Casa Civil e Casa Militar do Presidente da República.

Criação do Centro de Apoio, constituído pelos sectores de documentação e de expediente, e na dependência da Casa Militar.

1977

4 de março - O 10 de Junho, Dia de Camões, passa a ser igualmente dedicado às comunidades portuguesas no estrangeiro.

25 de agosto – Criação da Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas.

1979

24 de dezembro - Restruturação dos serviços da Secretaria-Geral da Presidência da República. É criada na Presidência da República, e na dependência do Chefe da Casa Civil, o Centro de Documentação e Informação. O Secretário-geral para além de superintender os serviços da secretaria, passa a ser, por inerência, o Secretário das Ordens Honoríficas Portuguesas.

31 de dezembro – Criação, na Presidência da República, do Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.

1980

9 de abril – Alargamento da área de recrutamento a chefes de repartição para o provimento no cargo de diretor dos serviços administrativos da Secretaria-Geral da Presidência da República

7 de dezembro - Reeleição do General Ramalho Eanes.

1983

23 de abril – Criação do lugar de Secretário do Conselho de Estado.

1986

16 de fevereiro - Eleição de Mário Soares para Presidente da República.

31 de dezembro - Extinção do Instituto de Pesquisa Damião de Gois.

1988

12 de fevereiro – Concessão ao Chefe da Casa Civil do Presidente da República de competência própria para a coordenação administrativa e financeira dos serviços de apoio daquele órgão de soberania.

1991

13 de janeiro – Reeleição de Mário Soares ao cargo de Presidente da República.

1993

31 de maio - Alteração do quadro de pessoal do Centro de Documentação e Informação da Presidência da República na parte respeitante às carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca, documentação e arquivo.

1996

29 fevereiro – Definição das estruturas de apoio técnico e pessoal e de gestão patrimonial, administrativa e financeira do órgão de soberania Presidente da República. É conferida autonomia administrativa, financeira e patrimonial à Presidência da República.

9 de março - Tomada de posse de Jorge Sampaio

4 de abril – Criação do Gabinete de Apoio ao Cônjuge , na dependência da Casa Civil.

2000

13 de novembro – Aprovação da Lei orgânica da Secretaria-Geral.

2001

9 de março - Tomada de posse do 2º mandato de Jorge Sampaio.

2004

5 outubro – Inauguração do Museu da Presidência da República.

2006

9 de março - Tomada de posse de Aníbal Cavaco Silva.

2009

2 de junho - Criação da Direção de Serviços de Informática.

2012

Atualização do enquadramento funcional da Divisão de informação e Arquivo e da Divisão de Documentação e Biblioteca.

ANEXO II - Legislação e regulamentação fundamental para a Presidência da República

Data da legislação	Tipo de legislação	Corpo Emitente	Resumo	Publicação
1908.09.03	Decreto	Ministério dos Negócios da Fazenda	Determinando que o Palácio de Belém será destinado ao alojamento de altas individualidades, ficando a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.	<i>Colecção oficial de Legislação Portuguesa.</i> Lisboa. (1909) 514-515
1911.06.07	Lei	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Reorganização dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros: a Administração Superior do Palácio de Belém fica a cargo de um superintendente que será o Chefe da Repartição do Protocolo e Pessoal Diplomático	<i>D.G. I Série.</i> 132 (11-06-07)
1911.08.23	Decreto	Assembleia Nacional Constituinte	Fixação dos honorários do Presidente da República. Define que a localização da Secretaria da Presidência da República numa dependência do Palácio de Belém	<i>D.G. I Série.</i> 197 (11-08-24) 3573
1912.06.24	Lei	Congresso da República	Determinando que a guarda e conservação dos móveis e imóveis dos extintos paços reais fiquem a cargo do Ministério das Finanças extinguindo o atual Superintendência dos paços. O Palácio de Belém passa a pertencer à Fazenda Nacional e fica destinado especialmente ao alojamento da Secretaria Geral da República. O Governo fica autorizado a arrendar para moradia ao Presidente da República o anexo do Palácio de Belém.	<i>D.G. I Série.</i> 150 (12-06-28) 2301
1912.06.30	Lei	Ministério dos Negócios	Determina que a administração superior do Palácio de Belém	<i>D.G. I Série.</i> 165 (12-07-16) 2523-2524

		Estrangeiros	passa a pertencer ao Secretário-geral da Presidência da República	
1913.06.04	Lei	Ministério das Finanças	Organização da Secretaria- geral da Presidência da República. Autorização para arrendamento, para moradia do secretário-geral da Presidência da República, a parte do Palácio conhecida pelo nome da Arrábida	<i>D.G. I Série.</i> 130 (13-06-05) 2063
1914.11.17	Decreto n.º 1052	Ministério das Finanças	Regulação da situação do pessoal da Secretaria da Presidência da República e a do pessoal de administração e assalariado dos palácios nacionais	<i>D.G. I Série.</i> 215 (14-11-17) 1216-1217
1918.03.11	Decreto n.º 3907	Ministério do Interior	Estabelecendo o sufrágio universal e a eleição direta do Presidente da República	<i>D.G. I Série.</i> 47 (18-03-11) 177-179
1918.04.27	Decreto n.º 4178	Ministério da Guerra	Estabelecendo o uniforme a usar pelo Presidente da República	<i>D.G. I Série.</i> 92 (18-04-27) 562
1918.05.07	Portaria n.º 1348	Presidência da República	Determinando que os oficiais às ordens, os ajudantes de campo e os oficiais em serviço do Presidente da República usem, como distintivo, cordões e agulhetas douradas pendentes do ombro direito	<i>D.G. I Série.</i> 99 (18-05-08) 669
1918.05.07	Decreto nº 4233	Presidência da República	Reorganização da Secretaria da Presidência da República	<i>D.G. I Série.</i> 101 (18-05-10) 681-682
1928.03.24	Decreto nº 15248	Ministério do Interior	Estabelecendo que o Chefe de Estado e a sua família tenham residência em um dos Palácios Nacionais	<i>D.G. I Série.</i> 69 (28-03-24) 595
1927.03.26	Decreto nº 13344	Ministério das Finanças	Promulgação de várias disposições atinentes à reorganização	<i>D.G. I Série.</i> 63 (27-03-26) 450-451

dos serviços da Secretaria da Presidência da República				
1929-02-05	Decreto n.º 16822	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Aprova a organização do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caberia a este Ministério a direção dos Serviços de Protocolo da Presidência	<i>D.G. I Série.</i> 101 (29-05-06) 1099-1125
1931.12.22	Decreto n.º 20643	Presidência da República	Criação do Conselho Político Nacional e fixa-lhe as suas atribuições	<i>D.G. I Série.</i> 294 (31-12-22) 2743-2744
1933.04.11	Decreto-Lei n.º 22466	Presidência do Conselho	Promulgação da lei orgânica do Conselho de Estado	<i>D.G. I Série.</i> 83 (33-04-11) 652-653
1933.04.11	Decreto-Lei n.º 22467	Presidência do Conselho	Organização da Casa Militar do Presidente da República	<i>D.G. I Série.</i> 83 (33-04-11) 653
1934.06.21	Decreto-lei n.º 24044	Presidência do Conselho	Reorganização dos serviços da Presidência da República e aprovação do respetivo regulamento	<i>D.G. I Série.</i> 144 (34-06-21) 859-864
1951.08.06	Decreto-Lei n.º 38364	Presidência do Conselho	Reunião num quadro único do pessoal das secretarias da Presidência da República, da Presidência do Conselho, da Assembleia Nacional e do Supremo Tribunal Administrativo	<i>D.G. I Série.</i> 165 (51-08-06) 653-654
1951.08.07	Decreto-Lei n.º 38371	Presidência do Conselho	Alteração do artigo 9º do Decreto-lei nº 24044, relativo à reorganização dos serviços da Presidência da República	<i>D.G. I Série.</i> 166 (51-08-07) 693-694
1954.11.05	Decreto-Lei n.º 39 889	Presidência do Conselho	Reorganização da orgânica das Secretarias da Presidência da República, da Presidência do Conselho, da Assembleia Nacional e do Supremo Tribunal Administrativo	<i>D.G. I Série.</i> 247 (54-11-05) 1257-1260

1959.10.19	Decreto-Lei nº 42 593	Presidência do Conselho	Alteração dos quadros do pessoal técnico da Secretaria Geral da Presidência da Conselho e do pessoal superior das Secretarias da Presidência da República, da Assembleia Nacional, do Supremo Tribunal Administrativo e da Repartição Administrativa da Secretaria -Geral da Presidência do Conselho	<i>D.G. I Série.</i> 240 (59-10-19) 1335-1338
1963.03.29	Decreto-Lei n.º 44943	Presidência do Conselho	Criação das Secretarias-Gerais da Presidência da República e da Assembleia da República. Dispõe sobre o seu funcionamento e pessoal. Aprova e publica em anexo os quadros de pessoal de direção e chefia, de pessoal administrativo e de pessoal assalariado da Secretaria-Geral da Presidência da República	<i>D.G. I Série.</i> 75 (63-03-29) 305-307
1967.12.26	Decreto-Lei n.º 48 154	Presidência do Conselho	Alteração do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24 044, alterado pelo Decreto-Lei nº 38 371, relativo à reorganização dos serviços da Presidência da República – Extinção do cargo de secretário particular do Presidente da República previsto na alínea d) do artigo 4º do citado Decreto-Lei n.º 24 044	<i>D.G. I Série.</i> 298 (67-12-26) 2404
1970.12.14	Decreto-Lei n.º 621/70	Presidência do Conselho	Inserir disposições relativas à constituição do Gabinete do Presidente do Conselho	<i>D.G. I Série.</i> 292 (70-12-18) 1903-1904
1971.08.10	Decreto-Lei n.º 342/71	Presidência do Conselho	Reorganização dos serviços da Secretaria-Geral da Presidência da República	<i>D.G. I Série.</i> 187 (71-08-10) 1153-1154
1972.12.12	Decreto-Lei n.º 502/72	Presidência do Conselho e Ministério das Finanças	Reorganização da constituição da Casa Civil e da estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República	<i>D.G. I Série.</i> 287 (72-12-12) 1896-1897

1974.04.25	Lei n.º 1/74	Junta de Salvação Nacional	Destituição do Presidente da República e do Governo e dissolução da Assembleia Nacional e o Conselho de Estado – Todos os poderes atribuídos aos referidos órgãos passem a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional	<i>D.G. I Série.</i> 97 (74-04-25)
1974.05.27	Decreto-Lei n.º 219/74	Presidência do Conselho de Ministros	Criação, na Presidência da República, do Gabinete Civil e o do Gabinete Militar, fixando a respetiva composição, nomeação dos membros e respetivos vencimentos e remunerações acessórias. Estabelecimento da chefia da Casa Militar do Presidente da República, reorganizada pelo Decreto-Lei n.º 48154, de 26 de Dezembro de 1967, e disposição sobre o recrutamento de pessoal para aqueles gabinetes	<i>D.G. I Série.</i> 123 (74-05-27) 657-658
1974.12.28	Decreto-Lei n.º 755/74	Presidência da República	Criação do Gabinete do Presidente da República	<i>D.G. I Série.</i> 301 (74-12-28) 1630-(9) -1630-(10)
1974.12.31	Decreto-Lei n.º 791/74	Presidência do Conselho de Ministros	Criação, na Presidência da República, do Gabinete Coordenador para a Cooperação	<i>D.G. I Série.</i> 303: 6º supl. (74-12-31) 1670-(118) -1670-(120)
1975.02.19	Lei n.º 3/75	Presidência da República	Atribuição à Junta de Salvação Nacional determinados poderes até que, de acordo com a Constituição Política, entrem em funções os órgãos de soberania da República Portuguesa	<i>D.G. I Série.</i> 42: 1º supl. (72-02-19) 266-(1) - 266-(2)
1975.03.14	Lei n.º 5/75	Presidência da República	Extinção da Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado e instituição do Conselho da Revolução e da Assembleia do Movimento das Forças Armadas	<i>D.G. I Série.</i> 62: 1º supl. (75-03-14) 394-(1) – 394-(2)
1975/09/25	Decreto-Lei n.º 532-A/75	Presidência do Conselho de Ministros	Criação do Ministério da Cooperação e integração do Gabinete Coordenador para a Cooperação no mesmo	<i>D.G. I Série.</i> 222: 2º supl. (75-09-25) 1490-(3)

1976/08/31	Decreto-Lei n.º 675/76	Conselho de Ministros	Organização/reorganização da composição das Casas Civil e Militar do Presidente da República	<i>D.R. I Série.</i> 204 (76-08-31) 2077-2078
1977/08/25	Decreto-Lei n.º 61/77	Assembleia da República	Criação da comissão consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas, junto do Presidente da República, dispondo sobre a respetiva composição e estatuto e competências dos seus membros, assim como sobre o seu funcionamento	<i>D.R. I Série.</i> 196 (77-08-25) 2041-2044
1979/12/24	Decreto-Lei n.º 513-B/79	Presidência do Conselho de Ministros	Restruturação dos serviços da Secretaria-Geral da Presidência da República	<i>D.R. I Série.</i> 295: 3º supl. (77-12-24) 3334-(56) - 3335-(60)
1979/12/24	Decreto-Lei n.º 513-C/79	Presidência do Conselho de Ministros	Criação, na Presidência da República, e na dependência do Chefe da Casa Civil, o Centro de Documentação e Informação	<i>D.R. I Série.</i> 295: 3º supl. (79-12-24) 3334-(60) - 3334-(61).
1979/12/31	Decreto-Lei n.º 526/79	Presidência do Conselho de Ministros	Criação do Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis	<i>D.R. I Série.</i> 300: 3º sup. (79-12-31) 333(4) - 333-(5)
1983/04/22	Decreto-Lei n.º 161/83	Presidência do Conselho de Ministros	Criação de um lugar de secretário do Conselho de Estado	<i>D.R. I Série.</i> 93 (83-04-22) 1426
1984/11/10	Regimento DD5	Presidência da República	Aprovação e publicação do Regimento do Conselho de Estado, órgão político de consulta do Presidente da República. Define a natureza, composição, competência e funcionamento do Conselho cujo apoio administrativo será assegurado pela Secretaria-Geral da Presidência da República	<i>D.R. I Série.</i> 261 (84-11-10) 3444-(1) – 3444-(4)
1986/12/31	Decreto-Lei n.º 438/86	Presidência do Conselho de Ministros	Extinção, com efeitos, a partir de 1 de janeiro de 1987, o Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis. Revoga o Decreto-Lei nº526/79, de 31 de dezembro	<i>D.R. I Série.</i> 300: 3º supl. (86-12-31) 3874-(99) - 3874-(100)

1987/06/02	Portaria n.º 461/87	Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Defesa Nacional, das Finanças e da Administração Interna	Adequação dos quadros de pessoal da Presidência da República e de diversos serviços e organismos integrados ou dependentes da presidência do Conselho de Ministros aos princípios e regras estabelecidos no Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de julho	<i>D.R. I Série.</i> 126 (87-06-02) 2190-2194
1988/02/12	Decreto-Lei n.º 47/88	Presidência do Conselho de Ministros	Concessão ao chefe da Casa Civil do Presidente da República de competência própria para a coordenação administrativa e financeira dos serviços de apoio daquele órgão de soberania	<i>D.R. I Série.</i> 36 (88-02-12) 496
1992/04/11	Decreto-Lei n.º 51/92	Presidência do Conselho de Ministros	Criação de uma Comissão Organizadora das Comemorações Oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas	<i>D.R. I Série.</i> 86 (11-04-92) 170
1996/02/29	Lei n.º 7/96	Assembleia da República	Definição das estruturas de apoio técnico e pessoal e de gestão patrimonial, administrativa e financeira do órgão de soberania Presidente da República	<i>D.R. I Série.</i> 51 (96-02-29) 404-407
1996/04/04	Decreto-Lei n.º 28-A/96	Presidência do Conselho de Ministros	Regulamentação da Lei nº 7/96, de 29 de Fevereiro, sobre o órgão de soberania Presidente da República	<i>D.R. I Série.</i> 81 (96-04-04) 712-(2) –712-(5)
2000/11/13	Decreto-Lei n.º 288/2000	Presidência do Conselho de Ministro	Aprovação da Lei Orgânica e do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República	<i>D.R. I Série.</i> 262 (00-11-13) 6380-6388
2006/01/26	Decreto-Lei n.º 15/2006	Presidência do Conselho de Ministros	Alteração do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República e criação do quadro de pessoal no regime de contrato individual de trabalho da Administração Pública	Diário n.º 18, Série I-A de 2006-01-25

2008/06/24	Deliberação do Gabinete do Presidente n.º 1713/2008	Presidência da República	Aprovação do Regimento do Conselho Superior de Defesa Nacional	<i>D.R. 2.ª Série. 120 (08-06-24) 27403</i>
2009/06/02	Decreto-Lei n.º 132/2009	Presidência do Conselho de Ministros	Alteração ao Decreto-Lei nº 288/2000, de 13 de Novembro, que aprova a Lei Orgânica e o quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República. É criada a Direção de Serviços de Informática	<i>D.R. 1ª Série. 106 (09-06-02) 3425</i>

ANEXO III

Identificação de competências da Secretaria-geral da Presidência da República de acordo com o regulamento dos serviços da Presidência da República de 1934		
Unidade orgânica	Cargo	Competências
Secretaria-geral da Presidência da República	Secretário-geral da Presidência da República	Abertura e distribuição da correspondência oficial.
		Submeter à assinatura presidencial todos os diplomas que lhe fossem enviados para esse efeito.
		Dar conhecimento ao Presidente da República de todos os pedidos de audiência, depois de registados e informados pelo serviço de protocolo.
		Marcar as audiências tanto diplomáticas como oficiais, depois de previamente autorizadas pelo Chefe de Estado.
		Comunica aos interessados o dia e hora em que era concedida a audiência por meio de um cartão de receção, que será presente ao diretor de protocolo ou ao seu adjunto para efeito daquela.
		Propor ao Presidente do Conselho ou ao Ministro das Finanças as providências que forem indispensáveis a bem do serviço, e que só possam ser tomadas superiormente, e informar e dar parecer sobre quaisquer assuntos a seu cargo que necessitem igualmente de resolução superior.
		Despachar os pedidos de fornecimento de material para os diversos serviços dependentes da Presidência da República.
		Visar todos os documentos de despesa, bem como as folhas de vencimento e outros abonos do pessoal, e bem assim as de material.
		Dar posse aos funcionários dependentes da Secretaria Geral da República.
		Despachar as licenças de pessoal, nos termos regulamentares.
		Resolver sobre todas as participações acerca de faltas praticadas pelo pessoal, aplicando penas disciplinares que forem da sua competência e propondo ao Presidente do Conselho as que as

	<p>excedam.</p> <p>Fiscalização e cumprimento da execução dos serviços de utilização dos automóveis.</p>
Chefe de secção	<p>Dividir e classificar os trabalhos da secretaria.</p> <p>Submeter a despacho do secretário-geral, com a sua informação e parecer, todos os assuntos da Secretaria, bem como o respetivo expediente.</p> <p>Organizar as escalas de serviço de todo o pessoal dos serviços do palácio e automóvel, bem como da polícia de segurança pública destacada na Presidência da República.</p> <p>Abrir concursos públicos ou fazer consultas de preço para as aquisições de material destinado aos vários serviços dependentes da Presidência da República.</p> <p>Escrever ou fazer escrever diariamente pelo pessoal pelo pessoal seu subordinado todos os livros e mapas, especialmente os referentes ao serviço do palácio e serviço automóvel.</p> <p>Organizar anualmente o inventário geral de todos os artigos pertencentes aos vários serviços da Presidência da República.</p>
	<p>Prolongar o serviço além das horas regulamentares, designando os empregados que devam comparecer depois de encerrado o serviço normal, sempre que por quaisquer circunstâncias seja indispensável fazer serviço extraordinário, e bem assim, nas mesmas circunstâncias, fazer abrir a Secretaria antes da hora normal do começo dos trabalhos.</p> <p>Passar as certidões que forem requeridas pelas partes interessadas, quando superiormente autorizadas para tal fim.</p> <p>Assinar as folhas de vencimento e outros abonos do pessoal, bem como as de material, submetendo-as ao “visto” do secretário-geral.</p> <p>Manter a ordem e disciplina na Secretaria e em todos os serviços dependentes.</p> <p>Advertir os empregados que faltarem aos seus deveres e dar conta ao secretário-geral das faltas de maior gravidade.</p> <p>Informar anualmente o secretário-geral acerca das competências, assiduidade e comportamento do pessoal da secretaria e serviços dependentes.</p>

	Restantes funcionários da Secretaria-geral	Cumprir executar, sem distinção de categorias, todo o serviço que lhe for distribuído e esteja dentro das suas competências.
	Secretaria-geral	Fazer todo o expediente do Conselho de Estado.
		Lavrar os autos de posse e declarações de compromisso dos membros vitalícios do Conselho de Estado, tal como as declarações de compromisso do Governo e dos Sub-Secretários de Estado.
		Elaborar a fazer publicar os atos de nomeação e de exoneração do Presidente do Conselho, dos Ministros e dos Sub-Secretários de Estado.
		Fazer o expediente e registo de todas as leis e resoluções da Assembleia Nacional, quando sujeitas a promulgação do Presidente da República.
		Fazer o expediente relativo às audiências concedidas pelo Presidente da República.
		Exercer superintendência na administração de todos os serviços, incluindo os do Palácio, oficinas, secções de roupa e de jardins, tal como do serviço automóvel.
		Elaborar a proposta orçamental das despesas da Presidência da República.
		Requisitar os artigos que forem necessários para o serviço.
		Proceder à execução e processamento de todas as despesas de quaisquer festas ou cerimónias na Presidência da República, tal como das viagens oficiais do Chefe de Estado.
		Fazer a contabilidade de todos os serviços a cargo da Presidência, organizando as folhas de vencimentos e mais abonos do pessoal, e bem assim as de material e outras despesas, processando-as e enviando-as à respectiva repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública.
		Escrever diariamente os mapas relativos aos serviços do palácio e serviço automóvel, com os elementos fornecidos pelos mesmos serviços.
		Escrever todos os livros, tanto de expediente como de contabilidade, dando informação de cabimento aos pedidos de requisição de artigos.

		Aquisição e conservação de todo o material da Presidência da República e respetivo inventário, procedendo anualmente à revisão deste.
		Elaborar e fazer publicar os decretos, portarias e despachos de nomeação, promoção, licenças e mais movimento do pessoal dependente da Presidência da República.
		Lavar os termos de compromisso e autos de posse dos funcionários dependentes da Presidência da República e organizar o respetivo cadastro
		Organizar os processos disciplinares do pessoal que a constitui e do que lhe está subordinado.
		Publicar no final de cada trimestre do ano civil a lista de antiguidades do pessoal, com indicação da sua categoria e do tempo total de serviço prestado ao Estado.
Serviço Protocolar e Diplomático da Presidência da República	Diretor do Protocolo (dirige superiormente os serviços)	Direção das audiências e organização das demais solenidades da Presidência da República.
		As relações da Presidência da República com o corpo diplomático acreditado em Lisboa.
		A representação do Chefe de Estado em todos os atos diplomáticos.
		Organização das viagens do Chefe de Estado.
		O registo e informação dos pedidos de audiência que se realizarem na Presidência da República e que deverão ser sempre solicitados por escrito, com a devida antecedência, ao secretário-geral da Presidência da República, e indicação do assunto que os impetrantes desejassem tratar.
	Adjunto do protocolo	Desempenhará todas as funções determinadas pelo Diretor de protocolo
Casa Militar	Chefe da Casa Militar	Dirigir a Casa Militar.
		Funções inerentes ao exercício do cargo.
		Representar o Presidente da República em cerimónias ou

		solenidades oficias .
		Acompanhar o Presidente da República em todos os atos oficiais.
	Oficiais	Desempenhará todas as funções determinadas pelo Chefe da Casa Militar.

ANEXO IV

Identificação de competências da Secretaria-geral da Presidência da República de acordo com a Lei orgânica da Secretaria-geral de 1979		
Unidade orgânica	Cargo	Competências
Secretaria-geral da Presidência da República	Secretário-geral da Presidência da República	Imprimir unidade e continuidade ao funcionamento dos serviços, promovendo a sua eficiência
		Despachar todos os assuntos de carácter administrativo que estejam na alçada da sua competência ou aqueles de que, para o efeito, receba delegação.
		Promover o expediente relativo às posses a conferir pelo Presidente da República e colaborar no respetivo cerimonial.
		Superintender diretamente nos serviços de gestão patrimonial e economato e no serviço automóvel.
		Manter o Presidente da República ao corrente das deliberações dos conselhos das Ordens e submeter a seu despacho as propostas que dependerem da sua resolução.
		Secretariar, sem voto, as reuniões de todos os conselhos das Ordens e assistir os chanceleres na execução das deliberações tomadas, ficando a seu cargo a redação e arquivo das atas.
		Assistir técnica e juridicamente o conselho de chanceleres.
		Superintender em todos os serviços da Chancelaria das Ordens.
		Promover quaisquer estudos e trabalhos de investigação com vista ao esclarecimento de assuntos respeitantes às Ordens.
	Diretor dos Serviços Administrativos	Coadjuvar o secretário-geral no exercício das suas funções.
		Submeter à consideração do secretário-geral todos os assuntos que careçam de despacho superior.
		Despachar todos os assuntos de carácter administrativo que estejam na alçada da sua competência ou aqueles em relação aos quais haja recebido delegação.

Direção dos
Serviços
Administrativos

Chefe da Repartição de Administração-Geral	Coadjuvar o diretor dos Serviços Administrativos em todos os atos da sua competência.
	Orientar e fiscalizar o trabalho da Repartição organizando a sua distribuição pelos funcionários de acordo com as suas aptidões e no sentido de maior eficiência.
	Despachar todos os assuntos de carácter administrativo que estejam na alçada da sua competência ou aqueles em relação aos quais possa vir a receber delegação.
	Secção de Pessoal e Expediente
	Lavar os autos de posse e declarações de compromisso de honra dos membros do Governo e de outras individualidades cujas posses sejam conferidas pelo Presidente da República.
	Elaborar todo o expediente relativo à admissão e movimento de pessoal.
	Promover toda a execução dactilográfica requerida pelos serviços da Presidência.
	Proceder ao processamento dos vencimentos e outras remunerações de todo o pessoal da Presidência da República.
	Organizar e manter atualizados os processos individuais do mesmo.
	Secção de Contabilidade
	Preparar e elaborar as propostas de orçamento para cada ano económico.
	Proceder ao pedido de reforços, inscrições e dotações de rubricas que ao longo do ano se forem tornando necessários.
	Elaborar o relatório e contas anuais para o Tribunal de Contas.
Secção do Património e Econmato	Escriturar o livro de contas correntes com a inscrição de todas as rubricas e correspondentes dotações, reforços, anulações e contrapartidas.
	Processar todas as despesas, de harmonia com as respetivas requisições ou obrigações antecipadamente assumidas, correspondentes à aquisição de bens materiais ou prestação de serviços.
	Dirigir as tarefas do pessoal auxiliar, nomeadamente cometendo aos encarregados dos diferentes serviços as suas missões

		específicas.
		Organizar o inventário e cadastro geral dos bens afetos à Presidência da República.
		Providenciar para que todo o material necessário ao funcionamento dos serviços seja adquirido e distribuído em tempo oportuno
		Zelar pela boa conservação do parque automóvel e exercer a fiscalização das viaturas automóveis, por cuja operacionalidade é responsável.
		Vigiar os depósitos ou armazéns de material e combustíveis ou lubrificantes e fiscalizar a utilização dos mesmos.
	Secção de Conservação das Instalações do Palácio e Jardins	Manter no melhor estado de conservação o edifício da Presidência da República e o seu recheio, incluindo a residência oficial do Presidente da República, bem como os respetivos jardins, e promover todas as beneficiações que se mostrem convenientes, em colaboração com os serviços competentes de outros departamentos.
	Secção da Chancelaria das Ordens	O expediente relativo às ordens honoríficas.
		O registo de todas as condecorações através dela concedidas, bem como a instrução de processos de autorização de aceitação de condecorações estrangeiras a cidadãos portugueses e o respetivo registo.
		A organização de publicações no âmbito da sua competência, nomeadamente o Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas, donde conste a indicação dos novos agraciamentos e dos falecidos e irradiados no decorrer de cada ano.
		O desempenho de todas as tarefas administrativas que assegurem o regular funcionamento da Chancelaria.

ANEXO V

Identificação de competências da Secretaria-geral da Presidência da República de acordo com a Lei orgânica da Secretaria-geral de 2000		
Unidade orgânica	Cargo	Competências
Secretaria-geral da Presidência da República	Secretário-geral da Presidência da República	Praticar todos os atos relativos ao recrutamento, provimento e à situação funcional do pessoal da Secretaria-Geral e exercer sobre ele o poder disciplinar.
		Propor ao conselho administrativo a celebração de contratos que não sejam da sua competência.
		Coordenar a elaboração das propostas referentes aos planos anuais de atividades, ao orçamento, ao relatório e à conta de gerência.
		Autorizar a aquisição de bens e serviços no âmbito das suas competências.
		Propor ao conselho administrativo o regime e condições de atribuição dos suplementos remuneratórios e gratificações ao pessoal da Secretaria-Geral.
		Despachar os requerimentos dos funcionários solicitando a aposentação ou a apresentação a junta médica, ordinária ou extraordinária, bem como aqueles em que seja solicitada a exoneração.
		Apresentar superiormente todos os assuntos que requeiram homologação, aprovação ou autorização.
		Promover a elaboração do balanço social.
		Promover e desenvolver sistemas e ações de controlo interno com vista a analisar e avaliar a eficiência, a eficácia, a economia e a legalidade dos procedimentos.
		Propor a regulamentação relativa a períodos de funcionamento e horários de trabalho da Secretaria-Geral.
		Representar a Secretaria-Geral junto de quaisquer organizações ou entidades.

		Promover o expediente relativo às posses a conferir pelo Presidente da República e superintender no respetivo cerimonial.
	Secretário-geral da Presidência da República	Manter o Presidente da República ao corrente das deliberações do Conselho das Ordens e submeter a seu despacho as propostas que dependerem da sua resolução.
	Enquanto Secretário-geral das Ordens Honoríficas	Secretariar, sem voto, as reuniões de todos os conselhos das ordens e assistir os chanceleres na execução das deliberações tomadas, ficando a seu cargo a redação e arquivo das atas.
		Assistir técnica e juridicamente os conselhos das ordens e os respetivos chanceleres
		Superintender em todos os serviços da Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas;
		Promover estudos e trabalhos de investigação com vista ao esclarecimento de assuntos respeitantes às ordens;
		Exercer a competência que nele seja delegada.
	Direção de Serviços Administrativos e Financeiros	Gerir os recursos humanos.
		Elaborar as propostas de orçamento e do relatório e conta de gerência.
		Executar o orçamento.
		Processar as remunerações e outros abonos.
		Administrar os esquemas de segurança social e de ação social complementar
		Assegurar a gestão dos edifícios, das instalações, dos jardins, dos equipamentos, do parque automóvel e de outros bens
		Assegurar o aprovisionamento de bens e a aquisição de serviços.
		Garantir o suporte administrativo comum.
		Implementar um sistema de aplicação de normas de higiene, saúde e segurança no trabalho.

	Direção de Serviços de Apoio e Relações Públicas	Assegurar a receção, o atendimento e o encaminhamento de visitantes e, quando lhe for determinado, de individualidades que se dirigem à Presidência da República para audiências ou reuniões.
		Organizar e preparar, nos seus aspetos logísticos, as cerimónias, os atos sociais e as reuniões e, no caso de visitas de Estado ao estrangeiro ou a Portugal, cooperar com os serviços do Protocolo do Estado
		Velar pela conservação e boa apresentação das áreas do Palácio de Belém que estejam sob a sua responsabilidade bem como da residência oficial e respetivos mobiliário e equipamento, promovendo e executando o que for necessário para o efeito.
		Manter em estado de pronta utilização a residência oficial.
		Apoiar, do ponto de vista logístico, as deslocações do Presidente da República e respetiva comitiva.
	Direção de Serviços de Documentação e Arquivo	Assegurar o apoio documental e bibliográfico.
		Assegurar a receção, catalogação e conservação de todas as obras adquiridas.
		Assegurar a conservação do património documental.
		Assegurar a ligação a centros de documentação nacionais e estrangeiros e às respectivas bases de dados.
		Organizar e assegurar o funcionamento da biblioteca especializada, utilizando tecnologias informáticas.
		Elaborar com a utilização de meios informáticos e manter atualizado o inventário e cadastro documental e bibliográfico.
		Promover a divulgação e difusão das espécies bibliográficas e dos documentos secundários junto dos serviços.
		Organizar e atualizar bases de dados de legislação e assegurar a sua ligação a outras bases de dados específicas.
		Assegurar o registo e a gestão informatizada dos documentos em arquivo e a coordenação e gestão dos serviços de reprografia.
		Promover a normalização da pesquisa, tratamento, difusão e recuperação retrospectiva de informação contida na imprensa

		nacional e estrangeira.
		Organizar e manter os arquivos correntes de imprensa e de documentos secundários e assegurar os instrumentos para a sua consulta.
		Estudar e propor normas tendentes à uniformização da classificação de documentos e respetivos prazos de conservação e destruição.
		Elaborar o regulamento geral de arquivos corrente e intermédio dos serviços, a aprovar pelo conselho administrativo.
		Organizar e manter o arquivo histórico, o arquivo intermédio e o arquivo corrente e apoiar tecnicamente, nessa área, os restantes serviços.
		Promover a organização e arrumação do arquivo histórico e propor normas para a regulamentação da sua consulta e utilização.
		Elaborar e atualizar as tabelas gerais de avaliação, seleção e eliminação de documentos de acordo com a legislação em vigor.
		Organizar e manter atualizadas as bases de dados para os arquivos da Presidência da República.
		Tratar a correspondência dirigida ao Presidente da República e assegurar o seu tratamento, expediente e arquivo.
	Museu	Integrar todos os objetos de arte e espécies documentais e bibliográficas respeitantes à história da Presidência da República.
		Assegurar o planeamento, gestão e investigação museológica e museográfica, na área da sua competência.
		Gerir, conservar e organizar o espólio museológico da Presidência da República e manter atualizado o seu inventário.
		Promover o estudo, valorização e divulgação das coleções que lhe estejam afetas, designadamente através da promoção, organização e montagem de exposições.
	Secção da Chancelaria	Assegurar o expediente relativo às Ordens Honoríficas Portuguesas.

	das Ordens Honoríficas	Assegurar o registo de todas as condecorações bem como a instrução dos processos de aceitação de condecorações estrangeiras a cidadãos portugueses e o respetivo registo.
		Colaborar na organização e no cerimonial relativo aos agraciamentos em cerimónias presididas pelo Presidente da República.
		Prestar apoio à publicação de estudos e outros trabalhos.
		Promover a publicação de um Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas, donde conste, designadamente, a indicação dos novos agraciamentos.
		Desempenhar todas as tarefas que assegurem o regular funcionamento da Chancelaria das Ordens.
		Apoiar as reuniões dos conselhos das ordens e assegurar o expediente das mesmas.
		Organizar e manter o arquivo das Ordens Honorífica.
		Assegurar o expediente dos autos de posse relativos à Chancelaria das Ordens.